



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 03/31 DE MARÇO DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

LEIS

Assembleia da República

Lei n.º 23/2013:

Aprova o regime jurídico do processo de inventário, altera o Código Civil, o Código do Registo Predial, o Código do Registo Civil e o Código do Processo Civil 120

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2013:

Desafeta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, uma parcela de terreno com a área de 27m², parte integrante do PM11/Tomar — «Quartel do Alvito» 125

ACORDÃOS

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 80/2013:

Julga inconstitucional a norma extraída do artigo 411.º, n.º 1, do Código de Processo Penal, conjugado com o n.º 4 do mesmo diploma legal, no sentido de que é

extemporâneo o recurso interposto para além do 20.º dia depois da leitura da sentença (e até ao 30.º dia) quando venha a ser rejeitado o recurso sobre a matéria de facto 127

PORTARIAS

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 116/2013:

Participação Portuguesa na Missão European Union Training Mission (EUTM) Mali 127

Ministério da Economia e do Emprego

Portaria n.º 120/2013:

Alteração da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro 128

DESPACHOS

Ministério das Finanças e da Defesa Nacional

Despacho n.º 3 909/2013:

Desafeta do domínio público militar e integra no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional o PM 21/Horta — designado por «Quartel do Carmo» 141

Ministério das Finanças, da Defesa Nacional e da Saúde	Direção de Saúde
Despacho n.º 4 516/2013:	Despacho n.º 3 464/2013:
Assistência na doença aos Militares das Forças Armadas (ADM) - Comparticipação de medicamentos 141	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Subdiretor do HMR1 150
Ministério da Defesa Nacional	Comando das Forças Terrestres
Despacho n.º 3 302/2013:	Zona Militar dos Açores
Simbologia Heráldica do Hospital das Forças Armadas 142	Despacho n.º 4 052/2013:
Despacho n.º 3 383/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RG1 151
Delegação de competências no Major-General Chefe do GabCEME 147	Despacho n.º 4 053/2013:
Despacho n.º 3 912/2013:	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante da UnAp/Cmd ZMA 151
Aprova a minuta do contrato a celebrar ao abrigo do Procedimento n.º 13/UMC—MDN/2012 e delega competências no General CEME 147	Despacho n.º 4 054/2013:
Despacho n.º 3 913/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Tirocinado 2.º Cmdt da ZMA 151
Aprova a minuta do contrato a celebrar ao abrigo do Procedimento n.º 10/UMC—MDN/2012 e delega competências no General CEME 148	Despacho n.º 4 055/2013:
Despacho n.º 4 518/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RG2 152
Reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército - Criação de uma Equipa Técnica 148	Zona Militar da Madeira
Estado-Maior do Exército	Despacho n.º 3 839/2013:
Despacho n.º 3 307/2013:	Subdelegação de competências no Coronel 2.º Cmdt da ZMM 152
Delegação e subdelegação de competências no Major-General, 2.º Comandante da AM 149	Despacho n.º 3 840/2013:
Despacho n.º 3 463/2013:	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante da UnAp/Cmd ZMM 152
Subdelegação de competências no Major-General, Diretor da DHCM 150	Despacho n.º 3 921/2013:
Comando da Logística	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RG3 153
Despacho n.º 3 540/2013:	Despacho n.º 4 376/2013:
Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Chefe da Repartição de Apoio Geral/Cmd Log ... 150	Subdelegação de competências no Coronel 2.º Cmdt da ZMM 153
	Despacho n.º 4 447/2013:
	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante da UnAp/Cmd ZMM 153

Despacho n.º 4 448/2013:	Despacho n.º 4 057/2013:
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RG3 153	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI10 156
Brigada de Intervenção	Despacho n.º 4 058/2013:
Despacho n.º 3 838/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI3 157
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RAAAI 154	Despacho n.º 4 059/2013:
Despacho n.º 3 914/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do CTOE 157
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI 14 154	Despacho n.º 4 060/2013:
Despacho n.º 3 915/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do CTC 157
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI19 154	Despacho n.º 4 061/2013:
Despacho n.º 3 916/2013:	Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante do 2BIPARA/FND/KFOR 158
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI13 154	Despacho n.º 4 062/2013:
Despacho n.º 3 917/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante da UnAp/BrigInt 158
Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante da UnAp/BrigInt 155	Despacho n.º 4 063/2013:
Despacho n.º 3 918/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante da UALE 158
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RC6 155	Despacho n.º 4 064/2013:
Despacho n.º 3 919/2013:	Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RE3 155
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RE3 155	
Despacho n.º 3 920/2013:	
Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante do 1BI/TACRS/KFOR 155	
Brigada de Reação Rápida	DECLARAÇÕES
Despacho n.º 4 011/2013:	Declaração de Retificação n.º 15/2013:
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RA4 156	Retificação da Lei n.º 19/2013 de 21 de fevereiro .. 159
Despacho n.º 4 056/2013:	PROTOCOLOS
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RI15 156	Protocolo de colaboração entre:
	- O Comando da Instrução e Doutrina e o Internacional Sport Club 160

I — LEIS**Assembleia da República****Lei n.º 23/2013
de 5 de março****Aprova o regime jurídico do processo de inventário, altera o Código Civil, o Código do Registo Predial, o Código do Registo Civil e o Código de Processo Civil**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º
Objeto**

A presente lei aprova o regime jurídico do processo de inventário, altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 67/75, de 19 de fevereiro, 201/75, de 15 de abril, 261/75, de 27 de maio, 561/76, de 17 de julho, 605/76, de 24 de julho, 293/77, de 20 de julho, 496/77, de 25 de novembro, 200-C/80, de 24 de junho, 236/80, de 18 de julho, 328/81, de 4 de dezembro, 262/83, de 16 de junho, 225/84, de 6 de julho, e 190/85, de 24 de junho, pela Lei n.º 46/85, de 20 de setembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 381-B/85, de 28 de setembro, e 379/86, de 11 de novembro, pela Lei n.º 24/89, de 1 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 321-B/90, de 15 de outubro, 257/91, de 18 de julho, 423/91, de 30 de outubro, 185/93, de 22 de maio, 227/94, de 8 de setembro, 267/94, de 25 de outubro, e 163/95, de 13 de julho, pela Lei n.º 84/95, de 31 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 329-A/95, de 12 de dezembro, 14/96, de 6 de março, 68/96, de 31 de maio, 35/97, de 31 de janeiro, e 120/98, de 8 de maio, pelas Leis n.ºs 21/98, de 12 de maio, e 47/98, de 10 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de novembro, pelas Leis n.ºs 59/99, de 30 de junho, e 16/2001, de 22 de junho, pelos Decretos-Leis n.ºs 272/2001, de 13 de outubro, 273/2001, de 13 de outubro, 323/2001, de 17 de dezembro, e 38/2003, de 8 de março, pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 199/2003, de 10 de setembro, e 59/2004, de 19 de março, pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23 de julho, pela Lei n.º 40/2007, de 24 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 324/2007, de 28 de setembro, e 116/2008, de 4 de julho, pelas Leis n.ºs 61/2008, de 31 de outubro, e 14/2009, de 1 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 100/2009, de 11 de maio, e pelas Leis n.ºs 29/2009, de 29 de junho, 103/2009, de 11 de setembro, 9/2010, de 31 de maio, 23/2010, de 30 de agosto, 24/2012, de 9 de julho, 31/2012 e 32/2012, de 14 de agosto, o Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 355/85, de 2 de setembro, 60/90, de 14 de fevereiro, 80/92, de 7 de maio, 30/93, de 12 de fevereiro, 255/93, de 15 de julho, 227/94, de 8 de setembro, 267/94, de 25 de outubro, 67/96, de 31 de maio, 375-A/99, de 20 de setembro, 533/99, de 11 de dezembro, 273/2001, de 13 de outubro, 323/2001, de 17 de dezembro, 38/2003, de 8 de março, e 194/2003, de 23 de agosto, pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 263-A/2007, de 23 de julho, 34/2008, de 26 de fevereiro, 116/2008, de 4 de julho, e 122/2009, de 21 de maio, pela Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, e pelos Decretos-Leis n.ºs 185/2009, de 12 de agosto, e 209/2012, de 19 de setembro, o Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 36/97, de 31 de janeiro, 120/98, de 8 de maio, 375-A/99, de 20 de setembro, 228/2001, de 20 de agosto, 273/2001, de 13 de outubro, 323/2001, de 17 de dezembro, 113/2002, de 20 de abril, 194/2003, de 23 de agosto, e 53/2004, de 18 de março, pela Lei n.º 29/2007, de 2 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 324/2007, de 28 de setembro, pela Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, pelos Decretos-Leis n.ºs 247-B/2008, de 30 de dezembro, e 100/2009, de 11 de maio, pelas Leis n.ºs 29/2009, de 29 de junho, 103/2009, de 11 de setembro, e 7/2011, de 15 de março, e pelo Decreto-Lei n.º 209/2012, de 19 de setembro, e o Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44 129, de 28 de dezembro

de 1961, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 47 690, de 11 de maio de 1967, pela Lei n.º 2140, de 14 de março de 1969, pelo Decreto-Lei n.º 323/70, de 11 de julho, pelas Portarias n.ºs 642/73, de 27 de setembro, e 439/74, de 10 de julho, pelos Decretos-Leis n.ºs 261/75, de 27 de maio, 165/76, de 1 de março, 201/76, de 19 de março, 366/76, de 15 de maio, 605/76, de 24 de julho, 738/76, de 16 de outubro, 368/77, de 3 de setembro, e 533/77, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 21/78, de 3 de maio, pelos Decretos-Leis n.ºs 513-X/79, de 27 de dezembro, 207/80, de 1 de julho, 457/80, de 10 de outubro, 224/82, de 8 de junho, e 400/82, de 23 de setembro, pela Lei n.º 3/83, de 26 de fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 128/83, de 12 de março, 242/85, de 9 de julho, 381-A/85, de 28 de setembro, e 177/86, de 2 de julho, pela Lei n.º 31/86, de 29 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 92/88, de 17 de março, 321-B/90, de 15 de outubro, 211/91, de 14 de junho, 132/93, de 23 de abril, 227/94, de 8 de setembro, 39/95, de 15 de fevereiro, e 329-A/95, de 12 de dezembro, pela Lei n.º 6/96, de 29 de fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 180/96, de 25 de setembro, 125/98, de 12 de maio, 269/98, de 1 de setembro, e 315/98, de 20 de outubro, pela Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 375-A/99, de 20 de setembro, e 183/2000, de 10 de agosto, pela Lei n.º 30-D/2000, de 20 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 272/2001, de 13 de outubro, e 323/2001, de 17 de dezembro, pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro, pelos Decretos-Leis n.ºs 38/2003, de 8 de março, 199/2003, de 10 de setembro, 324/2003, de 27 de dezembro, e 53/2004, de 18 de março, pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, pelas Leis n.ºs 14/2006, de 26 de abril, e 53-A/2006, de 29 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 8/2007, de 17 de janeiro, 303/2007, de 24 de agosto, 34/2008, de 26 de fevereiro, e 116/2008, de 4 de julho, pelas Leis n.ºs 52/2008, de 28 de agosto, e 61/2008, de 31 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 226/2008, de 20 de novembro, pela Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, pelos Decretos-Leis n.ºs 35/2010, de 15 de abril, e 52/2011, de 13 de abril, e pelas Leis n.ºs 63/2011, de 14 de dezembro, 31/2012, de 14 de agosto, e 60/2012, de 9 de novembro.

Artigo 2.º

Aprovação do regime jurídico do processo de inventário

É aprovado, em anexo à presente lei, o regime jurídico do processo de inventário, que dela faz parte integrante.

Artigo 3.º

Alteração ao Código Civil

Os artigos 1770.º, 2053.º, 2083.º, 2084.º, 2085.º, 2086.º e 2102.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1770.º

[...]

1 — Após o trânsito em julgado da sentença que decretar a separação judicial de bens, o regime matrimonial, sem prejuízo do disposto em matéria de registo, passa a ser o da separação, procedendo-se à partilha do património comum como se o casamento tivesse sido dissolvido.

2 — Havendo acordo dos interessados, a partilha prevista no número anterior pode logo ser feita nos cartórios notariais, e, em qualquer outro caso, por meio de inventário, nos termos previstos em lei especial.

Artigo 2053.º

[...]

A aceitação a benefício de inventário faz-se requerendo inventário, nos termos previstos em lei especial, ou intervindo em inventário pendente.

Artigo 2083.º
[...]

Se todas as pessoas referidas nos artigos anteriores se escusarem ou forem removidas, é o cabeça de casal designado pelo tribunal, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado.

Artigo 2084.º
[...]

Por acordo de todos os interessados pode entregar-se a administração da herança e o exercício das funções de cabeça de casal a qualquer outra pessoa.

Artigo 2085.º
[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c) (*Revogada.*)
- d)
- 2 —

Artigo 2086.º
[...]

- 1 —
- a)
- b)
- c) Se não cumpriu no inventário os deveres que a lei lhe impuser;
- d)
- 2 — Tem legitimidade para pedir a remoção qualquer interessado.

Artigo 2102.º
[...]

1 — Havendo acordo dos interessados, a partilha é realizada nas conservatórias ou por via notarial, e, em qualquer outro caso, por meio de inventário, nos termos previstos em lei especial.

2 — Procede-se à partilha por inventário:

- a) Quando não houver acordo de todos os interessados na partilha;
- b) Quando o Ministério Público entenda que o interesse do incapaz a quem a herança é deferida implica aceitação beneficiária;
- c) Nos casos em que algum dos herdeiros não possa, por motivo de ausência em parte incerta ou de incapacidade de facto permanente, intervir em partilha realizada por acordo.»

Artigo 4.º
Alteração ao Código do Registo Predial

Os artigos 39.º e 92.º do Código do Registo Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 224/84, de 6 de julho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 39.º

- 1 —
 2 —
 3 —
 4 —
 5 — Compete ao respetivo representante legal ou ao Ministério Público requerer o registo quando, em processo de inventário, for adjudicado a incapaz ou ausente em parte incerta qualquer direito sobre imóveis.

Artigo 92.º
 [...]

- 1 — São pedidas como provisórias por natureza as seguintes inscrições:
- a)*
b)
c)
d)
e)
f)
g)
h)
i)
j) De aquisição por partilha em inventário, antes de a respetiva decisão homologatória se tornar definitiva;
l)
m)
n)
o)
 2 —
 3 —
 4 —
 5 —
 6 —
 7 —
 8 —
 9 —
 10 —
 11 — »

Artigo 5.º
Alteração ao Código do Registo Civil

Os artigos 202.º -A, 202.º -B e 210.º do Código do Registo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 131/95, de 6 de junho, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 202.º -A
 [...]

- 1 —

2 — Nos casos em que tenha sido instaurado processo de inventário por óbito do registado, é feita menção do facto no assento respetivo, por meio de cota de referência que identifique o cartório notarial onde o processo foi instaurado e o seu número.

Artigo 202.º -B

Comunicações a efetuar pelos tribunais e notários

1 —

2 — Para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo anterior, o notário comunica a qualquer conservatória do registo civil, preferencialmente por via eletrónica, a instauração do processo de inventário.

Artigo 210.º

[...]

1 — O conservador do registo civil deve enviar ao Ministério Público junto do tribunal competente para a providência tutelar ou para as finalidades previstas no regime jurídico do processo de inventário:

a)

b) Assentos de óbito lavrados no mês anterior referentes a indivíduos cuja herança seja deferida a incapazes ou ausentes em parte incerta ou ao Estado.

2 — A informação prevista no número anterior pode ser facultada por disponibilização do acesso à base de dados do registo civil.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 1, o conservador deve ouvir o declarante do óbito, através de auto lavrado imediatamente após a prestação da respetiva declaração.

4 — O conservador deve comunicar, por via eletrónica, ao Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.:

a) O teor dos autos relativos aos óbitos lavrados no mês anterior;

b) Os números de documentos de identificação ulteriormente conhecidos;

c) Qualquer completamento ou retificação de assento de óbito que respeite ao nome do falecido, idade, naturalidade ou filiação.»

Artigo 6.º

Norma revogatória

1 — É revogada a Lei n.º 29/2009, de 29 de junho, com exceção do disposto nos artigos 79.º, 82.º e 85.º e nos n.os 2 e 3 do artigo 87.º

2 — São revogados o n.º 3 do artigo 32.º, os artigos 52.º e 77.º, o n.º 4 do artigo 248.º, o n.º 4 do artigo 373.º, o n.º 1 do artigo 426.º, o n.º 2 do artigo 1052.º, os artigos 1108.º, 1109.º, 1326.º a 1392.º, 1395.º, 1396.º, 1404.º, 1405.º e 1406.º e o n.º 3 do artigo 1462.º, todos do Código de Processo Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44 129, de 28 de dezembro de 1961.

Artigo 7.º

Aplicação no tempo

O disposto na presente lei não se aplica aos processos de inventário que, à data da sua entrada em vigor, se encontrem pendentes.

Artigo 8.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no primeiro dia útil do mês de setembro de 2013.

Aprovada em 25 de janeiro de 2013.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 22 de fevereiro de 2013.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 25 de fevereiro de 2013.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

II — RESOLUÇÕES DO CONSELHO DE MINISTROS

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2013

Considerando que o PM 11/Tomar - «Quartel do Alvito» é composto por um aquartelamento que inclui áreas de instrução e treino, e serviços de apoio, com a área total de 197.219,20 m²;

Considerando que a Câmara Municipal de Tomar (CMT) pretende reabilitar a E.N. 110, no troço entre a chamada Rotunda do Intermarché e o nó do IC 9, necessitando para o efeito adquirir várias parcelas de terreno, entre as quais uma parcela de terreno, com a área de 27 m², parte integrante do PM 11/Tomar, em utilização pelo Exército e afeta ao Ministério da Defesa Nacional (MDN);

Considerando que o Exército se pronunciou favoravelmente quanto à cedência da citada parcela de terreno à CMT, desde que sejam garantidas todas as reposições necessárias de forma a não colidir com a operacionalidade das instalações existentes no PM 11/Tomar, nomeadamente, a recolocação/construção da guarita existente (posto n.º 13), a construção de um troço de muro na extensão existente e coroado com uma concertina de arame farpado ou três fiadas de arame farpado, que assegure a sustentação da guarita e correspondente realinhamento da vedação em moldes semelhantes (postes em betão e vedação em fiadas de arame farpado), no troço que venha a ser afetado pelo novo traçado da E.N. 110, a reposição do caminho de ronda afetado, a eventual deslocalização de um poste de iluminação periférica e a sua alimentação elétrica;

Considerando que, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, os imóveis integrados no domínio público militar só podem ser alienados após a sua integração no domínio privado do Estado por desafetação do domínio público;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do referido decreto-lei, a desafetação do domínio público militar é feita por resolução do Conselho de Ministros, mediante proposta do Ministro das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional;

Considerando que a proposta de alienação de imóveis do domínio privado do Estado afetos ao MDN é formulada por despacho dos referidos membros do Governo e que a decisão de alienação tem de ser ratificada pelo Conselho de Ministros, nos termos, respetivamente, do n.º 1 do artigo 5.º e do n.º 3 do artigo 6.º do mesmo decreto-lei;

Considerando a proposta dos aludidos membros do Governo, constante do Despacho n.º 2887/2013, de 16 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 22 de fevereiro.

Assim:

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Desafetar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional (MDN), uma parcela de terreno com a área de 27 m2, parte integrante do PM 11/Tomar – «Quartel do Alvito», confrontando a norte com a Rua António Duarte Faustino, «SIDESTEL – Construções, S.A.» e Manuel Vicente Ferreira; a sul com a E.N. 110; a nascente com João António Navais, Vitalina Simões Abreu, João Ferreira Abreu, Joaquim Simões Pretinha e outros; a poente com a Rua Infante D. Fernandes, Maria da Assunção Pires, propriedade do Estado (PM 018/Tomar – «Estabelecimento Militar Prisional») e omissa na Repartição de Finanças da freguesia de Stª Maria dos Olivais e na Conservatória do Registo Predial de Tomar, identificada na planta anexa à presente resolução, da qual faz parte integrante.

2 - Autorizar a cessão a título definitivo à Câmara Municipal de Tomar (CMT) da parcela de terreno referida no número anterior, mediante a compensação financeira de 891,00 EUR (oitocentos e noventa e um euros), determinada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, bem como a reposição das vedações existentes pelo município de acordo com a futura delimitação do PM 11/Tomar.

3 - Determinar que a afetação do valor referido no número anterior se faça nos seguintes termos:

a) 5%, no montante de 45,00 EUR (quarenta e cinco euros), à Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED) do MDN [capítulo 01.05.01 – (F.F. 123) – 02.02.25 – Outros Serviços], nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto;

b) 5%, no montante de 45,00 EUR (quarenta e cinco euros), ao Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;

c) O restante, no montante de 801,00 EUR (oitocentos e um euros), será inscrito no orçamento do MDN [Capítulo 01.05.01 – (F.F.123 – 07.01-14 – Investimentos Militares], com vista à construção e manutenção de infraestruturas afetas ao MDN e para aquisição de equipamentos e bens necessários à modernização e operacionalidade das Forças Armadas, de acordo com artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

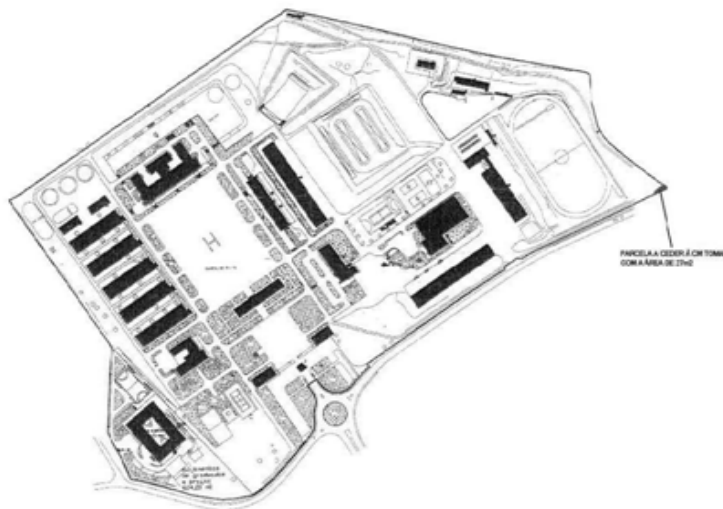
4 - Determinar que, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, a parcela de terreno a ceder à CMT permaneça afeta ao MDN, enquanto não for objeto de entrega material.

5 - Determinar que, em caso de incumprimento por parte da CMT das condições da cessão, nomeadamente a utilização da parcela de terreno para fim diferente do previsto na presente resolução, ou a falta do pagamento acordado e respeitante às reposições necessárias e identificadas no respetivo preâmbulo, o MDN pode recorrer à faculdade prevista no n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho, não sendo devida qualquer indemnização por este ministério, a título de benfeitorias ou melhoramentos realizados.

6 - Determinar que a elaboração e a assinatura do auto de cessão ficam a cargo da DGAIED, de acordo com o estipulado nos n.ºs 4 e 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de março de 2013. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO



III — ACORDÂOS

Tribunal Constitucional

Acórdão n.º 80/2013

Julga inconstitucional a norma extraída do artigo 411.º n.º 1, do Código de Processo Penal, conjugado com o n.º 4 do mesmo diploma legal, no sentido de que é extemporâneo o recurso interposto para além do 20.º dia depois da leitura de sentença (e até ao 30.º dia) quando venha a ser rejeitado o recurso sobre a matéria de facto

(*Diário da República*, 2.ª série, nº 50, de 12 de Março de 2013)

IV — PORTARIAS

Ministério da Defesa Nacional

Portaria n.º 116/2013

Portugal, como membro da União Europeia (UE), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos, pela UE, no âmbito militar, nomeadamente através de missões carácter humanitário e de manutenção de paz.

Em 20 de dezembro de 2012, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 2085 (2012) em que reafirma a importância da restauração da integridade territorial e da soberania do Mali. No âmbito do “processo de segurança”, especifica ainda, o compromisso da União Europeia em providenciar treino militar às forças do Mali.

Nesta conjuntura, o Conselho da União Europeia, através da decisão 2013/34/PESC, de 17 de janeiro, aprovou o estabelecimento de uma missão de 15 meses, em coordenação com outros atores envolvidos no apoio às Forças Armadas do Mali (MAF), para providenciar treino militar no sul do Mali, designada por European Union Training Mission (EUTM) Mali.

O Conselho Superior de Defesa Nacional, nos termos do disposto no artigo 17.º, n.º 1, alínea g), da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, emitiu, em 06 de fevereiro de 2013, parecer favorável à participação de Portugal nesta missão, com um efetivo até 7 militares.

De acordo com o estipulado no artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, a decisão do Governo, de envolver contingentes militares nesta missão, é comunicada à Assembleia da República.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º e nas alíneas f) e n) do n.º 3 do artigo 14.º, ambos da Lei de Defesa Nacional e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 348/99, de 27 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 299/2003, de 4 de dezembro, determina o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, que:

1 – O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, com vista à participação portuguesa na missão EUTM Mali, apronte e empregue um contingente militar, constituído por um efetivo até 7 militares, que ficará na sua dependência direta.

2 – A duração da missão será de 15 meses e prorrogável por iguais períodos enquanto se mantiver a decisão da União Europeia.

3 – De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99, de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 29 de janeiro de 1999, os militares que integram o contingente nacional desempenham funções em país de classe C.

4 – A presente portaria produz efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2013.

20 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*

Ministério da Economia e do Emprego

Portaria n.º 120/2013 de 26 de março

O Programa de Estágios Profissionais, criado pela Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.ºs 309/2012, de 9 de outubro, e 3-B/2013, de 4 de janeiro, constitui um importante instrumento de promoção de empregabilidade e de estímulo ao ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, em particular junto da população jovem, possibilitando um período de formação e de aquisição de competências em contexto laboral e, bem assim, almejando uma transição eficiente entre a fase de obtenção de qualificações e, subsequentemente, a sua experimentação prática.

No âmbito do Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção da Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas - «Impulso Jovem», estabelecido através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho, e em resposta ao agravamento da situação do desemprego jovem em Portugal no atual contexto económico e ao desafio proposto pela Comissão Europeia de adoção de medidas específicas de combate às dificuldades de integração da população jovem no mercado de trabalho, foram criadas, pela Portaria n.º 225-A/2012, de 31 de julho, alterada pela Portaria n.º 65-B/2013, de 13 de fevereiro, as medidas Passaportes Emprego, que consistem no apoio ao desenvolvimento de um estágio, acompanhado de formação em contexto laboral, a fim de promover a inserção ou reconversão profissional de jovens desempregados e a transição para a vida ativa.

Importa, agora, harmonizar as referidas medidas, Programa de Estágios Profissionais e Passaportes Emprego, de forma a potenciar a eficácia das mesmas e eliminando situações de eventual sobreposição entre os respetivos âmbitos de aplicação.

Neste sentido, o Programa de Estágios Profissionais é agora reorientado para abranger os jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 30 anos, inclusive. Uniformiza-se, ainda, a duração dos estágios, alargando o período de duração para 12 meses e o valor das bolsas de estágio.

Mais importa alargar o âmbito dos Estágios Profissionais de forma a que, por um lado, os mesmos se apliquem aos estágios que tenham como objetivo o cumprimento de requisitos para acesso a títulos profissionais e, por outro, para que as autarquias locais possam candidatar-se a este Programa, de forma a eliminar barreiras de acesso ao mesmo, que colocam entraves à plena reintegração dos jovens no mercado de trabalho.

Atenta a situação de crise que o País atravessa, e os respetivos efeitos negativos ao nível do emprego, são introduzidas, ainda, alterações ao nível do regime da comparticipação financeira.

Prevê-se, também, que no caso de destinatários detentores de qualificação de nível 3 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) a conclusão do estágio com avaliação final positiva permita a obtenção do nível 4 de qualificação do QNQ, nos termos da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

Por fim, são introduzidos ajustamentos no regime jurídico dos projetos de interesse estratégico, visando conferir-lhes maior eficácia.

Foram ouvidos os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social.

Assim:

Ao abrigo do disposto na alínea *h*) do artigo 2.º, na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 3.º, na alínea *d*) do artigo 12.º e no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 132/99, de 21 de abril, manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Emprego, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro

Os artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 9.º, 11.º, 13.º, 14.º, 15.º, 15.º-A, 17.º e 18.º da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.ºs 309/2012, de 9 de outubro, e 3-B/2013, de 4 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

1 - [...].

2 - [...].

3 - Não são abrangidos pela presente portaria os estágios curriculares de quaisquer cursos.

4 - [...].

Artigo 2.º

[...]

[...]:

a) [...];

b) Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida;

c) [...];

d) [...];

e) [...].

Artigo 3.º

[...]

1 - [...]:

a) Os desempregados inscritos nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, com idade entre os 25 e os 30 anos, inclusive;

b) As pessoas, com idade superior a 30 anos, inscritas nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional como desempregados e em situação de procura de novo emprego, desde que tenham obtido há menos de três anos uma qualificação de nível 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e não tenham registos de remunerações na segurança social nos 12 meses anteriores à entrada da candidatura;

c) [...];

d) Os desempregados cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados, inscritos no centro de emprego ou centro de emprego e formação profissional;

2 - [...].

3 - As condições de acesso dos destinatários são aferidas à data da apresentação da candidatura.

Artigo 4.º

[...]

Podem candidatar-se ao Programa de Estágios Profissionais pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos, e as autarquias locais.

Artigo 5.º

[...]

1 - [...].

2 - Podem ainda candidatar-se ao presente programa as empresas que iniciaram processo especial de revitalização, previsto no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2004, de 18 de agosto, 76-A/2006, de 29 de março, 282/2007, de 7 de agosto, 116/2008, de 4 de julho, e 185/2009, de 12 de agosto, e pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, devendo entregar ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), cópia certificada da decisão a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º-C do CIRE.

Artigo 9.º

[...]

1 - [...].

2 - [...]:

a) [...];

b) [...];

c) [...];

d) [...];

e) Decorrido o prazo de 12, 15, 18 ou 24 meses após o início do estágio, respetivamente, nos casos de estágios com duração de 6, 9, 12 ou 18 meses, nele se incluindo os períodos de tempo de suspensão a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo anterior.

3 - [...].

4 - [...].

5 - [...].

6 - [...].

Artigo 11.º

[...]

O estágio tem a duração de doze meses, não prorrogáveis, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º-A.

Artigo 13.º

Transporte, alimentação e seguro

1 - [...];

a) [...];

b) [...];

c) Relativamente ao estagiário com deficiência e incapacidade, caso a entidade promotora não assegure o transporte entre a residência habitual e o local do estágio, o direito ao pagamento de despesas de transporte em montante equivalente ao custo das viagens realizadas em transporte coletivo ou, se não for possível a sua utilização, ao subsídio de transporte mensal no montante máximo de 10% do IAS, salvo situações excecionais e devidamente fundamentadas, a apreciar pelo IEFP.

2 - [...].

3 - [...].

4 - [...];

a) [...];

b) Relativamente ao pagamento do prémio devido pelo seguro de acidentes de trabalho, até ao valor correspondente a 3% do valor total da bolsa de estágio referida na alínea c) do artigo 12.º, reportado ao período de duração do estágio respetivo;

c) Relativamente às despesas ou ao subsídio de transporte, até aos valores máximos estabelecidos na alínea c) do n.º 1.

Artigo 14.º

[...]

1 - O pagamento do valor correspondente às bolsas de estágio referidas no artigo 12.º é participado pelo IEFP, nos seguintes termos:

a) Integralmente, relativamente ao primeiro estagiário, no caso de entidades com 10 trabalhadores ou menos ou autarquias locais, desde que não tenham já obtido idênticas condições de apoio noutro estágio financiado por fundos públicos;

b) Em 80% do respetivo valor:

i. Relativamente ao primeiro estagiário, quando tenha já obtido participação integral noutro estágio financiado por fundos públicos;

ii. Relativamente aos estagiários seguintes, no caso de entidades com 10 trabalhadores ou menos ou autarquias locais;

iii. No caso de entidades com mais de 10 trabalhadores.

2 - As participações referidas nas alíneas a) e b) do número anterior são majoradas em 10 pontos percentuais, no caso de estagiário com deficiência e incapacidade.

3 - [...].

Artigo 15.º

[Efeitos do contrato de estágio]

1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º, a relação jurídica decorrente da celebração de um contrato de estágio ao abrigo da presente portaria é equiparada, para efeitos de segurança social, a trabalho por conta de outrem, observando-se ainda o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

2 - O IEFP não participa as contribuições devidas à segurança social.

Artigo 15.º-A
[...]

1 - [...]:

- a) O estágio pode ter a duração de 6, 9, 12 ou 18 meses, não prorrogáveis;
- b) *[Revogado]*;
- c) Podem ser abrangidos os desempregados inscritos nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, com idade entre os 18 e os 24 anos, inclusive.

2 - Para efeitos de reconhecimento do interesse estratégico do projeto para a economia nacional ou de determinada região, bem como para a determinação da duração do estágio, devem ser tidos em conta os seguintes critérios:

- a) [...];
- b) [...];
- c) [...];
- d) [...];
- e) Perspetiva de aumento das competências dos estagiários e da respetiva empregabilidade, evidenciados na candidatura;
- f) [...].

3 - Pode também ser considerado de interesse estratégico o projeto comum de estágios apresentado por diversas entidades promotoras, não se aplicando, neste caso, o critério definido na alínea a) do número anterior, e devendo o critério referido na alínea c) do mesmo número reportar-se ao projeto e não a cada uma das entidades.

4 - *[Anterior n.º 3]*.

Artigo 17.º
[...]

Os desempregados que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 3.º que frequentem ou tenham frequentado um estágio profissional financiado por fundos públicos, só podem frequentar um novo estágio ao abrigo da presente portaria caso tenham entretanto obtido um novo nível de qualificação nos termos do QNQ ou obtido uma qualificação em área diferente e o novo estágio ser nessa área.

Artigo 18.º
[...]

1 - *[Revogado]*.

2 - A entidade promotora fica impedida de selecionar destinatários deste programa com quem tenha estabelecido, nos 12 meses que precedem a data de apresentação da candidatura, uma relação de trabalho, prestação de serviços ou estágio de qualquer natureza, exceto estágios curriculares ou obrigatórios para acesso a profissão.»

Artigo 2.º
Aditamento à Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro

É aditado à Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.ºs 309/2012, de 9 de outubro, e 3-B/2013, de 4 de janeiro, o artigo 11.º-A, com a seguinte redação:

«Artigo 11.º-A
Certificação

1 - No termo do estágio a entidade promotora deve entregar ao estagiário um certificado comprovativo de frequência e avaliação final, de acordo com modelo definido no regulamento específico previsto no n.º 1 do artigo 20.º.

2 - No caso dos destinatários que sejam detentores de qualificação de nível 3 do QNQ, a conclusão do estágio com avaliação final positiva dá lugar à obtenção do nível 4 de qualificação do QNQ, nos termos da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, o qual deve constar do certificado previsto no número anterior.»

Artigo 3.º
Norma transitória

A presente portaria aplica-se apenas às candidaturas apresentadas após a sua entrada em vigor.

Artigo 4.º
Norma revogatória

É revogado o n.º 1 do artigo 18.º da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.º 309/2012, de 9 de outubro, e 3-B/2013, de 4 de janeiro.

Artigo 5.º
Republicação

É republicada em anexo à presente portaria, da qual faz parte integrante, a Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.º 309/2012, de 9 de outubro, e 3-B/2013, de 4 de janeiro, com as alterações que agora lhe foram introduzidas.

Artigo 6.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Secretário de Estado do Emprego, *António Pedro Roque da Visitação Oliveira*, em 22 de março de 2013.

ANEXO

(a que se refere o artigo 5.º)

Republicação da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro

Artigo 1.º
Objeto

1 - A presente portaria regula o Programa de Estágios Profissionais.

2 - Para efeitos da presente portaria, entende-se por estágio profissional a etapa de transição para a vida ativa que visa complementar uma qualificação preexistente através de formação e experiência prática em contexto laboral e promover a inserção de jovens ou a reconversão profissional de desempregados.

3 - Não são abrangidos pela presente portaria os estágios curriculares de quaisquer cursos.

4 - Não são igualmente abrangidos pela presente portaria os estágios cujo plano requeira perfil de formação e competências nas áreas da medicina e da enfermagem.

Artigo 2.º**Objetivos**

O Programa de Estágios Profissionais tem como objetivos, nomeadamente:

- a) Complementar e desenvolver as competências dos jovens que procuram um primeiro ou um novo emprego, de forma a melhorar o seu perfil de empregabilidade;
- b) Promover a integração profissional de desempregados em situação mais desprotegida;
- c) Apoiar a transição entre o sistema de qualificações e o mercado de trabalho;
- d) Promover o conhecimento sobre novas formações e competências junto das empresas e promover a criação de emprego em novas áreas;
- e) Apoiar a melhoria das qualificações e a reconversão da estrutura produtiva.

Artigo 3.º**Destinatários**

1 - São destinatários dos estágios profissionais previstos no presente diploma:

- a) Os desempregados inscritos nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional, com idade entre os 25 e os 30 anos, inclusive;
- b) As pessoas, com idade superior a 30 anos, inscritas nos centros de emprego ou centros de emprego e formação profissional como desempregados e em situação de procura de novo emprego, desde que tenham obtido há menos de três anos uma qualificação de nível 2, 3, 4, 5, 6, 7 ou 8 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) e não tenham registos de remunerações na segurança social nos 12 meses anteriores à entrada da candidatura;
- c) Os desempregados que integrem família monoparental inscritos no centro de emprego ou centro de emprego e formação profissional;
- d) Os desempregados cujos cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto se encontrem igualmente desempregados, inscritos no centro de emprego ou centro de emprego e formação profissional.

2 - No caso de pessoas com deficiência e ou incapacidade não se aplica o limite de idade estabelecido no número anterior.

3 - As condições de acesso dos destinatários são aferidas à data da apresentação da candidatura.

Artigo 4.º**Entidade promotora**

Podem candidatar-se ao Programa de Estágios Profissionais pessoas singulares ou coletivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos, e as autarquias locais.

Artigo 5.º**Requisitos gerais da entidade promotora**

1 - A entidade promotora compromete-se a não prestar falsas declarações e a cumprir as demais obrigações legais e regulamentares a que se encontra vinculada, nelas se incluindo igualmente as de natureza fiscal e contributiva.

2 - Podem ainda candidatar-se ao presente programa as empresas que iniciaram processo especial de revitalização, previsto no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de março, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2004, de 18 de agosto, 76-A/2006, de 29 de março, 282/2007, de 7 de agosto, 116/2008, de 4 de julho, e 185/2009, de 12 de agosto, e pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, devendo entregar ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., cópia certificada da decisão a que se refere a alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º-C do CIRE.

Artigo 6.º

Candidatura

1 - A candidatura deve ser apresentada pela entidade promotora nos períodos definidos e publicitados pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP).

2 - O estagiário pode ser identificado na candidatura, ou ser posteriormente selecionado pelo IEFP de acordo com o perfil indicado naquela.

3 - O IEFP decide a candidatura no prazo de 25 dias consecutivos, contados a partir da data da sua apresentação.

4 - A contagem do prazo referido no número anterior é suspensa nas situações em que sejam solicitados pelo IEFP elementos adicionais à instrução da candidatura, desde que os mesmos se revelem imprescindíveis para a decisão a proferir.

5 - É dispensada a audiência dos interessados nas situações previstas na alínea *b*) do n.º 2 do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 7.º

Contrato de estágio

Previamente ao início do estágio é celebrado entre a entidade promotora e o estagiário um contrato de estágio, reduzido a escrito, conforme modelo definido em regulamento específico aprovado pelo IEFP.

Artigo 8.º

Regime de execução do contrato

1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, durante o decurso do estágio, é aplicável ao estagiário o regime da duração e horário de trabalho, descansos diário e semanal, feriados, faltas e segurança, higiene e saúde no trabalho aplicável à generalidade dos trabalhadores da entidade promotora.

2 - Mediante autorização do IEFP, e sem prejuízo do disposto na alínea *e*) do n.º 2 do artigo 9.º, a entidade promotora pode suspender o estágio quando ocorra uma das seguintes situações:

a) Por facto a ela relativo, nomeadamente encerramento temporário do estabelecimento onde o mesmo se realiza, por período não superior a um mês;

b) Por facto relativo ao estagiário, nomeadamente doença, maternidade ou paternidade.

3 - Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade promotora deve comunicar previamente ao IEFP, por escrito, os fundamentos e a duração previsível do período de suspensão, sendo a decisão tomada no prazo de cinco dias úteis após o pedido.

4 - A autorização de suspensão do estágio só pode ser concedida desde que não comprometa o cumprimento integral do plano individual de estágio.

5 - Durante a suspensão do estágio não são devidos a bolsa de estágio e o subsídio de alimentação.

6 - No dia imediato à cessação do impedimento, por facto relativo ao estagiário, este deve apresentar-se à entidade promotora para retomar o estágio.

Artigo 9.º

Cessaçã do contrato de estágio

1 - O contrato de estágio cessa por caducidade, por acordo das partes e por denúncia de alguma delas, nos termos dos números seguintes.

2 - A cessação do contrato por caducidade ocorre quando se verifique alguma das seguintes situações:

a) No termo do prazo correspondente ao seu período de duração;

b) Por impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva, de o estagiário poder frequentar o estágio ou de a entidade promotora lho poder proporcionar;

c) No momento em que o estagiário atingir o número de cinco dias seguidos ou interpolados de faltas injustificadas;

d) No momento em que o estagiário, ainda que justificadamente, atinja o número de 15 dias de faltas seguidos ou interpolados;

e) Decorrido o prazo de 12, 15, 18 ou 24 meses após o início do estágio, respetivamente, nos casos de estágios com duração de 6, 9, 12 ou 18 meses, nele se incluindo os períodos de tempo de suspensão a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo anterior.

3 - Para efeitos do disposto na alínea d) do número anterior, não releva o período de suspensão do estágio nos termos previstos no artigo 8.º.

4 - O contrato cessa por acordo das partes se, no decurso do mesmo, essa for a sua vontade, expressa de forma clara e inequívoca em documento assinado por ambas, no qual se menciona a data de celebração do acordo e do início da sua produção de efeitos.

5 - O contrato de estágio cessa por denúncia quando uma das partes comunicar à outra e ao IIEFP, mediante carta registada e com antecedência não inferior a 15 dias, a sua intenção de não pretender a manutenção do contrato, com indicação do respetivo motivo.

6 - A cessação do contrato por alguma das formas previstas no n.º 2, com exceção da consagrada na alínea a), e no n.º 4 deve igualmente ser comunicada ao IIEFP pela entidade promotora até ao dia seguinte ao do início da respetiva produção de efeitos, pela forma referida no número anterior.

Artigo 10.º

Orientador de estágio

1 - A entidade promotora deve designar um orientador para cada estágio proposto.

2 - Compete ao orientador de estágio, nomeadamente:

a) Realizar o acompanhamento técnico e pedagógico do estagiário, supervisionando o seu progresso face aos objetivos indicados no plano individual de estágio;

b) Avaliar os resultados obtidos pelo estagiário no final do estágio.

Artigo 11.º

Duração do estágio

O estágio tem a duração de doze meses, não prorrogáveis, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º-A.

Artigo 11.º-A

Certificação

1 - No termo do estágio a entidade promotora deve entregar ao estagiário um certificado comprovativo de frequência e avaliação final, de acordo com modelo definido no regulamento específico previsto no n.º 1 do artigo 20.º.

2 - No caso dos destinatários que sejam detentores de qualificação de nível 3 do QNQ, a conclusão do estágio com avaliação final positiva dá lugar à obtenção do nível 4 de qualificação do QNQ, nos termos da Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho, o qual deve constar do certificado previsto no número anterior.

Artigo 12.º

Bolsa de estágio

1 - Ao estagiário é concedida, mensalmente, em função do nível de qualificação de que é detentor, uma bolsa de estágio, cujo valor é o seguinte:

a) O valor correspondente ao indexante dos apoios sociais (IAS), para o estagiário com qualificação de nível 2 do QNQ;

b) 1,2 vezes do valor correspondente ao IAS, para o estagiário com qualificação de nível 3 do QNQ;

c) 1,3 vezes do valor correspondente ao IAS, para o estagiário com qualificação de nível 4 do QNQ;

d) 1,4 vezes do valor correspondente ao IAS, para o estagiário com qualificação de nível 5 do QNQ;

e) 1,65 vezes do valor correspondente ao IAS, para o estagiário com qualificação de nível 6, 7 ou 8 do QNQ.

2 - Nos casos não previstos no número anterior, é concedida ao estagiário uma bolsa mensal de valor correspondente ao IAS.

Artigo 13.º

Transporte, alimentação e seguro

1 - Ao estagiário são ainda reconhecidos os seguintes direitos:

a) O direito a receber subsídio de alimentação;

b) O direito a que a entidade promotora contrate em seu benefício um seguro de acidentes de trabalho;

c) Relativamente ao estagiário com deficiência e incapacidade, caso a entidade promotora não assegure o transporte entre a residência habitual e o local do estágio, o direito ao pagamento de despesas de transporte em montante equivalente ao custo das viagens realizadas em transporte coletivo ou, se não for possível a sua utilização, ao subsídio de transporte mensal no montante máximo de 10% do IAS, salvo situações excecionais e devidamente fundamentadas, a apreciar pelo IEFP.

2 - O valor do subsídio previsto na alínea a) do número anterior é aquele que corresponde ao que é atribuído à generalidade dos trabalhadores da entidade promotora, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

3 - Na ausência de atribuição de subsídio de alimentação por parte da entidade promotora aos seus trabalhadores, o estagiário pode optar entre o valor do subsídio fixado para a generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas ou a refeição na própria entidade promotora, se essa for a prática para os respetivos trabalhadores.

4 - Os apoios previstos no n.º 1 são financiados pelo IEFP, no decurso do período de duração do contrato referido no artigo 7.º, nos seguintes termos:

a) Relativamente ao subsídio de alimentação, até ao valor que nessa matéria se encontra fixado para os trabalhadores que exercem funções públicas;

b) Relativamente ao pagamento do prémio devido pelo seguro de acidentes de trabalho, até ao valor correspondente a 3% do valor total da bolsa de estágio referida na alínea c) do artigo 12.º, reportado ao período de duração do estágio respetivo;

c) Relativamente às despesas ou subsídio de transporte, até aos valores máximos estabelecidos na alínea c) do n.º 1.

Artigo 14.º

Comparticipação financeira

1 - O pagamento do valor correspondente às bolsas de estágio referidas no artigo 12.º é participado pelo IEFP, nos seguintes termos:

a) Integralmente, relativamente ao primeiro estagiário, no caso de entidades com 10 trabalhadores ou menos ou autarquias locais, desde que não tenham já obtido idênticas condições de apoio noutro estágio financiado por fundos públicos;

b) Em 80% do respetivo valor:

i. Relativamente ao primeiro estagiário, quando tenha já obtido participação integral noutro estágio financiado por fundos públicos;

ii. Relativamente aos estagiários seguintes, no caso de entidades com 10 trabalhadores ou menos ou autarquias locais;

iii. No caso de entidades com mais de 10 trabalhadores.

2 - As comparticipações referidas nas alíneas *a)* e *b)* do número anterior são majoradas em 10 pontos percentuais, no caso de estagiário com deficiência e incapacidade.

3 - Nos casos previstos nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo 3.º, a comparticipação financeira corresponde a 100% do valor da bolsa.

Artigo 15.º

Efeitos do contrato de estágio

1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º, a relação jurídica decorrente da celebração de um contrato de estágio ao abrigo da presente portaria é equiparada, para efeitos de segurança social, a trabalho por conta de outrem, observando-se ainda o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

2 - O IEFP não comparticipa as contribuições devidas à segurança social.

Artigo 15.º-A

Regime especial de projetos de interesse estratégico

1 - Às entidades promotoras que apresentem projeto reconhecido de interesse estratégico para a economia nacional ou de determinada região pelo IEFP, é aplicável o regime jurídico previsto na presente portaria, com as seguintes especificidades:

- a)* O estágio pode ter a duração de 6, 9, 12 ou 18 meses, não prorrogáveis;
- b)* [Revogada];
- c)* Podem ser abrangidos os desempregados inscritos nos centros de emprego ou centros de formação profissional, com idade entre os 18 e os 24 anos, inclusive.

2 - Para efeitos de reconhecimento do interesse estratégico do projeto para a economia nacional ou de determinada região, bem como para a determinação da duração do estágio, devem ser tidos em conta os seguintes critérios:

- a)* Ligação efetiva a projeto de investimento, relativo à criação de nova empresa ou expansão de empresa existente;
- b)* Inserção em setor de atividade ligado essencialmente à exportação, devidamente justificada na respetiva candidatura, ou, caso não o seja, o reconhecimento será de interesse regional;
- c)* O projeto deve envolver um mínimo de 25 estagiários;
- d)* Estágios integrados de forma coerente no projeto;
- e)* Perspetiva de aumento das competências dos estagiários e da respetiva empregabilidade, evidenciados na candidatura;
- f)* Classificação mínima de 70 %, de acordo com o modelo de avaliação dos projetos utilizado pelo IEFP e constante do regulamento específico.

3 - São ainda considerados como de interesse estratégico para a economia nacional, os projetos reconhecidos como 'Projetos de Potencial Interesse Nacional' (PIN), nos termos do Decreto-Lei n.º 174/2008, de 26 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 76/2011, de 20 de junho.

Artigo 16.º

Acompanhamento dos estágios

No decurso do estágio podem ser realizadas ações de acompanhamento, verificação ou auditoria, por parte dos serviços do IEFP ou de outras entidades com competências para o efeito, tendo em vista garantir e acautelar o cumprimento do previsto na presente portaria.

Artigo 17.º

Frequência de novo estágio

Os desempregados que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 3.º que frequentem ou tenham frequentado um estágio profissional financiado por fundos públicos, só podem frequentar um novo estágio ao abrigo da presente portaria caso tenham entretanto obtido um novo nível de qualificação nos termos do QNQ ou obtido uma qualificação em área diferente e o novo estágio ser nessa área.

Artigo 18.º

Impedimentos

1 - [*Revogado*].

2 - A entidade promotora fica impedida de selecionar destinatários deste programa com quem tenha estabelecido, nos 12 meses que precedem a data de apresentação da candidatura, uma relação de trabalho, prestação de serviços ou estágio de qualquer natureza, exceto estágios curriculares ou obrigatórios para acesso a profissão.

Artigo 19.º

Incumprimento

1 - O incumprimento por parte da entidade promotora das obrigações relativas à atribuição das comparticipações e dos apoios financeiros concedidos no âmbito do presente diploma, sem prejuízo, se for caso disso, de participação criminal que venha a ser efetuada por eventuais indícios da prática do crime de fraude na obtenção de subsídio de natureza pública, implica a imediata cessação da atribuição de todas as comparticipações e apoios previstos na presente portaria e a restituição do montante correspondente aos apoios e comparticipações entretanto recebidos.

2 - Se o incumprimento for parcial, há lugar à restituição proporcional dos apoios e comparticipações recebidos.

3 - A restituição deve ser efetuada no prazo de 60 dias consecutivos, contados a partir da notificação à entidade promotora, após o decurso do qual, sem que a restituição se mostre efetuada, são devidos juros de mora à taxa legal.

4 - A entidade promotora fica impedida, durante dois anos, a contar da notificação referida no número anterior, de beneficiar de qualquer apoio ou comparticipação do Estado com a mesma natureza e finalidade.

5 - Para efeitos do disposto nos números anteriores, compete ao IEFP apreciar e determinar a cessação dos apoios e comparticipações atribuídos ou determinar a restituição proporcional em caso de incumprimento parcial do projeto.

Artigo 20.º

Regulamentação específica

1 - O Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., define, através de regulamento específico, os elementos procedimentais adicionais que se mostrem necessários à correta execução do presente Programa.

2 - O regulamento específico previsto no número anterior é publicitado no prazo de 10 dias consecutivos após a entrada em vigor da presente portaria.

Artigo 21.º
Estágios INOV

A criação e regulamentação de estágios no âmbito de medidas INOV são aprovadas por despacho do membro do Governo responsável pela área do emprego e da formação profissional.

Artigo 22.º
Norma revogatória

1 - Com a entrada em vigor da presente portaria são revogados:

- a) A Portaria n.º 129/2009, de 30 de janeiro, com a redação dada pelas Portarias n.ºs 127/2010, de 1 de março, e 681/2010, de 12 de agosto;
- b) A Portaria n.º 131/2009, de 30 de janeiro, com a redação dada pelas Portarias n.ºs 262/2009, de 12 de março, 128/2010, de 1 de março, e 681/2010, de 12 de agosto;
- c) A Portaria n.º 127/2010, de 1 de março, com a redação dada pela Portaria n.º 681/2010, de 12 de agosto;
- d) A Portaria n.º 154/2010, de 11 de março, alterada pela Portaria n.º 285/2010, de 25 de maio;
- e) O despacho n.º 7384/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 27 de abril.

2 - As remissões legais ou regulamentares efetuadas para os diplomas referidos no número anterior consideram-se efetuadas para o regime estabelecido na presente portaria.

Artigo 23.º
Norma transitória

As candidaturas apresentadas ao abrigo dos diplomas referidos no artigo anterior são por eles reguladas até ao final da conclusão dos respetivos estágios, sem prejuízo do disposto nas alíneas b), c), d), e) e g) do n.º 2 do artigo seguinte.

Artigo 24.º
Disposição final

1 - Relativamente ao período de tempo que medeia entre a entrada em vigor da presente portaria e a conclusão dos estágios realizados ao abrigo dos diplomas referidos no número seguinte, pode ser aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 15.º, desde que entre a entidade promotora e o estagiário seja celebrado acordo escrito nesse sentido.

2 - O previsto no número anterior aplica-se aos estágios regulados pelos diplomas identificados nas alíneas seguintes:

- a) Portaria n.º 1103/2008, de 2 de outubro;
- b) Portaria n.º 129/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.ºs 127/2010, de 1 de março e 681 /2010, de 12 de agosto;
- c) Portaria n.º 131/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.ºs 262/2009, de 12 de março, 128/2010, de 1 de março, e 681/2010, de 12 de agosto;
- d) Portaria n.º 127/2010, de 1 de março, alterada pela Portaria n.º 681/2010, de 12 de agosto;
- e) Portaria n.º 154/2010, de 11 de março, alterada pela Portaria n.º 285/2010, de 25 de maio;
- f) Portaria n.º 238/2010, de 29 de abril;
- g) Despacho n.º 7384/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 27 de abril.

Artigo 25.º
Vigência

A presente portaria entra em vigor a partir do dia seguinte ao da sua publicação.

V — DESPACHOS**Ministérios das Finanças
e da Defesa Nacional****Despacho n.º 3 909/2013**

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objetivos de reorganização das suas instalações militares, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que a rentabilização dos imóveis, disponibilizados pelo reajustamento do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas, nomeadamente através da concentração de infraestruturas em zonas adequadas, libertando assim os espaços urbanos que, pelas suas características, se revelam inadequados à função militar.

Considerando que o PM 21/Horta designado por “Quartel do Carmo”, se encontra disponibilizado fazendo parte da lista de prédios suscetíveis de rentabilização no quadro da Lei de Programação de Infraestruturas Militares, aprovada pela Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, com os inerentes benefícios financeiros e contributo para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que não obstante o imóvel se encontrar disponibilizado, integra o domínio público militar e que a eventual transferência de propriedade torna necessária a desafetação daquele domínio;

Considerando, finalmente que, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 5.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, a desafetação do domínio público militar é feita por Despacho Conjunto;

Assim, ao abrigo do n.º 1 do art.º 5º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, determina-se:

Desafetar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional o PM 21/Horta – Quartel do Carmo, sito na freguesia e concelho da Horta, inscrito na matriz predial urbana sob os art.ºs 262 e 293 da referida freguesia, com vista à sua rentabilização.

10 de janeiro de 2013. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Vítor Louçã Rabaça Gaspar*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

**Ministérios das Finanças, da Defesa
Nacional e da Saúde****Despacho n.º 4 516/2013**

A comparticipação às farmácias, por parte do sistema de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas, adiante designado como “*subsistema*”, passa a constituir encargo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no cumprimento do previsto no n.º 1 do artigo 151.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013, e de acordo com os normativos do presente despacho.

Assim:

1. O pagamento das comparticipações do Estado na compra de medicamentos dispensados a beneficiários do subsistema de saúde passa a ser encargo do SNS, a partir do dia 1 de abril de 2013.

2. Exclui-se do previsto no número anterior todas as situações em que a comparticipação é superior à praticada no SNS, caso em que a responsabilidade pelo pagamento adicional, acima da comparticipação normal do SNS, permanece no subsistema, nomeadamente as comparticipações efetuadas ao abrigo da Portaria n.º 1034/2009 de 11 de setembro.

3. Exclui-se também do previsto no n.º 1 as comparticipações de medicamentos dispensados por entidades integradas nos Ministérios da Defesa Nacional (MDN) e da Administração Interna (MAI) e os medicamentos dispensados por farmácias localizadas nas Regiões Autónomas, ainda que receitados por médicos do SNS.

4. No cumprimento do previsto no n.º 5 do artigo 151.º da Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro, durante o ano de 2013, a contrapartida financeira a pagar pelo subsistema é transferida para a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.) nos montantes e prazos especificados no Quadro Anexo, o qual faz parte integrante do presente despacho.

5. A responsabilidade pelo pagamento de dívidas contraídas antes da data referida no n.º 1 do presente despacho é da responsabilidade do subsistema.

6. Os beneficiários do subsistema são obrigatoriamente identificados no ato da dispensa dos medicamentos mediante apresentação de cartão válido de beneficiário do subsistema.

7. Em novembro de 2013, a contrapartida financeira a que se refere o n.º 4 é reavaliada e corrigida em função da despesa efetiva em que o SNS incorreu no âmbito do presente despacho.

8. Até julho de 2013, deve o subsistema e a ACSS, I. P. prosseguir os trabalhos necessários à execução cabal do previsto no n.º 2 do artigo 151.º da Lei n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro.

5 de março de 2013. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Luís Filipe Bruno da Costa de Moraes Sarmento*. — O Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, *Paulo Frederico Agostinho Braga Lino*. — O Secretário de Estado da Saúde, *Manuel Ferreira Teixeira*.

QUADRO ANEXO

Transferências para a ACSS, I.P.

(a que se refere o n.º 4)

Data limite da transferência para o SNS	Montante (euros)
15.º dia útil do mês de junho	1.000.000.00
15.º dia útil do mês de julho	1.000.000.00
15.º dia útil do mês de agosto	1.000.000.00
15.º dia útil do mês de setembro	1.000.000.00
15.º dia útil do mês de outubro	1.000.000.00
15.º dia útil do mês de novembro	1.000.000.00
15.º dia útil do mês de dezembro (*)	1.400.000.00
Total	7.400.000.00

(*) o valor a transferir até 15º dia útil do mês de Dezembro poderá ser ajustado em função da realização efetiva nos termos do n.º 7 do presente despacho.

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 3 302/2013

Simbologia Heráldica do Hospital das Forças Armadas

A Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, e a Lei Orgânica do Estado-Maior General das Forças Armadas, aprovada

pelo Decreto-Lei n.º 234/2009, de 15 de setembro, consagraram a criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR) enquanto hospital militar único, organizado em dois polos hospitalares, um em Lisboa e outro no Porto;

Criado pelo Decreto-Lei n.º 187/2012, de 16 de agosto, o Polo de Lisboa do HFAR encontra-se efetivamente em processo de implementação, através da fusão das quatro unidades hospitalares militares de Lisboa, operada nos termos do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro, tendo sido já estabelecidas as estruturas orgânica e funcional, bem como os princípios de gestão aplicáveis, através do Decreto-Regulamentar n.º 51/2012, de 10 de dezembro;

Paralelamente ao referido processo em curso na região Sul do País, encontra-se em fase de estudo o processo que conduzirá à criação do Polo do Porto, consubstanciando-se então a criação e implementação do HFAR, na sua plenitude;

Neste contexto, considerando que o Polo de Lisboa já se encontra em funcionamento desde 17 de agosto de 2012, importa aprovar a simbologia heráldica do HFAR;

Assim, determino o seguinte:

1. É aprovada a simbologia heráldica e os modelos que constituem o Brasão e o Estandarte do HFAR, bem como o Brasão e o Galhardete de Arvorar do diretor do HFAR, cujas reproduções e descrições heráldicas constam, respetivamente, dos anexos A, B, C e D ao presente despacho, do qual fazem parte integrante;

2. O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

31 de janeiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

ANEXO A



*Brasão de Armas
Hospital das Forças Armadas*

Escudo — de púrpura, cruz de vermelho perfilada de púrpura, carregada com um leão-marinho alado, de ouro, segurando na garra destra uma vara de Esculápio de ouro, empunhada, sendo a serpente de púrpura perfilada de ouro.

Divisa — num listel de prata, sotoposto ao escudo, em letras de estilo elzevir, maiúsculas, de negro a legenda: ««QUE GLÓRIA ALCANCE POR SABER CUIDAR»».

Coronel — de ouro, com cinco pelouros aparentes.

Simbologia

A Cruz de vermelho — constituída por cinco quadrados, é sinal representativo de socorro, atividade desenvolvida pelo Hospital.

Leão-marinho alado — retirado da simbologia heráldica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, capaz de se movimentar no mar, na terra e no ar, representa os três Ramos das Forças Armadas.

Vara de Esculápio — é símbolo tradicional da medicina.

Serpente - representa o bem e o mal, simbolizando o combate permanente entre a saúde e a doença.

A Divisa — «*QUE GLÓRIA ALCANCE POR SABER CUIDAR* », exprime a atividade desenvolvida pelo Hospital.

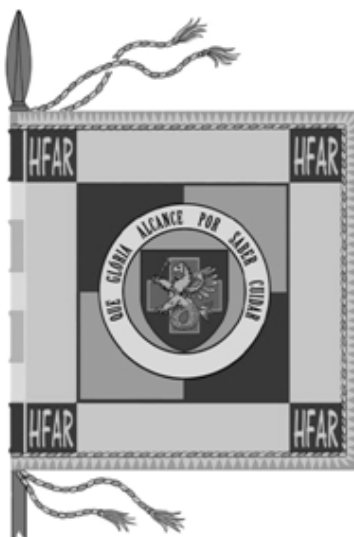
Coronel — é sinal distintivo do Estado-Maior-General das Força Armadas.

O ouro — significa sabedoria e representa o zelo e a nobreza.

Púrpura — simboliza a ciência, o respeito e a dignidade.

O vermelho — representa o valor, a coragem e o socorro.

ANEXO B



*Estandarte
Hospital das Forças Armadas*

Esquartelado de púrpura e ouro com bordadura de prata, acantonada de púrpura.

*Ao centro brocante, sobre o ordenamento geométrico, um listel circular de prata contendo a divisa «*QUE GLÓRIA ALCANCE POR SABER CUIDAR* », em letras de estilo elzevir, maiúsculas, de negro.*

Dentro do círculo de ouro, delimitado pelo listel, contém-se o escudo do brasão de armas do Hospital das Forças Armadas.

Em cada canto, bordadas a prata as iniciais HFAR.

O estandarte está debruado por um cordão prata e ouro e franjado a ouro e prata.

Escudo — de púrpura, cruz de vermelho perfilada de púrpura, carregada com um leão-marinho alado, de ouro, segurando na garra destra uma vara de Esculápio de ouro, empunhada, sendo a serpente de púrpura perfilada de ouro.

Simbologia

A Cruz de vermelho — constituída por cinco quadrados, é sinal representativo de socorro, atividade desenvolvida pelo Hospital.

Leão-marinho alado — retirado da simbologia heráldica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, capaz de se movimentar no mar, na terra e no ar, representa os três Ramos das Forças Armadas.

A Vara de Esculápio — é símbolo tradicional da medicina.

Serpente - representa o bem e o mal, simbolizando o combate permanente entre a saúde e a doença.

A Divisa — «*QUE GLÓRIA ALCANCE POR SABER CUIDAR* », exprime a atividade desenvolvida pelo Hospital.

O ouro — significa sabedoria e representa o zelo e a nobreza.

Púrpura — simboliza a ciência o respeito e a dignidade.

O vermelho — representa o valor, a coragem e o socorro.

Prata — representa a humildade.

ANEXO C

Escudo — de púrpura, cruz de vermelho perfilada de púrpura, carregada com um leão-marinho alado, de ouro, segurando na garra destra uma vara de Esculápio de ouro, empunhada, sendo a serpente de púrpura perfilada de ouro.

Divisa — num listel de prata, sotoposto ao escudo, em letras de estilo elzevir, maiúsculas, de negro a legenda: «*QUE GLÓRIA ALCANCE POR SABER CUIDAR* »»

Elmo — de prata, com grades e guarnições de prata, tauxiado e forrado de vermelho e colocado a três quartos para dextra.

Correia — de sua cor, afivelada e perfilada a prata.

Paquife e Virol — de ouro e púrpura.

Timbre — serpente enleada numa vara de Esculápio.

Simbologia

A Cruz de vermelho — constituída por cinco quadrados, é sinal representativo de socorro, atividade desenvolvida pelo Hospital.

Leão-marinho alado — retirado da simbologia heráldica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, capaz de se movimentar no mar, na terra e no ar, representa os três Ramos das Forças Armadas.

A Vara de Esculápio — é símbolo tradicional da medicina.

Serpente - representa o bem e o mal, simbolizando o combate permanente entre a saúde e a doença.

A Divisa — «*«QUE GLÓRIA ALCANCE POR SABER CUIDAR»»*», exprime a atividade desenvolvida pelo Hospital.

O ouro - significa sabedoria e representa o zelo e a nobreza.

Púrpura - simboliza a ciência, o respeito e a dignidade.

O vermelho - representa o valor, a coragem e o socorro.

Prata - representa a humildade.

ANEXO D

Galhardete

Diretor do Hospital das Forças Armadas

De púrpura, um leão-marinho alado, de ouro, segurando na garra destra uma vara de Esculápio de ouro, empunhada, sendo a serpente de púrpura perfilada de ouro, bordadura de prata.

Simbologia

Leão-marinho alado — retirado da simbologia heráldica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, capaz de se movimentar no mar, na terra e no ar, representa os três Ramos das Forças Armadas.

A Vara de Esculápio — é símbolo tradicional da medicina.

Serpente — representa o bem e o mal, simbolizando o combate permanente entre a saúde e a doença.

O ouro — significa sabedoria e representa o zelo e a nobreza.

Púrpura — simboliza a ciência, o respeito e a dignidade.

Prata — representa a humildade.

Despacho n.º 3 383/2013

1 – Ao abrigo do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, e dos artigos 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deogo no chefe do meu Gabinete, Major-General **Rui Manuel Carlos Clero**, a competência para a prática dos seguintes atos:

- a) Autorizar atos relativos à gestão do pessoal do meu Gabinete, ou a ele afeto;
- b) Autorizar atos relativos à gestão do orçamento do Gabinete, incluindo a autorização de alterações das rubricas orçamentais, nos termos do Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril, que se revelem necessárias à sua execução e que não careçam de autorização do Ministro de Estado e das Finanças;
- c) Autorizar a constituição do fundo de maneiio, bem como as despesas por conta do mesmo, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
- d) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos dos artigos 30.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2000, de 10 de Novembro, do Decreto-Lei n.º 108/2004, de 11 de Maio, da Lei n.º 13/2005, de 26 de Janeiro, e do Decreto-Lei n.º 138/2006, de 26 de Julho, a favor de individualidades designadas por mim para se deslocarem ao estrangeiro e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;
- e) Autorizar a prática de atos correntes relativos às funções específicas do Gabinete sobre os quais tenha havido orientação prévia;
- f) Autorizar a inscrição e a participação do pessoal do Gabinete, ou a ele afeto, em estágios, congressos, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional ou no estrangeiro;
- g) Autorizar deslocações do pessoal do Gabinete em serviço ao estrangeiro, de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/95, de 18 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, bem como o correspondente processamento das despesas;
- h) Autorizar o processamento de despesas resultantes de deslocações em serviço, com ou sem abono antecipado de ajudas de custo, nos termos do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, na sua atual redação;
- i) Autorizar a requisição de guias de transporte, incluindo por via aérea, ou a utilização de viatura própria a favor de individualidades que tenham de se deslocar em serviço do Gabinete;
- j) Autorizar os membros do Gabinete e restante pessoal a ele afeto a conduzir viaturas do Estado e a utilizar em serviço veículos próprios, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, na sua atual redação;
- l) Autorizar as despesas com refeições do pessoal do Gabinete ou afetos ao mesmo, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- m) Autorizar a realização de despesas com a aquisição de bens e serviços, por conta das dotações orçamentais do Gabinete, até ao limite dos montantes previstos nas competências atribuídas aos diretores-gerais, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

2 – O presente despacho produz efeitos desde o dia 18 de Fevereiro de 2013.

20 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Despacho n.º 3 912/2013

1. Considerando o Procedimento n.º 13/UMC – MDN/2012 – Aquisição de Energia Elétrica para fornecimento às Unidade/Estabelecimentos/ Órgãos (UEO) do Exército em Portugal Continental, promovido pela Unidade Ministerial de Compras ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP AQ-ENE/2011 – Energia.

2. Tendo por base o meu despacho de autorização de 27 de dezembro de 2012, exarado sobre a Informação com a referência 13/UMC -MDN/2012 Energia Elétrica – Continente/DAq/13, da Repartição de Concursos e Contratos – Direção de Aquisições, do Estado-Maior do Exército;

3. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e tendo presente os artigos 98.º e 109.º do CCP, determino o seguinte:

a) Aprovo a Minuta de Contrato a celebrar ao abrigo do Procedimento n.º 13/UMC – MDN 2012, versada na Informação n.º P.º 03.14.19/44/195, de 22 de fevereiro de 2013, do Gabinete do CEME.

b) Delego no Chefe do Estado-Maior do Exército a competência para proceder à respetiva outorga do contrato definitivo, com faculdade de subdelegação no Exmo. Diretor de Aquisições, Major-General José António Henriques Dinis.

26 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Despacho n.º 3 913/2013

1. Considerando o Procedimento n.º 10/UMC – MDN/2012 – Aquisição de Combustíveis Rodoviários para todo o Território Nacional, promovido pela Unidade Ministerial de Compras ao abrigo do Acordo Quadro da ANCP AQ-CR/2008 – Combustíveis Rodoviários.

2. Tendo por base o meu despacho de autorização de 13 de fevereiro de 2013, exarado sobre a Informação com a referência 10/UMC -MDN/2012 Combustíveis Rodoviários a granel – Território Nacional/DAq/13, da Repartição de Concursos e Contratos – Direção de Aquisições, do Estado-Maior do Exército;

3. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e tendo presente os artigos 98.º e 109.º do CCP, determino o seguinte:

a) Aprovo a Minuta de Contrato a celebrar ao abrigo do Procedimento n.º 10/UMC – MDN 2012, versada na Informação n.º P.º 03.14.19/44/162, de 26 de fevereiro de 2013, do Gabinete do CEME.

b) Delego no Chefe do Estado-Maior do Exército a competência para proceder à respetiva outorga do contrato definitivo, com faculdade de subdelegação no Exmo. Diretor de Aquisições, Major-General José António Henriques Dinis.

27 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Despacho n.º 4 518/2013

No contexto da reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército, com vista a dotá-los de novos modelos organizacional e jurídico e a racionalizar as estruturas e recursos foi, pelo meu Despacho n.º 4649/2012, de 7 de março, constituída uma Equipa Técnica com o objetivo de analisar a situação da Manutenção Militar, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, e propor as medidas necessárias à sua reestruturação.

Concluídos os seus trabalhos, importa desenvolver as ações conducentes à extinção da Manutenção Militar, das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento e das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, e à criação de uma nova entidade que assumirá as atividades que aqueles estabelecimentos desenvolviam e que se justifique manter, bem como ao enquadramento jurídico do pessoal civil que atualmente integra os referidos estabelecimentos, no âmbito do regime aplicável às relações jurídicas de emprego público.

Assim, e atendendo ao facto de se estar perante a necessidade imperiosa de maximizar com urgência a eficiência dos recursos disponibilizados para a defesa nacional, nomeadamente adotando, quando adequado, estruturas de serviços partilhados,

Determino o seguinte:

1. É criada uma Equipa Técnica com os seguintes objetivos:

a) Estender o enquadramento jurídico do pessoal proposto pela Equipa Técnica anterior, ao pessoal que atualmente integra o quadro de pessoal civil do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos;

b) Propor as medidas legislativas necessárias à concretização das propostas formuladas pela Equipa Técnica nomeada pelo meu Despacho n.º 4649/2012, de 7 de março.

2. A Equipa Técnica terá a seguinte composição:

- a) Coronel José Maria Monteiro Varela, em minha representação, que coordenará os trabalhos;
- b) Dr. Gonçalo de Saldanha da Bandeira Botelho de Sousa, da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;
- c) Um representante da Secretária de Estado do Tesouro;
- d) Um representante do Secretário de Estado da Administração Pública;
- e) Um representante do Chefe do Estado-Maior do Exército.

3. A Equipa Técnica deve apresentar-me até 30 de abril de 2013 os projetos de diploma necessários à consecução dos objetivos referidos em 1.

4. A Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional assegura à Equipa Técnica o apoio técnico, logístico e administrativo necessário, bem como suporta os encargos que se revelem inerentes ao desenvolvimento dos trabalhos necessários ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no presente Despacho.

18 de março de 2013. — O Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, *Paulo Frederico Agostinho Braga Lino*.

Estado-Maior do Exército

Despacho n.º 3 307/2013

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro, delegeo no 2.º Comandante da Academia Militar, Major-General **António José Pacheco Dias Coimbra**, a competência para a prática dos seguintes atos no âmbito da Academia Militar:

- a) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos da lei;
- b) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença ao pessoal civil;
- c) Celebrar protocolos, na área do ensino e da formação, entre a Academia Militar e outros estabelecimentos de ensino integrados no sistema universitário português, ou com institutos superiores, desde que não envolvam encargos relativos a mais de um ano económico;
- d) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delegeo na mesma entidade a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 99.759,58 euros, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 266/2012, de 30 de dezembro de 2011, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2012, subdelegeo na mesma entidade a competência para, no âmbito da Academia Militar, autorizar despesas com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de 5.000 euros.

4 — As competências referidas no n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Diretor dos Serviços Gerais da Academia Militar.

5 — São ratificados todos os atos praticados pelo 2.º Comandante da Academia Militar, que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 20 de dezembro de 2012 e até à publicação deste.

6 — O presente despacho vigora até à data da tomada de posse do titular do cargo de Comandante da Academia Militar.

7 de janeiro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General

Despacho n.º 3 463/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 3 do despacho n.º 3828/2012 de 08 de fevereiro de 2012 de S. Ex.^a o General Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 15 de março de 2012, subdelego no Diretor da Direção de História e Cultura Militar, Major-General (9519074) **João Manuel Santos de Carvalho**, a competência para autorizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, de acordo com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, bem como para praticar os demais atos decisórios previstos neste diploma, até ao limite de 25.000 euros.

2 — A competência referida no número anterior pode ser subdelegada, no todo ou em parte, no Subdiretor de História e Cultura Militar.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 15 de janeiro de 2013 ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Diretor da Direção de História e Cultura Militar que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

29 de janeiro de 2013. — O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Carlos de Sá Campos Gil*, Tenente-General.

Comando da Logística

Despacho n.º 3 540/2013

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Chefe da Repartição de Apoio Geral do Comando da Logística, TCor Inf **Assis Inácio dos Santos Rodrigues**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €12.500,00 (doze mil e quinhentos euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do Despacho n.º 11742/2012, de 03 de setembro, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego ainda, no mesmo Chefe de Repartição, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou cedência ou alienação de bens.

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 01 de outubro de 2012, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

14 de dezembro de 2012. — O Comandante da Logística, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

Direção de Saúde

Despacho n.º 3 464/2013

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 14657/2012, de 14 de novembro, do Tenente-General Quartel-Mestre-General, e nos termos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, subdelego no Subdiretor do Hospital Militar Regional N.º 1, TCor Med

(01270480) **António Maria Ferreira Alcoforado Côrte-Real**, poderes para autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de €40.000,00 (quarenta mil euros);

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 14657/2012, de 14 de novembro, do Tenente-General Quartel-Mestre-General, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego também, no mesmo Subdiretor, poderes para autorizar, realizar e arrecadar receitas provenientes da prestação de serviços e ou de cedência ou alienação de bens no decurso da atividade própria do Hospital Militar Regional N.º 1;

3 — O presente despacho produz efeitos à data de 22 de janeiro de 2013, ficando ratificados, por este meio, todos os atos entretanto praticados.

14 de fevereiro de 2013. — O Diretor de Saúde, *Esmeraldo Correia da Silva Alfarroba*, Major-General.

Zona Militar dos Açores

Despacho n.º 4 052/2013

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 615/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo o Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 07, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 1, Coronel de Infantaria, **António Alberto dos Santos Araújo**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €15.000,00 (Quinze mil euros).

2 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Guarnição n.º 1, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

10 de janeiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

Despacho n.º 4 053/2013

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 615/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo o Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 07, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores, Tenente-Coronel de Infantaria, **João Alberto Gonçalves Domingos**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €15.000,00 (Quinze mil euros).

2 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar dos Açores, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

10 de janeiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

Despacho n.º 4 054/2013

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 615/2013, de 12 de novembro de 2012, do Excelentíssimo o Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 07, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Segundo Comandante

da Zona Militar dos Açores, Coronel Tirocinado de Infantaria, **João Otilio Passos Gonçalves**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €35.000,00 (trinta e cinco mil euros).

2 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Segundo Comandante da Zona Militar dos Açores, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

10 de janeiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

Despacho n.º 4 055/2013

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do despacho n.º 615/2013, de 12 de novembro de 2012, do Tenente-General comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no comandante do Regimento de Guarnição n.º 2, Coronel de Artilharia **Nuno Manuel Monteiro Fernandes**, a competência para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €15 000.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo comandante do Regimento de Guarnição n.º 2, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

10 de janeiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

Zona Militar da Madeira

Despacho n.º 3 839/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 2431/2013, de 16 de janeiro de 2013, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 13 de fevereiro de 2013, subdelego no 2.º Comandante da Zona Militar da Madeira, Coronel de Cavalaria (13076181) **Ricardo Bettencourt Sardinha Portela Ribeiro**, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até 5.000 euros.

2 — Este despacho produz efeitos desde 07 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

15 de fevereiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Marco António Mendes Paulino Serronha*, Major-General.

Despacho n.º 3 840/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 2431/2013, de 16 de janeiro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 13 de fevereiro de 2013, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira, Tenente-Coronel de Infantaria (19015786) **Paulo Bernardino Pires Miranda**, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até 5.000 euros.

2 — Este despacho produz efeitos desde 07 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

15 de fevereiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Marco António Mendes Paulino Serronha*, Major-General.

Despacho n.º 3 921/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 2431/2013, de 16 de janeiro de 2013, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 31, de 13 de fevereiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição N.º 3 Coronel de Infantaria (06907079) **Carlos Avelino Veiga da Paz Moreno**, a competência que me é conferida pelo n.º 2 do mesmo Despacho, para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até 5.000 euros.

2 — Este despacho produz efeitos desde 07 de janeiro de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

15 de fevereiro de 2013. — O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Marco António Mendes Paulino Serronha*, Major-General.

Despacho n.º 4 376/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4/2012, de 9 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, subdelego no 2.º Comandante da Zona Militar da Madeira, Coronel de Cavalaria (13076181) **Ricardo Bettencourt Sardinha Portela Ribeiro**, a competência que me é conferida pelo n.º 1 do mesmo despacho para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até ao limite de €5 000,00.

2 — Este despacho produz efeitos desde 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

6 de novembro de 2012. — O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Tiago Vasconcelos*, Major-General.

Despacho n.º 4 447/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4/2012, de 9 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Zona Militar da Madeira, Tenente-Coronel de Infantaria (19015786) **Paulo Bernardino Pires Miranda**, a competência que me é conferida pelo n.º 1 do mesmo despacho para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até ao limite de €5 000,00.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

6 de novembro de 2012. — O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Tiago Vasconcelos*, Major-General.

Despacho n.º 4 448/2013

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 4/2012, de 9 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 3, Coronel de Infantaria (06907079) **Carlos Avelino Veiga da Paz Moreno**, a competência que me é conferida pelo n.º 1 do mesmo despacho para autorizar despesas com aquisição de bens e serviços, até ao limite de €5 000,00.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 20 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

6 de novembro de 2012. — O Comandante da Zona Militar da Madeira, *Tiago Vasconcelos*, Major-General.

Brigada de Intervenção

Despacho n.º 3 838/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, Coronel de Artilharia (03040483) **Carlos Alberto Borges da Fonseca**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €25.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 914/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria n.º 14, Coronel de Infantaria (03572379) **Artur Carabau Brás**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €25.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria n.º 14 que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 915/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria n.º 19, Coronel de Infantaria (17131684) **Artur José Lima Castanha**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €25.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria n.º 19 que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 916/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria n.º 13, Coronel de Infantaria (11689185) **João Carlos Cabral**

de Almeida Loureiro Magalhães, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €25.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria n.º 13 que se incluíam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 917/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção, Tenente-Coronel de Infantaria (05337188) **João Paulo Silvestre Paulino**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €10.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Unidade de Apoio da Brigada de Intervenção que se incluíam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 918/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 9 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 6, Coronel de Cavalaria (02938481) **Jocelino do Nascimento Bragança Rodrigues**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €25.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 6 que se incluíam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 919/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Engenharia n.º 3, Coronel de Engenharia (17837086) **Jorge Manuel Noronha da Silveira Alves Caetano**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €25.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do Regimento de Engenharia n.º 3 que se incluíam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Despacho n.º 3 920/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 600/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 10 de janeiro de 2013, subdelego

no Comandante do 1BI/KTM/TACRS/KFOR, Tenente-Coronel de Infantaria, (18544188) **José Manuel dos Santos Sá**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de €50.000.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do 1BI/KTM/TACRS/KFOR que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências desde 13 de setembro de 2012.

11 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

Brigada de Reação Rápida

Despacho n.º 4 011/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Artilharia N.º 4, Cor Art (19734783) **Luís Miguel Green Dias Henriques**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificado todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Artilharia N.º 4 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 056/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15, Cor Inf (18518180) **Álvaro Raposo Guerreiro da Silva**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria n.º 15 que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 057/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria N.º 10, Cor Inf (10884983) **Nuno Domingos Marques Cardoso**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria N.º 10 que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 058/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Regimento de Infantaria n.º 3, Cor Inf (08976784) **João Carlos Sobral dos Santos**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Infantaria n.º 3 que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 059/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais, Cor Inf (10541582) **João Alexandre Gomes Teixeira**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Centro de Tropas de Operações Especiais que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 060/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do Centro de Tropas Comandos, Cor Inf (19901885) **Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Centro de Tropas Comandos que se incluíam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 061/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do 2BIPARA/FND/KFOR, TCor Inf (02986886) **Paulo António dos Santos Cordeiro**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €50.000,00.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 27 de março de 2013, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do 2BIPARA/FND/KFOR que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 062/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante da Escola de Tropas Paraquedistas, Cor Inf (01774582) **José Manuel Duarte da Costa**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Escola de Tropas Paraquedistas que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4 063/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante da Unidade de Aviação Ligeira do Exército, Cor Inf (15767882) **José António da Costa Granjo Marques Alexandre**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 13 de setembro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante da Unidade de Aviação Ligeira Exército que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General.

Despacho n.º 4064/2013

1 — Ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 599/2013, de 09 de outubro de 2012, do Comandante das Forças Terrestres, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7 de 10 de janeiro de 2013, subdelego no Comandante do 5CN/FND/ISAF, Cor Inf (19801582) **Diogo Maria da Silva Pinto de Sepúlveda Velloso**, competências para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, bem como praticar todos os demais atos decisórios previstos no Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro até ao limite de €24.939,89.

2 — O despacho produz efeitos a partir de 20 de outubro de 2012, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do 5CN/FND/ISAF que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

18 de janeiro de 2013. — O Comandante da Brigada de Reação Rápida, *Fernando Celso Vicente de Campos Serafino*, Major-General

VI — DECLARAÇÕES

Assembleia da República

Declaração de Retificação n.º 15/2013

Para os devidos efeitos, observado o disposto no n.º 2 do artigo 115.º do Regimento da Assembleia da República, declara-se que a Lei n.º 19/2013, de 21 de fevereiro, «29.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas», publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 37, de 21 de fevereiro de 2013, saiu com as seguintes incorreções, que assim se retificam:

No artigo 35.º da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, constante do artigo 5.º, onde se lê:

«Artigo 35.º
[...]

1 — O tribunal, com vista à aplicação das medidas e penas previstas nos artigos 52.º e 152.º do Código Penal e no artigo 31.º da presente lei, deve, sempre que tal se mostre imprescindível para a vítima, determinar que o cumprimento daquelas medidas seja fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

2 —
3 —
4 —
5 — »

deve ler -se:

«Artigo 35.º
[...]

1 — O tribunal, com vista à aplicação das medidas e penas previstas nos artigos 52.º e 152.º do Código Penal, no artigo 281.º do Código de Processo Penal e no artigo 31.º da presente lei, deve, sempre que tal se mostre imprescindível para a proteção da vítima, determinar que o cumprimento daquelas medidas seja fiscalizado por meios técnicos de controlo à distância.

2 —
3 —
4 —
5 — »

Assembleia da República, 14 de março de 2013. — O Secretário-Geral, *J. Cabral Tavares*.

VII — PROTOCOLOS

Protocolo de colaboração entre o Comando da Instrução e Doutrina e o Internacional Sport Clube

1. Preâmbulo

Considerando que o Internacional Sport Clube (ISC), é uma pessoa coletiva, sem fins lucrativos, tendo como missão o desenvolvimento do desporto por diversos escalões etários e como objeto principal o fomento, desenvolvimento e a prática de atividade desportiva e social.

Considerando que o Comando da Instrução e Doutrina (CID), esta equipado com instalações desportivas que satisfazem as necessidades do ISC.

A celebração do presente protocolo, tem como objetivo disponibilizar o Pavilhão Gimnodesportivo Coberto do CID, para treinos de Futsal por parte do ISC, justificando-se esta formalidade, pela necessidade do carácter permanente, da cooperação entre as partes, visando o presente clausulado regular as responsabilidades supervenientes da mesma.

2. Identificação das partes

Entre:

a) O EXÉRCITO PORTUGUÊS, pessoa coletiva N.º 600 021 610, como primeiro outorgante, representado neste ato pelo Comandante da Unidade de Apoio do Comando da Instrução e Doutrina, TCor Art Manuel Joaquim Ramalinho Baltazar;

e

b) O Internacional Sport Clube, pessoa coletiva N.º 509 844 189, com sede social na Rua das Tâmaras, N.º 3, 1º Esq, 7005-511 Évora, representada neste ato pelo Exmo. Senhor José Eduardo Pereira Gomes Leite, na qualidade de Presidente, com poderes para outorgar o presente acordo.

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª (Objeto)

O presente protocolo tem por objeto permitir a utilização, do Pavilhão Gimnodesportivo, ao segundo outorgante, no âmbito de treinos da equipa de Futsal.

Cláusula 2.ª (Obrigações do Primeiro Outorgante)

No âmbito do presente protocolo o primeiro outorgante compromete-se a:

a) Ceder o Pavilhão Gimnodesportivo do CID, referido na Clausula 1.ª, do presente protocolo, nos dias solicitados pelo segundo outorgante, de acordo com a disponibilidade do Pavilhão e das atividades de instrução interna do CID;

b) Acordar previamente, com o segundo outorgante, o horário de utilização das instalações, em anexo;

c) Nomear responsável pela comunicação das instruções de utilização das infraestruturas, no âmbito do presente protocolo.

Cláusula 3.ª
(Obrigações do Segundo Outorgante)

No âmbito do presente protocolo, o segundo outorgante compromete-se a:

- a) Zelar pelo bom uso do Pavilhão Gimnodesportivo Coberto do CID, a cada utilização;
- b) Entregar uma listagem com a composição das equipas, que irão fazer uso do Pavilhão, cujos atletas e treinadores deverão ser devidamente identificados com fotografia;
- c) Garantir a existência de seguro para todos os atletas e treinadores, com cobertura de danos pessoais e abrangendo a prática desportiva;
- d) Proceder de acordo com as regras de segurança;
- e) Nomear responsável pelas comunicações a realizar no âmbito da execução do presente protocolo.

Clausula 4.ª

(Encargos Financeiros)

1. Do presente protocolo não decorrem encargos financeiros para o Exército Português.
2. Para fazer face aos custos inerentes à utilização das instalações desportivas em causa, o Internacional Sport Clube deverá entregar, como contrapartida financeira a prestação semanal de 30 € por utilização de 10 horas semanais.
3. O pagamento da prestação semanal de 30 € que deverá ser efetuada no último dia de cada mês, para o NIB 0781011 2011200 1216329.

Clausula 7.ª

(Regras de Segurança)

1. O primeiro outorgante não se responsabiliza por quaisquer acidentes que possam ocorrer no interior das suas instalações.
2. O primeiro outorgante poderá interromper ou suspender, a qualquer momento, a execução do presente protocolo, por razões de segurança.
3. Todos os elementos envolvidos nas atividades (Treinadores e Atletas), devem seguir as indicações dadas pelos elementos militares que se encontram de serviço.
4. A entrada na Unidade realizar-se-á pela Porta de Armas (Largos dos Castelos), devendo ser efetuada em conjunto pelos atletas e treinadores quando estes estiverem reunidos.
5. Sempre que solicitado pelo pessoal de serviço, os atletas ou treinadores devem identificar-se com o BI ou Cartão de Cidadão.
6. Os atletas e treinadores devem restringir os seus movimentos às zonas desportivas do CID, sendo expressamente proibido entrada em locais restritos.

Clausula 8.ª

(Resolução)

1. Caso se verifiquem circunstâncias extraordinárias ou no caso de incumprimento, as partes poderão resolver, a todo o tempo, o presente protocolo de colaboração, mediante a apresentação dos fundamentos, através de denúncia em carta registada com aviso de receção.
2. A resolução do presente protocolo não confere o direito de indemnização a qualquer das partes.

Cláusula 9.ª
(Prazo de Vigência)

1. Este protocolo entra em vigor em **01JAN2013** e é valido até final do ano letivo (2012/2013).
2. O protocolo poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo escrito, um mês antes do termo da sua vigência.

Cláusula 10.ª
(Disposição Final)

O primeiro outorgante, reserva-se no direito de proceder à interrupção temporária das atividades desportivas, por motivos excepcionais, informando o segundo outorgante.

Anexo: Horário de utilização 2012/2013 do Pavilhão Gimnodesportivo do CID, por parte do Internacional Sport Club.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Évora, aos 05 dias do mês de março de 2013

Pelo 1.º Outorgante: O Comandante da UnAp/CID, *Manuel Joaquim Ramalhinho Baltazar*, Tenente-Coronel de Artilharia

Pelo 2.º Outorgante: O Presidente do Internacional Sport Club, *José Eduardo Pereira Gomes Leite*

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 03/31 DE MARÇO DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, o MGen (03033681) **Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos**.

(Por despacho de 28 de dezembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, o TCor Inf (00560183) **Filipe Jorge Pires Medina de Sousa**.

(Por despacho de 21 de dezembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, o Maj Eng (11013094) **Mário Manuel da Fonseca Martinho**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, o Cap Eng (31268291) **Gabriel de Jesus Gomes**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar de 1.^a classe, nos termos do disposto nos artigos 22.º, alínea a), 23.º, n.º 2 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, do mesmo diploma legal, o Cor AdMil (06220279) **Jorge Eduardo Mota Santos**.

(Por despacho de 7 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar de 2.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Maj Inf (34743193) **Pedro Miguel Pisco Magrinho**.

(Por despacho 05 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar de 3.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o Cap Cav (15993494) **Fernando Casimiro Gonçalves Fernandes**.

(Por despacho 05 de fevereiro de 2013)

O Presidente da República decreta, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte:

É concedida ao SMor Tm (05993081) **Jaime de Sousa Vieira**, a Medalha de Mérito Militar de 3.ª classe.

(Por decreto de 10 de Janeiro de 2013)

Atento o louvor concedido pelo Diretor-Geral da Polícia Judiciária Militar, em 10 de dezembro de 2012, ao Major de Infantaria (13638091) Carlos Alberto da Silva de Sousa Pinto, considero que o seu desempenho nas funções que lhe foram confiadas neste corpo superior de polícia criminal, satisfaz os requisitos expressos no artigo 25.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, porquanto a sua ação contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 25.º, 26.º e alínea *b*), do n.º 1, do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, conceder a Medalha de Defesa Nacional, de 2.ª classe, ao Maj Inf (13638091) **Carlos Alberto da Silva de Sousa Pinto**.

(Por portaria de 22 de Janeiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, segunda classe, o Maj Eng (06667591) **António José Nunes Donário Veríssimo**.

(Por despacho de 05 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Eng (33131893) **Rui Miguel Paulo Cordeiro**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Eng (19493297) **António Carlos dos Santos Ferreira**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Art (18760596) **Hugo Cristiano da Costa Baptista**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap Eng (11589998) **Luís Pedro Patrício Fernandes**.

(Por despacho de 17 de outubro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, terceira classe, o Cap AdMil (05918597) **Hugo Ricardo Miranda Leitão**.

(Por despacho de 05 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Eng (01307487) **Luís Manuel da Silva Carvalho dos Santos**.

(Por despacho de 05 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o SAj Mat (01898090) **José Alexandre Mendes Lamaroso**.

(Por despacho de 27 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a medalha Cruz de São Jorge, quarta classe, o 1Sarg Eng (06825989) **Vítor Luís Costa Monteiro Lourenço**.

(Por despacho de 04 de dezembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cor AdMil (08394684) **Rui Alexandre de Castro Jorge Ramalhete**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Tm (09304085) **José Augusto dos Santos Rodrigues**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Inf (06967586) **José Alberto dos Santos Marcos**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Inf (11079884) **Jaime Ventura Morais Queijo**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Art (19123887) **César Luís Henriques dos Reis**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Eng (06282588) **Leonel José Mandes Martins**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Art (10687585) **Élio Teixeira dos Santos**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor Eng (11122990) **Bartolomeu Pedro Martins de Bastos**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCor TExpTm (02067777) **João Aires Fernandes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a TCor Farm (12242093) **Maria José Filipe Duarte Bailão**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj TManMat (12486780) **Alexandre Francisco Salsa Arranhado**.

(Por despacho de 29 de novembro de 2012)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (01953389) **Mário Manuel Mourão Pinto**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj SGE (07760179) **Carlos Alberto Jesus Pereira**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj TManMat (14043580) **José Manuel Gomes Domingues**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Inf (06401387) **Carlos Alberto Pombo Guerra da Silva**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj Eng (20694191) **José António Fernandes Amaral**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Maj Vet (05675093) **Isabel Maria Monteiro Marques Holbeche Fino da Costa Gabriel**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj TExpTm (12918382) **António Duarte Cunha Machado**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj TPesSecr (08499386) **Manuel António de Vilhena Pereira**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Maj TPesSecr (17012782) **Alberto José Moreira Belo**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Art (02337795) **Paulo Sérgio de Almeida Rodrigues**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Art (17815499) **Nuno Miguel Lopes da Silva**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap Cav (19771900) **Samuel de Freitas Gomes**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Cap TTrans (02384490) **Firmino António Gomes Vital**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Ten Art (16536297) **Carlos Jorge Cid Figueira**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Ten Inf (09601501) **Daniel Filipe de Carvalho Gomes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Ten Inf (08593000) **Bruno Miguel Paulo Baptista**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Inf (00478283) **Tomás Augusto Pinto Alves**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCh Eng (01268183) **Esmeraldo Pereira dos Santos**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Cav (02316485) **Luís Manuel Alves Grácio Contente**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj SGE (02828987) **Armando Luís Henriques Lopes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (17183586) **Rui Manuel Cabral Texeira**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (08406683) **Carlos Alberto Henriques Bento**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Mat (16097886) **Luís Alberto Vieira Leal**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (15463084) **Joaquim Neves Pina Monteiro**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj SGE (15159486) **Carlos Augusto Nunes Ferreira**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (04454387) **Manuel Nogueira de Oliveira Gonçalves**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (06671885) **Carlos Manuel da Silva Lopes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (15113787) **Ricardo Oliveira Gonçalves Guerra**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (01437487) **Aurélio Catarino Augusto**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Tm (13927087) **Celestino Manuel Abreu da Costa Rios**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (19685089) **Rui Manuel Alves Fontes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Eng (00960190) **António Joaquim Pires Marques**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (09655888) **Joaquim Manuel Marques Robalo**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Inf (16346289) **Fernando José Ramos Pereira**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAj Art (06613591) **Gilberto Barradas Correia**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Cav (07635791) **António Jaime Dias da Silva**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (10291092) **Pedro Filipe Araújo Gonçalves**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (00308091) **Álvaro Alexandre Oliveira Soares**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (19011000) **Rui Pedro Campos Francisco**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (31432691) **João Manuel Ferreira de Vasconcelos Nogueira**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Aman (04080886) **Luís Filipe dos Santos Carvalho**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (11601192) **Élio Costa Neto**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (11803691) **António Henrique Cabreiro Fernandes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg PesSec (09141297) **Francisco Emídio Oliveira da Silva**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (10784894) **Miguel Cerdeira Gonçalves**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a 1Sarg PesSec (16854494) **Alda Cristina Matias da Rocha**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Eng (13373796) **Pedro Simões Nunes**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Cav (19752299) **Artur Manuel Rodrigues Correia**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Sarg Inf (06164996) **João Dinis Condeço Julião**.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor AdMil (08394684) Rui Alexandre de Castro Jorge Ramallete;
Cor Art (08456585) Luís Filipe Pereira Nunes;
Cor Inf (01363084) Jorge Manuel Barreiro Saramago;
Cor Art (11455382) José Manuel dos Ramos Rossa;
TCor AdMil (16678180) Victor Carreiros Pedroso;
SMor Mus (11160785) Serafim de Oliveira Aguiar;
SMor Tm (01005283) Eduardo António dos Santos Cardoso;
SMor Inf (09523583) António Maria Coelho da Silva Ribeiro;
SMor Mat (03620883) Orlando Filipe Oliveira Cabral;
SMor Inf (14255982) Rui Manuel Círiaco dos Santos;
SCh Mus (08849983) Gonçalo Pereira da Rocha;
SCh Inf (16742782) José Manuel Coelho Rodrigues;
SCh Inf (07824583) Horácio Joaquim da Conceição Chaves Rodrigues.

(Por despacho de 06 de fevereiro de 2013)

SAj Inf GNR (04342880) José Artur Falamino;
CbMor Inf GNR (15572781) Joaquim de Sousa Rocha;
CbCh Inf GNR (12529078) João Joaquim Gonçalves dos Santos;
Cb Inf GNR (09571482) Jorge Manuel de Sousa Costa;
Cb Inf GNR (05244681) Angelo Emilio Esteves;
Cb Inf GNR (14528081) Tiago Ferreira de Sá;
Cb Inf GNR (05118484) Francisco José Rosa Martins;
Cb Inf GNR (15689883) José António Palmeiro Ratinho;
Cb Inf GNR (16021081) Manuel Jesus Melim Gonçalves;

Cb Inf GNR (12919880) José Marcelino de Sousa Rodrigues Cró;
Cb Inf GNR (17526681) José Mateus Teixeira Vieira;
Cb Inf GNR (09876381) João Miguel Marques Costa;
Cb Inf GNR (06430380) Manuel Baltazar Fernandes Aires;
Cb Inf GNR (14503681) João Augusto Paixão Fernandes;
Cb Inf GNR (16330281) António Augusto Amaral Domingues.

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

SMor Art (16209381) Orlando José Pinho Ribeiro;
SMor Art (18278282) António Manuel Aguiar Vidicas;
SMor Tm (12178179) Vítor Manuel Alves Castro;
SMor Art (01469983) João Carlos Falé Baião Matoso;
SMor Inf (10969883) Jorge Manuel Manecas Miranda;
SCh Eng (10228684) Rui José Ferreira Sousa Casimiro;
SCh AdMil (09671481) Fernando Jorge Almeida Raposo;
SAj Inf (08096686) José António Duarte Rebelo da Cruz;
SAj Inf (12728383) José Manuel Faustino Gomes;
SAj Corn/Clar (17917382) Joaquim Fernandes Dias Agudo.

(Por despacho de 28 de fevereiro de 2013)

Cor Inf GNR (11466281) Francisco José Videira Caldeira;
SCh Inf (10195583) Alamiro Correia Ferrão;
SCh Eng (10447682) Joaquim Farias;
SCh Mat (14128283) Luís Manuel Rodrigues Pereira;
SCh Tm (07680781) Vítor Fernando da Silva Modesto.

(Por despacho de 04 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

1Sarg Cav (07654193) Jorge Henrique Pinto da Silva;
1Sarg PesSec (16210494) Marco Paulo Abreu Marques Caldeira;
1Sarg Cav (00872097) Marco António Boyol da Silva;
1Sarg Trans (00453594) Nuno Miguel Gaspar;
2Sarg Mat (17636595) Ricardo Filipe Rodrigues Ferreira.

(Por despacho de 28 de fevereiro de 2013)

Cap Inf (12039796) Carlos Francisco Rama Monteiro Ferreira;
Cap Inf (13481297) José Edgar Ferreira Raínho Carvalho;
1Sarg Inf (03624192) João Manuel Oliveira Costa;
1Sarg Inf (37692692) Jorge Miguel Gonçalves Monteiro;
Cap Cav GNR (1970318) Nuno Alexandre Cortez Gonçalves Santos;
Cap Inf GNR (1970341) Hugo Alexandre Neves Dias Silva;
1Sarg Inf GNR (1980137) Fernando da Conceição Guerreiro;
1Sarg AdMil GNR (1991016) Célia Margarida Santos Penitência;

1Sarg Inf GNR (1970089) Manuel Jorge dos Santos Rosário;
1Sagr Cav GNR (1970366) Vitorino Manuel Fernandes Cavaco;
1Sarg AdMil GNR (1970540) Sérgio Manuel da Silva Português;
1Sarg Inf GNR (1970748) António Joaquim Reis Lúcio;
1Sarg Inf GNR (1970830) Rui Manuel Fernandes Leite;
1Sarg AdMil GNR (1970629) Paulo Alexandre Caiano Filipe;
1Sarg Inf GNR (1970546) Sérgio Manuel Vitória G. Nascimento;
1Sarg Inf GNR (1970042) Vítor Manuel Ferreira Martins;
1Sarg Inf GNR (1970018) Rui José Lança de Sousa;
1Sarg Cav GNR (1980012) Telmo Paulo Moreira de Almeida Jorge;
2Sarg Inf GNR (1980706) Pedro Paulo Veiga Feliciano;
2Sarg Inf GNR (2020955) Márcio Fernando dos Santos Lemos;
2Sarg Cav GNR (1970368) António José Caetano Fialho;
Cb Inf GNR (1970489) Rui Alberto Sousa Abreu;
Cb Cav GNR (1980008) Manuel Alberto de Jesus Pestana;
Cb Cav GNR (1971022) Pedro Miguel Martins Jacinto;
Cb Inf GNR (1970021) Francisco Oliveira Dias;
Cb Cav GNR (1910158) Rui António Pica Seita;
Cb Inf GNR (1980178) Paulo Alexandre Cândido Rodrigues;
Cb Inf GNR (1880318) Manuel Fernando Salgueiro Alegre;
Cb Cav GNR (2000357) Victor Manuel Pedreira Eiras;
Cb Inf GNR (1970575) Tiago Caldeira Leodoro;
Cb Inf GNR (1970068) José Maria Ganchinho Lopes;
Cb Inf GNR (2020701) Paulo Egídio Velhinho Correia;
Cb Inf GNR (2000463) Néilson Luís Pereira;
Cb Inf GNR (1860508) José Carneiro dos Reis Santos;
Cb Inf GNR (1990757) António Francisco Linhas Carriço;
Cb Cav GNR (1980117) Paulo Sérgio Lopes dos Santos;
Cb Inf GNR (1980085) Bruno Miguel Matos Cândido;
Cb Inf GNR (1920074) José Manuel Alves Ventura;
Cb Inf GNR (2000218) Tomé Manuel Pedras Rodrigues;
Cb Inf GNR (1990929) Hugo Miguel de Sousa Cuco;
Cb Inf GNR (1970881) Jorge António Pereira do Paço;
Cb Inf GNR (1980010) Manuel Jorge de Jesus Gonçalves;
Cb Cav GNR (1920238) Carlos Manuel Dias Pacheco;
Cb Inf GNR (1920504) António Custódio de Jesus Lourenço;
Cb Inf GNR (1980015) Daniel José Salvado Patrício;
Cb Inf GNR (2010540) Pedro Miguel Pires Alves;
Cb Cav GNR (1980613) João Manuel Alves Mateus;
Cb Inf GNR (1970247) Márcio Jorge Oliveira da Silva;
Cb Inf GNR (1970722) Carlos Manuel Correia Ambrósio;
Cb Inf GNR (1970730) Paulo José Nunes Varandas;
Cb Inf GNR (1970633) Jorge Manuel Monteiro Gaspar;
Guar Inf GNR (1970892) António José Barrocas Grilo;
Guar Inf GNR (1980019) Néilson Manuel Rosado Balixa;
Guar Inf GNR (1970983) Luís Filipe Ramos Lopes;
Guar Inf GNR (1970852) Milton Jorge Ribeiro Calhau;
Guar Inf GNR (1970497) Josué de Almeida Pinto de Pina;
Guar Inf GNR (1970762) Néilson Miguel Cristal Luís;

Guar Inf GNR (1970958) Jorge António Costa Piçarra;
Guar Inf GNR (2030247) Fernando Manuel Valejo Barroso;
Guar Inf GNR (1970910) Eduardo António Candeias Ramalho;
Guar Inf GNR (1970955) Rui Miguel de Matos da Silva;
Guar Inf GNR (1970708) Marco António da Conceição Morujo;
Guar Cav GNR (1970495) Artur Jorge Loureiro Martinho Cegonho;
Guar Inf GNR (1970377) Nuno José Paulino Matias;
Guar Inf GNR (1980168) Nuno Alexandre Carvalhal Machado;
Guar Inf GNR (1970113) Sérgio Manuel Xavier Figueirinha;
Guar Inf GNR (1980163) Luís Filipe Campelo Pinto;
Guar Inf GNR (1980172) Filipe Gaspar Alves;
Guar Inf GNR (1971025) Orlando Jorge Ferreira Rua;
Guar Inf GNR (2010083) Hugo Miguel Mourata Serrano;
Guar Inf GNR (1970592) Francisco José Nóbrega Fernandes Conceição;
Guar Inf GNR (1980539) José Miguel Correia Alves;
Guar Inf GNR (1980551) Fátima Maria Nunes Camacho J. Rosa;
Guar Inf GNR (2020041) Vânia Sandra Rodrigues Bargante;
Guar Cav GNR (1980809) Gilberto de Jesus Pereira;
Guar Cav GNR (1970565) José Luís Serrano Rodeia;
Guar Inf GNR (1990779) Manuel João Espada Real;
Guar Inf GNR (1990902) Carlos Alberto Amorim Alves;
Guar Cav GNR (2000536) Nelson Manuel Alves Bico;
Guar Inf GNR (1990277) Válder Miguel Alves Martins;
Guar Inf GNR (1990299) Nuno Miguel Dias Moura;
Guar Inf GNR (1990887) Adérito Paulo Fernandes Geraldês;
Guar Inf GNR (2020822) Alfredo Ramos Quintal;
Guar Inf GNR (1970733) José Maria Mota Araújo;
Guar Inf GNR (1980190) José Manuel Carapeto Godinho;
Guar Inf GNR (1990641) Hugo Lima Gomes Mendes.

(Por despacho de 04 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Maj Med (33857292) Célia Catarina S. C. Bessa;
2Sarg Mus (08464701) Carlos Eduardo Dias Gradíssimo;
2Sarg Mat (00840302) Daniel Alexandre Póvoa Pereira;
2Sarg Mat (18361902) Miguel Tavares de Matos;
Alf Inf GNR (02060028) Marco André Urbano Pinheiro;
Alf Inf GNR (02060031) Filipe Alexandre Ferreira Costa;
Alf Inf GNR (02060015) Márcio José Anes Fernandes;
Alf Inf GNR (02060020) Joana Raquel da Silva Lourenço;
Alf Cav GNR (02060017) Filipe André Correia Paulino;
2Sarg Inf GNR (01797692) Raul Jorge Fernandes da Costa;
2Sarg Inf GNR (02060844) Jerry Louis Moniz Calaça;
2Sarg Auto GNR (02050201) Pedro Miguel Dias Mealha;
2Sarg Inf GNR (02785003) Ricardo Joel de Sousa Faria;

2Sarg Inf GNR (14491802) Hélder Manuel Gonçalves Barreira;
Furr Inf GNR (04448286) Nelson João Mendonça Teixeira;
Cb Inf GNR (01548992) Vítor António Gaspar Teixeira;
Cb Inf GNR (02060502) Irene do Rosário Pereira Aleixo;
Cb Inf GNR (13632103) Tiago Filipe Guerreiro da Costa;
Cb Cav GNR (04134695) Bruno António Quintas Augusto;
Cb Inf GNR (38763592) Jorge Adriano Barroso Gomes;
Cb Inf GNR (10631283) António Ramos dos Santos;
Guar Inf GNR (02060978) Bruno Alexandre Bento Correia;
Guar Inf GNR (18570404) Ricardo Jorge Pereira Câmara;
Guar Inf GNR (2060877) David Miguel do Vale Ferreira;
Guar Inf GNR (13663702) Filipe José de Jesus Guerreiro;
Guar Inf GNR (19205305) Adelino Miguel Santos Ferreira da Silva;
Guar Inf GNR (18411802) José Miguel Penelas da Costa;
Guar Inf GNR (10626605) Cláudio Alexandre Rego Teixeira;
Guar Inf GNR (02100432) Jerónimo Fernando Abreu de Almeida;
Guar Inf GNR (09330505) Luís Filipe Cruz Bonaparte;
Guar Inf GNR (19954505) António José de Freitas de Sousa;
Guar Inf GNR (09808206) Ruben Figueiredo Pereira;
Guar Inf GNR (09973403) Tiago Daniel Tomás Dias Ramos;
Guar Inf GNR (09309706) Paulo Jorge Silva dos Santos;
Guar Inf GNR (02060999) Marco António Pinto de Aguiar;
Guar Inf GNR (06225603) Hugo Manuel Lourenço;
Guar Inf GNR (19615502) Ivo Alexandre Monteiro Vicente;
Guar Inf GNR (13883104) Rui Miguel Brinquete Pinhel;
Guar Inf GNR (19620702) Bruno de Jesus Gomes Fialho;
Guar Inf GNR (04768502) Rui Dias dos Santos Duarte;
Guar Inf GNR (02040233) Ângela Manuela Ferreira Mota;
Guar Inf GNR (06670401) Cláudia Daniela Morais Sampaio Faria;
Guar Inf GNR (03464302) João Paulo Martins Brites;
Guar Inf GNR (02060548) António Carlos da Cunha Bastos;
Guar Inf GNR (02060767) Ana Patrícia Maia Loureiro;
Guar Inf GNR (2100569) Vítor Hugo Freitas da Silva;
Guar Cav GNR (2060951) Vera Lúcia de Sousa Ivo;
Guar Inf GNR (2090451) André Filipe Santos Viveiros;
Guar Inf GNR (02020323) Dina Marta Alves Viveiros;
Guar Inf GNR (02060906) Manuel Joaquim Lopes Rualonga;
Guar Inf GNR (07048004) Ezequiel Pereira Gonçalves;
Guar Inf GNR (02060864) Pedro Manuel Cordeiro da Ponte;
Guar Inf GNR (18129796) Carlos Filipe Meleiro;
Guar Inf GNR (09361803) Armindo Manuel da Silva Moreira;
Guar Inf GNR (09709197) David José Coelho Ferreira;
Guar Cav GNR (21453293) Paulo Jorge da Rocha Costa;
Guar Inf GNR (02030961) Manuel Joaquim Oliveira Reis Vaz;
Guar Inf GNR (09459698) Fernando Manuel Vieira Coelho;
Guar Inf GNR (03924601) Tiago Fernando da Silva Pereira;
Guar Inf GNR (01102794) Albérico Morais Moura;
Guar Inf GNR (05412698) Alexandre Filipe Correia Tomázio;
Guar Inf GNR (05562104) João Lúcio Peixoto Leal;
Guar Cav GNR (17736900) Miguel Bazílio Nobre;

Guar Inf GNR (02060870) Nélson Miguel Estevinha Meneses Faca;
Guar Inf GNR (02020823) Apolinário Miguel Nóbrega de Freitas;
Guar Inf GNR (09816106) José Carlos Ribeiro Soares;
Guar Inf GNR (09061504) João Paulo Varela Correia;
Guar Inf GNR (09816305) Rui Pedro Vargues de Jesus;
Guar Inf GNR (10398403) Luís Miguel Cobra Caramelo;
Guar Inf GNR (15930600) Augusto Diogo Romão da Cruz;
Guar Inf GNR (15493303) Marco André Jacinto Mira;
Guar Cav GNR (17219803) David Alexandre Águas Duarte;
Guar Inf GNR (18351702) Miguel Alexandre Santana Soares;
Guar Inf GNR (10795804) Leonel Rodrigues Costa;
Guar Inf GNR (11085103) Bruno André Cardoso dos Santos;
Guar Inf GNR (02090957) Pedro Manuel Marques Almeida;
Guar Inf GNR (08113499) Bruno José Martins do Lago;
Guar Inf GNR (03988803) Fábio Joaquim Xavier;
Guar Inf GNR (2060946) Ivan Alberto de Sousa Barbosa;
Guar Inf GNR (18289804) Alexandre Miguel Moreira da Costa;
Guar Inf GNR (09811603) João Miguel Gonçalves Castro;
Guar Inf GNR (19336603) Jorge David Teixeira Melo;
Guar Inf GNR (20781391) Pedro Luís Morais Mendonça Martins;
Guar Inf GNR (11417203) Vítor Bruno de Sousa Ferreira;
Guar Inf GNR (03819304) Fernando Miguel Gonçalves Coutinho;
Guar Inf GNR (02061029) Maria da Conceição Azevedo Vieira;
Guar Inf GNR (02060953) Natália de Jesus de Sousa Machado;
Guar Inf GNR (09924205) Joaquim José Pedrosa da Mota;
Guar Inf GNR (06841100) Luís Francisco da Silva Vieira Almeida.

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

Ten AdMil (09325804) João Paulo Lourenço Ferreira;
Alf AdMil (00250104) Vânia Sofia Silva Santos;
Alf Cav (10598005) João Pedro Vaz Silva Machado Laureano;
Alf Cav (06996003) André da Rocha Gonçalves;
Alf Cav (16934304) Ricardo Manuel Monteiro Vieira;
Alf Cav (17464904) Bruno Manuel Sousa Ferreira;
Alf Cav (11791604) Frederico Ferreira dos Santos;
Alf Cav (02234604) João Pedro Marques Salavessa;
2Sarg Inf (04673805) Mário Filipe Coelho Fazenda;
2Sarg Cav (00883306) Celso João Barbosa Gomes;
2Sarg AdMil (05770604) Daniel Alexandre Franco Jorge;
2Sarg Cav (10031103) António Miguel de Oliveira Pinto;
2Sarg Mat (06138403) Bruno Lamas de Carvalho;
2Sarg Mat (09196704) Telmo Manuel Rosa Antero;
2Sarg Cav (05786605) Bruno Filipe Andrade Vilas Boas;
2Sarg Cav (05312904) Bruno José Teixeira Marques;
2Sarg Mat (18638005) Nuno Miguel Pereira da Silva.

(Por despacho de 28 de fevereiro de 2013)

Ten SAR 01907297) António Joaquim Pinto Dias;
2Sarg Med (17643304) Marc Manuel de Carvalho Miranda.

(Por despacho de 04 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho, da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor Christoph Fehr “Balcãs, 2012-13”;
Cor (171326TV) Mário Di Iulio, “Balcãs 2012-13”;
TCor (804177SQ) Michele Salvo, “Balcãs 2012-13”
TCor (1120165506) Robert Germanús Carruthers III, “Balcãs 2012-13”;
TCor (1145298780) Barry Neil Ramey, “Balcãs 2012-13”;
Maj (807231TC) Gabriele Gainelli, “Balcãs 2012-13”;
Cap (280534WC) António Luciano Di Cristofaro, “Balcãs 2012-13”;
SCh (641373RH) Armando Santosuosso, “Balcãs 2012-13”.

(Por despacho de 22 de fevereiro de 2013)

Cap Mat (10372299) Manuel José Silva Neves Morgado, “Kosovo 2009”;
Cap Tm (06372290) Carlos Augusto Tomás Fernandes, “Bósnia 1997”;
Ten Art (00389501) Pedro Filipe Carrazedo Barbosa, “S.Tomé 2011-12”;
Ten Cav (08113200) Pedro Miguel Pereira Seabra Gonçalves, “Afeganistão 2011-12”;
Ten Inf (10738401) David Elias Moreira Marcos, “Uganda 2012”;
SAj Inf (04273486) José David Monteiro Morgado, “Bélgica 2007-10”;
1Sarg Cav (17256001) Luís Manuel Torrado Boino, “Afeganistão 2011-12”;
1Sarg Cav (36663493) Luís Alberto Sampaio Ramos, “Afeganistão 2011-12”.

(Por despacho de 26 de fevereiro de 2013)

Maj Med (25450291) Sónia Nogueira Lima da Silva de Castro Gil, “Timor 2002-03”;
SCh Inf (51238311) Mário Vicente Miguel, “Moçambique 1975”;
1Sarg Inf GNR (12505194) Nuno Miguel Barreiro Navalho, “Bósnia 1998”;
2Sarg Inf (03950303) José António Teixeira Mesquita, “Kosovo 2006-07”.

(Por despacho de 05 de março de 2013)

Condecorados com Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais das FAP, por despacho da data que se indica, do Major-General Director de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor Inf (06907079) Carlos Avelino Viegas da Paz Moreno, “S.Tomé 2009-12”;
TCor Inf (07323682) José Manuel Ferreira Afonso, “Timor-Leste 2012”;
TCor AdMil (06207184) António Manuel Pereira Baptista, “Angola 2012-13”;
Maj Inf (03917791) Marco Paulo Alves do Carmo Lima “Afeganistão 2012-13”;
1Sarg Mat (16768295) Paulo Alexandre de Melo Graça, “Líbano 2009”;
1Sarg Eng (10784894) Miguel Cerdeira Gonçalves, “S.Tomé 2009-10”.

(Por despacho de 26 de fevereiro de 2013)

TCor Cav (12023988) Alfredo Manuel Aparício Filipe, “Angola 2011-12”;
SAj Inf (09936485) Carlos Manuel Martins dos Santos, “Bósnia 2001”;
1Sarg Inf (09324685) Higino Fernando Neves Esteves, “Somália 2012”;

1Sarg Inf (05787594) António Manuel Marques Matos Almeida, “Somália 2012”;

1Sarg Inf (19011000) Rui Pedro Campos Francisco, “Somália 2012”;

1Sarg Cav (07730895) Pedro João Ribeiro Azevedo, “Somália 2012”.

(Por despacho de 05 de março de 2013)

Manda o o Governo, pelo Ministro da Administração Interna, ao abrigo dos artigos 7.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de maio, condecorar com Medalha de Serviços Distintos de Segurança Pública, grau ouro, o Major-General (07529778) **Manuel Mateus Costa da Silva Couto**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Louvores

Louvo o MGen (07529778) **Manuel Mateus Costa da Silva Couto**, porque no exercício das altas funções de Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI), revelou excecionais virtudes militares, inexcusável competência técnica e profissional e grande dedicação, ao serviço da segurança pública e ao serviço da Guarda Nacional Republicana.

Desempenhando a sua atividade num período difícil, consequência dos constrangimentos decorrentes da crise financeira que o estado atravessa e das profundas alterações introduzidas na organização e modo de funcionamento da instituição na área da gestão dos meios humanos, materiais e financeiros, corolário da implementação de uma nova lei orgânica e de novas normas estatutárias e remuneratórias, garantiu, em todas as circunstâncias, como comandante do CARI, índices de produtividade, nas áreas à sua responsabilidade, dignos de registo, contribuindo decisivamente para que todos os órgãos e unidades pudessem continuar a cumprir as suas missões na prevenção de perigos, no combate à criminalidade e delinquência, na redução da sinistralidade nas estradas portuguesas, no acréscimo das ações de proteção civil às populações, na ação externa em apoio da política externa do estado português, em suma, garantindo a segurança dos cidadãos e dos seus bens e o livre exercício dos direitos liberdades e garantias.

À complexidade dos desafios com que foi confrontado, respondeu o Major-General Silva Couto com grande espírito de missão e alto sentido do dever, muitas vezes com o sacrifício dos seus tempos livres e interesses pessoais, para que as respostas aos múltiplos e difíceis problemas que lhe eram colocados fossem dadas ou, no mínimo, tratadas para futura resolução. Consciente da dificuldade em solucionar a preceito e com oportunidade todas as questões apresentadas, não deixou, porém, o comandante do CARI de pessoalmente se empenhar para que a componente operacional da Guarda não fosse afetada na sua produtividade, propósito que foi assegurado em todas as vertentes do apoio logístico que era exigido.

Oficial-General de uma postura ética irrepreensível, de uma lealdade exemplar, a par da constância e da força do seu exemplo, e de um profundo sentido humano, que lhe são próprios, permitiram-lhe, desde muito cedo, conquistar o respeito e o apreço dos seus subordinados galvanizando-os para o cumprimento das suas obrigações, com reflexos amplamente positivos na elevada proficiência do CARI, revelando a elevação e integridade do seu caráter e do empenho que sempre coloca na execução das tarefas que lhe compete realizar, por mais exigentes e espinhosas que sejam.

Ao terminar o seu período de serviço na Guarda, deixa marca indelével da generosidade e da nobreza do seu caráter, pelo que torna-se justo enaltecer a preciosa e significativa colaboração dada, sendo de inteira justiça manifestar-lhe público reconhecimento pela lealdade, provado esforço e grande dedicação ao serviço de segurança pública, classificando os serviços por si prestados à Guarda Nacional Republicana como extraordinariamente importantes, relevantes e distintos.

12 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

Louvo o MGen (03033681) **Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida e Vasconcelos** pela forma altamente honrosa e notável como cumpriu as funções de Comandante do Comando Operacional da Madeira (COM), ao longo dos dois últimos anos.

No desempenho das suas tarefas, o Major-General Tiago Vasconcelos revelou excepcionais qualidades e virtudes militares, a par de uma inexcedível capacidade de comando e grande espírito de iniciativa, qualidades objetivamente patenteadas nos bons resultados atingidos, quer nas iniciativas por si desencadeadas, quer naquelas em que participou por inerência das suas funções.

É de relevar a sua preocupação permanente com a componente operacional do Sistema de Forças Nacional da Região Militar da Madeira, particularmente, na atualização do planeamento operacional do COM, o que se materializou na elaboração das respetivas diretivas de planeamento, de uma matriz de planos de contingência, e de vários projetos de planos de contingência. Ainda no âmbito da componente operacional, é de destacar o seu profundo empenho no planeamento, execução e avaliação dos exercícios da série ZARCO, cujo sucesso se fica a dever, em muito, ao bom ambiente institucional e ao permanente esforço de coordenação por si implementado, entre o COM e os Comandos das Componentes, presentes no Arquipélago. Complementarmente, as suas reconhecidas capacidades para estabelecer boas relações institucionais, permitiram estender à Proteção Civil e demais entidades da sociedade madeirense, frutuosa cooperação e consolidadas sinergias, noutros domínios, facto que granjeou um prestígio acrescido para as Forças Armadas e se constituiu como objeto de múltiplas referências elogiosas.

No desempenho das suas funções destacam-se ainda as atividades desenvolvidas na sequência dos pedidos de apoio do Governo Regional, feitos aquando da vaga de incêndios florestais em julho de 2012, bem como as ações desencadeadas para fazer face ao temporal que assolou a ilha da Madeira, em outubro de 2012. Neste âmbito, salienta-se a importância que imprimiu ao papel das Forças Armadas, como entidade utilizadora e participante nas estruturas de gestão e segurança do Sistema Integrado de Comunicações de Segurança, Emergência e Defesa da Madeira, do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SICOSEDMA/SIRESP), consolidando, esse papel, mediante o estabelecimento de normas, procedimentos e integração dos grupos de utilizadores das Forças Armadas na Região Autónoma da Madeira.

O comando do Major-General Tiago Vasconcelos foi igualmente caracterizado por uma constante preocupação pela correta gestão dos recursos humanos e financeiros, traduzida, quer na excelente coordenação interna no COM, quer ainda na disponibilização de recursos materiais conducentes à beneficiação das infra-estruturas existentes e consequente melhoria das condições de trabalho do pessoal sob o seu Comando, sendo de relevar que, na sequência dos trabalhos realizados e melhorias conseguidas, o COM obteve em julho de 2012, a certificação *Hazard Analysis & Critical Control Point* (HACCP), conforme legislação em vigor.

Oficial General distinto, dotado de um excelente sentido prático, de uma capacidade de planeamento e organização excepcionais e de uma habilidade ímpar para dirigir e comandar homens, são atributos que, aliados às relevantes qualidades pessoais demonstradas, deram origem a uma galvanização espontânea dos esforços de todos quantos com ele trabalhavam e a um efetivo reforço das ligações inter-Ramos, do Sistema de Forças Nacional existente na Região Autónoma da Madeira e sob o seu comando.

Deste modo, pela notoriedade do conjunto das atividades desenvolvidas e pela afirmação constante das suas excepcionais qualidades e virtudes militares, é o Major-General Tiago Vasconcelos merecedor de público reconhecimento, pela ação de comando que desenvolveu, devendo os serviços, por si prestados, serem considerados extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultaram honra e lustre para as Forças Armadas e para a Nação.

28 de dezembro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Cor Inf (00622082) **José Carlos de Abreu Bastos**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares, elevada competência profissional, extrema lealdade e espírito de missão, evidenciados no desempenho de múltiplas tarefas que lhe foram cometidas ao longo dos trinta e três anos de serviço ativo.

No decurso de toda a sua longa carreira, o Coronel Abreu Bastos evidenciou-se como um oficial de elevado nível, dotado de uma sólida formação ética e moral e uma conduta militar perfeita, o que a par das suas excepcionais qualidades e virtudes militares, o levaram a constituir-se como uma referência para aqueles que com ele privaram.

Oficial muito frontal e direto, revelando uma capacidade de trabalho ímpar, com grande espírito de iniciativa e capacidade de adaptação, pautou, desde cedo, a sua conduta, pelos ditames da honra e do dever, qualidades objetivamente patenteadas nos múltiplos louvores e condecorações que constam na sua folha de serviços.

Como oficial Subalterno e no desempenho das suas funções como comandante de Grupo de Quadros e Grupo de Oficiais do Batalhão de Instrução do Regimento de Comandos, revelou-se um perfeito conhecedor dos objetivos a atingir, evidenciando uma competência e um espírito de missão ímpares. Com uma grande capacidade de execução e dinamismo, conseguiu sempre criar em torno de si um bom ambiente de trabalho e galvanizar as vontades dos Instruendos sob o seu comando. Ainda como comandante da Companhia de Comandos 121, mostrou ser possuidor de elevados conhecimentos no âmbito da Especialidade, conseguindo a plena motivação de todos os militares desta Subunidade e que fossem atingidos de forma muito eficiente os objetivos superiormente determinados.

Como Capitão, e durante os anos em que serviu no Regimento de Comandos demonstrou possuir uma excelente competência técnico-tática, particularmente evidenciada no decorrer das ações de Estado-Maior por si desenvolvidas, designadamente na preparação e execução dos exercícios SUÃO 92, COMANGO 92 e TUFÃO 92. Nas funções de 2.º comandante do Batalhão de Comandos 12 e como chefe da Secção de Operações, Informações e Segurança do Regimento de Comandos, revelou-se como um oficial de alto gabarito, evidenciando uma capacidade de trabalho a todos níveis notável. Inteiramente devotado à Carreira que abraçou, contribuiu, com o seu empenho e permanente disponibilidade, para os bons resultados atingidos pelo seu Regimento.

Nas funções como Oficial Superior, destacou-se inequivocamente pela forma especialmente notória e exemplar como desempenhou as numerosas e, por vezes, muito difíceis tarefas que lhe foram cometidas ao longo dos anos, nos diversos Órgãos onde prestou serviço.

Inicialmente no desempenho das funções de Analista e posteriormente como Chefe da Área de Informações Militares da Divisão de Informações Militares do Estado-Maior-General das Forças Armadas destacou-se pela sua permanente dedicação e entusiasmo. Oficial com muita determinação e força de vontade, desenvolveu um serviço de qualidade notável no setor dos relatórios estratégicos e de área. Neste âmbito, é ainda de destacar o reconhecimento público de que o seu trabalho foi alvo, tendo sido nomeado para as funções de *Chairman* na reunião NATO, para elaboração das listas de forças em 1998 e ainda no desempenho das funções de oficial de ligação na reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, em 2000. A sua integridade e sensatez converteram-no num elemento polarizador de vontades, contribuindo para o excelente ambiente de trabalho na Divisão.

Como chefe da Célula de Informações Militares do Quartel-General da Força de Manutenção de Paz da Missão de Suporte das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMISSET) e como comandante do Contingente Nacional e *Senior National Representative*, demonstrou possuir um elevado sentido de objetividade e de análise, o que lhe permitiu uma avaliação correta das situações e de produção, em tempo oportuno, de informação válida e precisa. Com o seu estoicismo e espírito abnegado conseguiu levar por vencida as barreiras com que se foi deparando no desempenho das suas funções, conseguindo a integração de militares timorenses no Centro Conjunto de Informações, projeto considerado pelas Nações Unidas como inovador e de grande sucesso. A par destas iniciativas, é ainda de destacar a alta proficiência revelada no exercício do seu cargo, o que se ficou a dever às suas qualidades de liderança, tato e

capacidade de relacionamento, reveladas no tratamento de assuntos sensíveis no seio do Quartel-General da Força de Manutenção de Paz, qualidades que lhe granjearam a maior estima e consideração perante os seus pares de outras nacionalidades.

No desempenho das funções de Adjunto no Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, o Coronel Abreu Bastos evidenciou-se por uma conduta irrepreensível, muito determinada e por possuir uma sólida preparação técnico-militar. Oficial muito íntegro, leal e com uma permanente vontade de bem servir, garantiu uma excelente capacidade de resposta às múltiplas solicitações que lhe foram feitas. Neste âmbito destacou-se pelo cuidado posto no acompanhamento dos assuntos referentes ao Planeamento Civil de Emergência e ainda na forma como desenvolveu as tarefas de coordenação e controlo dos trabalhos das comissões de Planeamento de Emergência na área dos transportes terrestres, marítimos e aéreos, com especial referência para as reuniões realizadas na Direcção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa do MDN, sobre Transporte Estratégico e Especialistas Funcionais.

Oficial de elevada craveira intelectual e sólida formação moral, o Coronel Abreu Bastos evidenciou um espírito de sacrifício e uma dedicação ao serviço inextinguíveis, que o tornaram apto a assumir as mais complexas tarefas, sendo merecedor da plena confiança dos seus superiores. É de destacar a forma competente como exerceu as funções de chefe do Centro de Situação e Operações Conjunto (CSOC) do Comando Operacional Conjunto (COC), do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Oficial extremamente dedicado ao serviço, com um perfeito sentido do dever e possuidor de um forte espírito de camaradagem e cooperação, revelou-se como um pilar fundamental no eficaz cumprimento das tarefas cometidas a este Órgão, quer as decorrentes do acompanhamento das Forças Nacionais Destacadas nos diversos Teatros de Operações, quer ainda as desenvolvidas no quadro dos Exercícios e Operações em que este Comando Operacional participou.

Neste âmbito, é de toda a justiça destacar o seu valioso contributo na preparação, conduta e controlo dos exercícios da série LUSÍADA, onde evidenciou uma capacidade de trabalho e de organização excepcionais, contribuindo, de forma decisiva, para o bom andamento destes exercícios. No decurso da Operação MANATIM, evidenciou-se pelo seu elevado espírito de iniciativa e permanente preocupação colocada na execução das tarefas de coordenação no Centro de Situação, onde, uma vez mais, ficaram plasmadas as qualidades militares e pessoais que lhe são inerentes.

No momento em que vai transitar para a situação de Reserva, são de realçar as suas evidentes qualidades, entre outras, a lealdade, a frontalidade e a elevada capacidade de liderança, que tornam o Coronel Abreu Bastos merecedor de ver sublinhado o seu desempenho e contributo Nacional, devendo os serviços por si prestados serem considerados distintos e relevantes, de que resultou, honra e lustre para as Forças Armadas Portuguesas e para a Pátria.

21 de dezembro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Cor AdMil (06220279) **Jorge Eduardo Mota Santos**, pela elevada competência profissional e pela notável abnegação e eficiência com que desempenhou o cargo de Chefe do Centro de Finanças do Comando das Forças Terrestres (CFT), desde Março de 2011.

No quadro específico das suas tarefas realça-se, em primeiro lugar, um muito consistente e adequado apoio ao Comando no âmbito das atividades de natureza administrativo-financeira. Fruto da sua muito abrangente e rica experiência profissional, adquirida ao longo de trinta e dois anos de serviço efetivo, dos seus sólidos conhecimentos e saberes e da sua atitude exemplarmente disponível, configurou-se como um valioso colaborador do Comando, através da apresentação de estudos, pareceres e propostas de inegável mérito e oportunidade, sempre rigorosamente enquadradas pelas disposições legais em vigor.

A relação técnica com as diferentes Unidades e Órgãos do CFT foi também uma das suas grandes preocupações e cuidados. Neste sentido, e atendendo ao vigente quadro de contenção orçamental, onde o rigor do tratamento e controlo da despesa é essencial, salienta-se o alto nível do apoio técnico

proporcionado a comandantes e demais responsáveis envolvidos em todo o processo da gestão administrativa e financeira. Concorrentemente, o Coronel Mota Santos propôs e promoveu a realização de múltiplas ações de formação, sempre com o objetivo de melhor preparar e habilitar os diferentes intervenientes do CFT para a execução mais correta dos procedimentos contabilísticos, para a prestação de contas e para a gestão dos recursos financeiros em sentido global. Ainda no quadro do apoio ao Comando, releva-se igualmente o rigor e a muito boa qualidade técnica das auditorias financeiras realizadas pelas equipas do Centro de Finanças, identificando anomalias e sugerindo correções e melhorias ao desempenho administrativo-financeiro das Unidades e Órgãos subordinados.

Extremamente disponível e dedicado, demonstrou igualmente ser possuidor de um apurado sentido de dever e espírito de sacrifício e de obediência, configurando um desempenho, a todos os títulos, extraordinário. Desenvolvendo excelentes relações humanas e norteando a sua atitude de liderança por um notável sentido ético e de camaradagem, conseguiu desenvolver e potenciar um sólido e sadio espírito de equipa no seu Centro de Finanças, tendo assim contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Comando das Forças Terrestres e do Exército.

A sua esmerada educação, frontalidade e sentido de responsabilidade, associados à prática em elevado grau da virtude da lealdade e à afirmação constante de elevados dotes de carácter e de coragem moral, conduziram a que a chefia do CFin/CFT, por parte do Cor Mota Santos, seja considerada como muito digna e muito honrosa.

Por tudo o que precede, é de inteira justiça e muito me apraz sublinhar o extraordinário desempenho do Coronel Mota Santos, demonstrando possuir excepcionais qualidades e virtudes militares, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional, devendo os serviços por si prestados, de que resultou honra e lustre para o Exército, serem considerados como muito relevantes e de elevado mérito.

7 de fevereiro de 2013. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o TCor Inf (00560183) **Filipe Jorge Pires Medina de Sousa**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares, elevada competência profissional, extrema lealdade e espírito de missão, evidenciados no desempenho de múltiplas tarefas que lhe foram cometidas ao longo dos trinta e um anos de serviço ativo.

No decurso de toda a sua carreira de Oficial de Infantaria, o Tenente-Coronel Medina de Sousa revelou-se como um oficial de elevada verticalidade, com uma sólida formação ética e moral e uma exemplar conduta militar, o que a par das excepcionais qualidades e virtudes militares evidenciadas, o levaram a constituir-se como uma justa referência para aqueles que com ele privaram.

Oficial muito frontal, de fino trato e grande sentido de humor, revelou uma capacidade de trabalho excecional, um grande espírito de iniciativa e uma extraordinária capacidade de organização, pautando, desde sempre, a sua conduta pelos ditames da honra e do dever, qualidades legitimadas nos numerosos louvores e condecorações constantes da sua folha de serviços.

Como oficial Subalterno e no desempenho das suas funções, particularmente no âmbito da Educação Física, evidenciou possuir um extraordinário espírito de sacrifício, excecional dedicação e uma capacidade física e moral dignas de destaque. Estas qualidades, aliadas aos seus profundos conhecimentos técnicos e a uma determinação ímpar na persecução dos objetivos, ficaram objetivamente patentes nos excelentes resultados atingidos pela equipa da Escola Prática de Infantaria (EPI) na exigente Patrulha D. Nuno Álvares Pereira, integrada nas comemorações do Dia da Infantaria, em agosto de 1990.

No âmbito das suas funções de Subalterno, é ainda de referir a forma digna como desempenhou as tarefas que lhe foram cometidas como instrutor na área de Transmissões. A sua elevada capacidade de organização, espírito de iniciativa e perfeito sentido do dever, ficaram vertidas de forma indelével, nos diversos cursos que ministrou e nos excelentes resultados atingidos.

Como Capitão, e durante os anos em que serviu no Regimento de Guarnição n.º 3, como comandante de uma Companhia de Instrução, evidenciou uma permanente preocupação no planeamento, conduta e controlo das atividades de instrução, conseguindo dinamizar os Quadros da sua Subunidade e obter altos

rendimentos, bem patentes no nível de conhecimentos demonstrados pelos Instruendos. Posteriormente, e nas funções de comandante da Companhia de Atiradores, revelou excepcionais qualidades de liderança e uma elevada competência técnico-tática, qualidades que atestam de forma inequívoca, a sua capacidade de comando de Tropas.

Como Major, distinguiu-se no desempenho das funções de instrutor da EPI, nas áreas de Educação Física Militar, Topografia e Logística de Pequenas Unidades. Os seus atributos inatos de comunicação, o seu apurado sentido de humor e o elevado nível de conhecimentos técnicos demonstrado, cotaram-no como um elemento preponderante para os elevados padrões de aprendizagem revelados pelos alunos. Nomeado como Observador Militar das Nações Unidas em Prevlaka (ex-Jugoslávia) e, posteriormente, Oficial de Administração de Pessoal em Cavtat (também na ex-Jugoslávia), foi objeto das melhores referências das instâncias internacionais, com destaque para a sua elevada competência técnica, a sua capacidade de trabalho em ambiente de Estado-Maior e pelos elevados padrões de eficiência.

Ainda como Major é de relevar a forma muito meritória como desempenhou as funções de Oficial de Operações do Comando do Sector Central, integrado na Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas, em Timor-Leste, de agosto de 2000 a fevereiro de 2001. Militar muito íntegro, denotou pela sua conduta e dedicação ser digno dos mais rasgados elogios e merecedor do respeito de todos quantos com ele lidaram. Neste âmbito é ainda de referir a sua decisiva ação no planeamento e acompanhamento das Operações Cobra e Crocodilo, bem como de outras operações desencadeadas em estreita coordenação com a CIVPOL, naquele território.

Como comandante do Batalhão de Apoio à Instrução e posteriormente do Encargo Operacional da EPI, evidenciou-se no apoio aos cursos de formação dos Quadros Permanentes, quer na formação de Oficiais, quer na formação de Sargentos. No âmbito operacional, desenvolveu um conjunto alargado de iniciativas, tendentes a manter os níveis de prontidão, dando particular enfoque à preparação técnica individual e às técnicas de nivelamento coletivo. No comando do Batalhão de Instrução da EPI, o Tenente-Coronel Medina de Sousa revelou, uma vez mais, as suas qualidades naturais de liderança, associadas a uma permanente preocupação no planeamento, conduta e controlo de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instrução, tornando-se genuinamente merecedor da estima e consideração dos seus subordinados.

Como diretor de instrução do Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFED), foi notória a sua capacidade de trabalho, conseguindo as melhores referências para o CMEFED, no âmbito dos cursos de Instrutores de Educação Física Militar, de Instrutores de Tiro Desportivo e de Instrutores de Esgrima e Combate Corpo a Corpo. Como 2.º comandante do CMEFED, é de destacar o modo como conseguiu articular as várias atividades desenvolvidas no Centro, quer com as Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos militares, quer com as entidades civis. O sucesso das iniciativas por si desenvolvidas ou acompanhadas, ficou refletido no conjunto de eventos realizados por altura do Dia do CMEFED, na execução da 51.^a Semana Equestre Militar, na realização de variados campeonatos militares, bem como na celebração de diversos protocolos com agentes da sociedade civil.

Nomeado para desempenhar as funções de Multinational Joint Logistics Center Staff Officer e de Logistics Operations and Plans Section Supply Management Officer no Allied Joint Force Command Lisbon revelou, visíveis qualidades militares e um elevado nível de conhecimentos técnicos no exercício do seu cargo. Neste âmbito, é de destacar o seu inexcelável contributo para a realização dos exercícios Purple Pelican 08, Loyal Ledger 08 e os exercícios da série Steadfast, associados às rotações das NATO Response Forces (NRF) 11, 12, 13 e 14. Decorrente das suas funções, o Tenente-Coronel Medina de Sousa foi projetado para Adis-Abeba, no período de setembro de 2010 a março de 2011, como elemento do NATO Support to African Union Team, onde se destacou pelo seu perfeito bom senso e ponderação, refinado sentido de humor, grande capacidade de trabalho e permanente disponibilidade, tendo liderado de forma muito notória o processo de gestão interna do seu *branch*, no que respeita ao planeamento de exercícios e à execução do apoio real às operações.

Colocado na Repartição de Exercícios do Estado-Maior do Comando Operacional Conjunto, evidenciou uma dedicação ao serviço inexcedível e uma capacidade de adaptação notável, inteiramente exibidas na forma como rapidamente se conseguiu entrosar numa estrutura completamente nova para si. Neste campo, torna-se de toda a justiça relevar o seu decisivo contributo para a realização do exercício conjunto Lusíada 12, designadamente nas suas fases do planeamento operacional e de execução, onde patenteou um elevado conjunto de conhecimentos técnicos, grande espírito de colaboração e elevada capacidade de trabalho.

No momento em que vai transitar para a situação de Reserva, são de realçar as suas evidentes qualidades militares e pessoais, como a lealdade, a frontalidade e a elevada capacidade de liderança, que tornam o Tenente-Coronel Medina de Sousa merecedor de ver publicamente reconhecido o seu desempenho e contributo Nacional, devendo os serviços por si prestados serem considerados distintos e relevantes, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas Portuguesas e para a Pátria.

21 de dezembro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o TCor Eng (07978886) **Rui Paulo Brazão Martins Costa** pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de comandante da Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, Integrada na missão da ONU no Líbano (UnEng11/FND/UNIFIL), no período entre 16 de janeiro de 2012 e 26 de junho de 2012.

No desempenho das suas funções, o Tenente-Coronel Martins Costa demonstrou um elevado espírito de organização, grande capacidade de trabalho e superiores conhecimentos técnicos, o que par das suas qualidades pessoais, lhe permitiram ganhar a consideração e o respeito das autoridades militares da UNIFIL, assim como dos seus superiores hierárquicos e subordinados.

No âmbito da sua ação de comando salienta-se, pela complexidade e sensibilidade das operações, a continuação da marcação dos *Blue Line Barrels*, a construção da cerca temporária em KAEFER KALA e a cobertura de valas em BLIDA, atividades que obrigaram a delicadas tarefas de coordenação com a UNIFIL, com as *Lebanese Armed Forces* (LAF) e as *Israel Defence Forces* (IDF). A UnEng11/FND/UNIFIL constituiu-se como um elemento fulcral para a diminuição das tensões ao longo da *Blue Line*, em particular na área sensível de FATIMA'S GATE, tendo a sua participação nestes projetos sido objeto de reconhecimento público por parte das mais altas instâncias da UNIFIL.

No âmbito da missão específica da UnEng11/FND/UNIFIL, é ainda de referir a resoluta ação por si demonstrada na coordenação e controlo de diversas atividades de engenharia executadas em benefício de outras unidades da UNIFIL, designadamente trabalhos de proteção da força e beneficiação de infraestruturas onde se englobam, entre outras, a construção de muros de proteção, de torres de observação, construção de abrigos coletivos, melhoria da vedação periférica e terraplanagens de diversas áreas do Quartel-General da UNIFIL. Estas ações, para além de contribuírem para um substancial aumento da proteção da UNIFIL, resultaram também num notório incremento das condições de trabalho e de vivência para a generalidade das forças da UNIFIL.

A sua elevada competência profissional e o permanente respeito por outras culturas foram evidenciadas não só na ligação privilegiada que estabeleceu com a população local, mas também na forma cuidada como recebeu, integrou e acompanhou o contingente de 11 elementos das forças armadas de TIMOR, facto digno de relevo, dado ser esta a primeira vez que forças de um país da CPLP integraram uma FND num Teatro de Operações. A sua ação de comando, vincadamente marcada pelos fortes atributos pessoais referidos, permitiram-lhe alcançar um forte espírito de corpo e um exímio desempenho coletivo.

Chamado a planear, coordenar e executar a retração do dispositivo nacional da UNIFIL, fê-lo de forma exemplar, com um invulgar espírito de missão e de iniciativa, dando cumprimento aos prazos superiormente estipulados, sem descorar as demais tarefas cometidas à sua Unidade.

Pelo conjunto das atividades desenvolvidas em prol da UNIFIL e dos cidadãos libaneses, e pela afirmação constante das suas excepcionais qualidades e virtudes militares que demonstrou durante a sua missão, Tenente-Coronel Martins Costa é merecedor deste público reconhecimento, devendo os serviços por si prestados, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal, serem considerados extraordinários, relevantes e distintos.

17 de novembro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o TCor Art (07126877) **João Carlos Ferreira da Costa**, pela dedicação e elevada competência técnica e profissional, reveladas ao longo de cerca de cinco anos, em que desempenhou funções como chefe da Divisão de Qualidade, Normalização e Catalogação, atualmente Divisão de Catalogação de Material.

O TCor Costa demonstrou ser dotado de um elevado sentido das responsabilidades, bom senso, características estas emprestadas de forma isenta e sem reservas ao desempenho de todas as suas atividades, das quais se realça a sua iniciativa na conceção, desenvolvimento e conclusão do projeto para uma nova aplicação informática de suporte ao Sistema Nacional de Catalogação — SPCAT II. Como coordenador do Grupo de Trabalho que deu forma ao projeto, demonstrou uma valia técnica, uma disponibilidade e um sentido de dever que muito contribuíram para a concretização do projeto, onde denotou, de forma marcante, elevada capacidade de análise, sentido crítico e espírito construtivo, face aos desafios colocados, apresentando soluções equilibradas e bem sustentadas.

As suas capacidades de liderança, permitiram ainda gerir de forma sustentada, proativa e consistente os destinos da sua Divisão, merecendo destaque os resultados obtidos na área da Catalogação de Material.

Na qualidade de formador e de coordenador das ações de formação no âmbito da catalogação, organizadas e realizadas pela divisão, desempenhou um papel de relevo, contribuindo para a elaboração de diversos manuais técnicos e transmitindo os conhecimentos adquiridos nas vertentes teórica e prática dos temas da Catalogação, com rigor, dinamismo, profissionalismo e uma atitude motivante.

Como representante nacional no National Directors on Codification Allied Committee — AC/135 Main Group e mercê do seu conhecimento em matéria de catalogação e da qualidade do trabalho desenvolvido, mereceu sempre o reconhecimento dos seus pares, tendo o seu desempenho sido reconhecido com a emissão de um diploma de louvor.

O Tenente-Coronel João Costa é um oficial, disciplinado, interventivo e participativo, de relevantes qualidades pessoais e profissionais, com uma postura irrepreensível, demonstrou sempre na sua função empenho e vontade de bem servir, devendo os serviços por si prestados serem considerados relevantes e de elevado mérito, constituindo a sua ação em prol do Sistema Nacional de Catalogação, um exemplo a seguir.

22 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da DGAIED, *Manuel de Matos Gravilha Chambel*, Major-General.

Louvo o TCor SGE (00960079) **Agostinho Carvalho Teixeira Monteiro**, pela excecional competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstrados ao longo de cerca de 6 anos no desempenho das funções de Investigador Chefe de Equipa da Unidade de Investigação Criminal — Porto da Polícia Judiciária Militar e que agora termina com o regresso ao Ramo Exército para se desligar da efetividade de serviço.

O Tenente-Coronel Agostinho Monteiro, enquanto Investigador Criminal e Oficial considerado, soube servir com dignidade emprestando ao seu Diretor, na base da maior lealdade, a mais elevada competência, aliando as suas qualidades de distinta correção de atitudes em prol da eficiência, prestígio e cumprimento da missão deste Corpo Superior de Polícia Criminal.

No desempenho da colaboração prestante nos impedimentos do Diretor da Unidade soube usar habilmente o seu saber e a sua elevada formação técnica adquiridos quer na sua longa carreira militar, quer ao serviço da Polícia Judiciária Militar, coordenando as vertentes administrativas e operacionais da Unidade com excelentes resultados, atestando sobejamente que sabia prever e decidir com acerto as situações evidenciadas para assim influenciar de forma positiva e decisiva o grupo da investigação criminal castrense.

De enaltecer as relevantes funções de assessoria que o Tenente-Coronel Teixeira Monteiro prestou à ação do Diretor da Unidade de Investigação Criminal — Porto advogando, também aqui, a plena lealdade na formulação dos pareceres solicitados que contribuíram categoricamente para as adequadas soluções.

No cumprimento da missão primária da investigação criminal, liderando a sua equipa, denotou inextinguível dedicação pelo serviço, dignidade, isenção, vontade de bem servir e, essencialmente, patenteando constante bom senso e o mais distinto sentido de responsabilidade promovendo a procura da verdade material nos inquéritos que lhe foram confiados concatenando os factos com rigor e profissionalismo que permitiu resultados que ultrapassaram as previsões formuladas, traduzidas pelas inúmeras referências elogiosas de que o grupo foi objeto pelos respetivos magistrados titulares dos atinentes inquéritos.

Assim, por tudo quanto ficou expresso é de maior justiça reconhecer publicamente o Tenente-Coronel Agostinho Monteiro como militar de personalidade caracterizada, onde a nítida compreensão das suas competências técnico profissionais, dos magníficos dotes de desembaraço, das qualidades de iniciativa, abnegação, nobre altruísmo e, sobretudo, do seu profissionalismo pundonoroso tornam este Oficial modelar, sem quaisquer restrições, objeto de apreciação e de estima dos seus superiores e subordinados e que em muito contribui para o benefício, eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional e da Polícia Judiciária Militar.

7 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o TCor Cav (06912088) **Donato Hélder da Costa Tenente**, pelas excecionais qualidades pessoais e virtudes militares sobejamente evidenciadas, pela elevada competência e extraordinário desempenho no âmbito técnico-profissional e ainda pela absoluta responsabilidade patenteada durante os cerca de dois anos e meio em que vem desempenhando as funções de Investigador Chefe de Equipa, na Unidade de Investigação Criminal-Porto da Polícia Judiciária Militar.

Possuidor de uma invulgar aptidão para a investigação criminal, elevado rigor e competência profissional, facilmente se integrou nos objetivos essenciais da missão, patenteando um excelente domínio dos conhecimentos inerentes à sua função, atuando sempre com a maior isenção, o que lhe permitiu apresentar um extraordinário desempenho, de tal modo que as atividades à sua responsabilidade atingiram níveis de eficiência e eficácia consideráveis, com resultados dignos de realce em prol das Forças Armadas e da GNR.

Militar de forte personalidade e possuidor de diversas competências de âmbito multidisciplinar desde cedo se impôs à consideração e estima dos seus superiores e subordinados, revelando no âmbito técnico-profissional, a sua vasta capacidade técnica na Formação de Tiro e Técnicas de Intervenção Policial, demonstrando um forte compromisso com a investigação criminal castrense, que em muito contribuíram para a prossecução dos objetivos essenciais da Instituição.

Pelo que foi aduzido, é portanto com inteira justiça, que devam ser enaltificados os elevados dotes de integridade de caráter, relevadas as qualidades pessoais e morais que se pautam pela afirmação constante dos valores da lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência, constituindo motivo de particular satisfação o reconhecimento público de que os serviços prestados pelo Tenente-Coronel Donato Tenente sejam considerados extraordinários, relevantes e de elevado mérito, pois contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Unidade de Investigação Criminal-Porto, da Polícia Judiciária Militar e do Ministério da Defesa Nacional.

7 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o Maj Inf “CMD” (16492190) **Miguel Ricardo Rodrigues Pimentel da Cruz**, por ter revelado elevada competência e dedicação no exercício das funções de *Chief C-IED Coordination & Info Management*, no Quartel-General da *International Security Assistance Force* (HQ ISAF), durante a sua comissão de serviço no Teatro de Operações do Afeganistão, de 30 de novembro de 2011 a 30 de maio de 2012.

Durante a sua permanência neste Teatro de Operações, executou com elevado rigor múltiplas tarefas de planeamento e de coordenação, nas quais revelou possuir excelentes conhecimentos técnicos, boas capacidades de organização e de liderança. No desempenho das suas funções trabalhou com diversas células do HQ ISAF e dos seus *Major Subordinate Commands* (MSC’S), tendo as suas capacidades de análise e de trabalho em grupo sido por diversas vezes enaltecidas.

O Major Pimentel da Cruz conseguiu conciliar as suas tarefas profissionais com um excelente relacionamento com os demais camaradas, revelando-se um ótimo colaborador nos trabalhos desenvolvidos em grupo, contribuindo para a união e bom relacionamento entre todos os militares portugueses presentes no HQ ISAF.

Pelas suas relevantes qualidades pessoais e profissionais, evidenciadas na excelência com que cumpriu as funções que lhe foram confiadas, no Teatro de Operações do Afeganistão, considero o Major Pimentel da Cruz merecedor de ver publicamente reconhecida, através deste louvor, a forma significativa e empenhada como contribuiu para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas Portuguesas e de Portugal.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Maj Art (13154786) **Paulo Nuno Amador Ferreira**, pelas excecionais qualidades e virtudes militares, extraordinária competência profissional e dedicação com que durante o último ano, desempenhou as funções de Chefe da Célula de Informações Militares (CIM), no Líbano.

Tendo por base a experiência adquirida no Teatro de Operações do Afeganistão, com atribuições idênticas, o Major Amador Ferreira soube, de uma forma subtil, reunir uma equipa coesa, mesclando competência técnico-profissional com vivência do terreno. Desta forma, sem sobressaltos de maior, cumpriu a tarefa que lhe foi atribuída, de levantamento, aprontamento e projeção da CIM. Uma vez no Teatro de Operações, soube lutar contra as adversidades, no sentido de rapidamente alcançar a *Final Operational Capability* (FOC).

Oficial que pauta a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, evidenciou nesta missão e atendendo à especificidade e complexidade do teatro em causa, uma notável capacidade de decisão, orientando primariamente a atividade da CIM para o apoio à Força Nacional Destacada (FND), através da análise e partilha das informações disponíveis.

No desempenho das suas funções, o Major Amador Ferreira soube gerir os recursos à sua disposição e dar respostas às solicitações despoletadas ou canalizadas pelo CISMIL. Adicionalmente interagiu com CIMs congéneres, nomeadamente na área de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR).

Realça-se ainda o contributo dado à FND, através do empenhamento da CIM, no apoio à retração do grosso da Força e ao acompanhamento de diversas visitas de altas entidades nacionais ao Teatro de Operações do Líbano, ações onde ressaltou uma vez mais o empenho e entusiasmo que põe em tudo o que faz.

Pelas suas relevantes qualidades pessoais e profissionais, evidenciadas na excelência com que cumpriu as funções que lhe foram confiadas, no Teatro de Operações do Líbano, considero o Major Amador Ferreira merecedor de ver publicamente reconhecida, através deste louvor, a forma significativa e empenhada como contribuiu para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do CISMIL e das Forças Armadas Portuguesas.

30 de julho de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Maj Tm (00314987) **António Jorge de Sousa Narra**, pelo extraordinário desempenho, evidenciado nas funções de Oficial de Estado-Maior, para o treino e exercícios, no Quartel-General da *International Security Assistance Force* (HQ ISAF), no Teatro de Operações do Afeganistão, no período de 30 de janeiro a 29 de julho de 2012.

Na sequência dos objetivos específicos superiormente definidos, o Major Sousa Narra, conduziu e validou atividades específicas no âmbito do treino para as forças da ISAF presentes no Teatro de Operações do Afeganistão. Atuando como *Officer of Primary Responsibility* (OPR) para o *Key Leader Training* (KLT) do Quartel-General da ISAF e dos Comandos subordinados, evidenciou no desempenho das suas funções, um elevado espírito de missão, abnegação e uma grande capacidade de adaptação em todas as circunstâncias.

No âmbito das suas funções destaca-se ainda a sua colaboração na identificação de oportunidades de treino conjunto e combinado, designadamente com a *Task Force Paladin*, tendo contribuído para a definição dos objetivos mínimos de treino para todas as forças em Teatros de Operações. Colaborou ainda também na revisão da HQ ISAF SOP 393, *In-Theatre Training for All ISAF Personnel*, que define novos objetivos e planos de treino. No desempenho destas tarefas evidenciou constantemente uma elevada competência no âmbito técnico-profissional.

Considerando o acima exposto e as relevantes qualidades pessoais e profissionais que o caracterizam, bem como a afirmação constante de elevados dotes de caráter, abnegação e lealdade, qualidades que os seus chefes amplamente destacaram, é de toda a justiça que os serviços prestados pelo Major Sousa Narra, foram muito relevantes, de elevado mérito e merecedores de serem distinguidos em louvor público.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Maj Eng (11013094) **Mário Manuel da Fonseca Martinho**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de 2.º Comandante e Chefe de Estado-Maior na Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, integrada na missão da ONU, no Líbano (UnEng11/FND/UNIFIL), no período de 16 janeiro a 26 junho de 2012.

Através de uma conduta exemplar mostrou, como 2.º Comandante, possuir excelentes capacidades de comando, sendo fundamental para o elevado desempenho e disciplina dos militares da Força. Pela sua elevada competência técnico-profissional conquistou o respeito e consideração dos seus subordinados e foi um colaborador imprescindível do seu Comandante substituindo-o quando necessário e com perfeito conhecimento da sua intenção e da missão, revelando por isso, estar apto a desempenhar cargos de maior responsabilidade.

Como Chefe de Estado-Maior, evidenciou grande capacidade de planeamento, organização e coordenação, fundamentais para a persecução dos objetivos da Unidade. No Teatro de Operações do Líbano destaca-se a coordenação e monitorização das tarefas executadas, como sejam os trabalhos de proteção da força efetuados em prol de outras Unidades da UNIFIL, os *“Blue Line Barrels”*, operações CIMIC e de sustentação da Força. Demonstrando grande faculdade de previsão e de antecipação, foi mais uma vez essencial para que a retração se desenrolasse de uma forma eficiente e eficaz, atingindo na totalidade os objetivos pretendidos.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Major Fonseca Martinho como sendo um Oficial de elevada craveira, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

O Maj Inf (13638091) **Carlos Alberto da Silva de Sousa Pinto**, é desde há quatro anos Investigador deste Corpo Superior de Polícia Criminal, operador do Sistema Judiciário Penal Militar. Os primeiros três anos desempenhou-os como Chefe de Equipa, desempenho que mereceu em data o relevo público. Em período de exceção para a PJM teve que assumir a responsabilidade pela Unidade de Investigação Criminal de Lisboa, desde outubro do ano transato.

Com processos de extrema criticidade, como são os de extravio/furto de material de guerra, soube restabelecer o entendimento do Diretor da PJM da necessidade de a PJM se apoiar sem reserva no instituto do dever de cooperação com outro Corpo Superior de Polícia.

Soube, em simultâneo, promover de forma exemplar a divulgação da Missão da PJM e da Prevenção Criminal, efetuando palestras junto dos Comandos e Unidades das Forças Armadas, granjeando junto destas o prestígio desta Polícia.

Oficial dotado de um excecional conjunto de qualidades pessoais, pautando a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e obediência, evidenciando a sua total e permanente disponibilidade para a coordenação das Equipas da Unidade de Investigação Criminal de Lisboa.

Assim, louvo o Major de Infantaria Sousa Pinto, pelas brilhantes qualidades demonstradas no âmbito técnico-profissional, revelando elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar e do Ministério da Defesa Nacional, devendo os serviços por si prestados serem qualificados como extraordinários, relevantes e de elevado mérito.

10 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o Maj Cav (00674892) **Joaquim Inácio Pinto Noruegas**, pelo elevado espírito de missão e pelas excecionais qualidades e virtudes militares como exerceu ao longo do último ano as suas funções de Investigador Chefe de Equipa na Polícia Judiciária Militar.

Oficial dotado de um excecional conjunto de qualidades pessoais e profissionais, aliadas a uma extensa gama de conhecimentos, que pauta a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e obediência, evidenciando-se a sua total e permanente disponibilidade para a coordenação e execução das tarefas inerentes à missão da sua Equipa de Investigação Criminal, creditando-se assim como um valioso e muito útil colaborador do Diretor da Unidade de Investigação Criminal de Lisboa.

Como Major, com elevada formação humana, cívica e militar, evidenciou um inexcedível espírito de colaboração e aconselhamento à Direção da Unidade de Investigação Criminal de Lisboa da PJM concorrendo decisivamente para um profícuo e salutar ambiente de trabalho.

A excelência do seu espírito de missão e a elevada competência profissional, aliados a um notável empenho e dedicação no cumprimento das suas funções, fazem jus a que os serviços prestados pelo Major Noruegas sejam considerados muito prestigiantes, relevantes e de elevado mérito.

18 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o Maj SGE (07343382) **Vítor Manuel Branco do Nascimento**, pelo elevado grau de profissionalismo, competência e eficiência patentes ao longo do último ano e meio no desempenho das funções de Investigador, Chefe de Equipa da Unidade de Investigação Criminal de Lisboa da Polícia Judiciária Militar.

Como Investigador, chefiando uma equipa de investigação, revelou uma solidez de conhecimentos de natureza técnico-profissional na realização das ações e diligências de prevenção e investigação criminal. De salientar, o modo como Chefe de uma Equipa de Investigação, revelou uma apurada capacidade de análise das situações, elevada ponderação e desempenho o que, aliadas às suas capacidades organizativas e de trabalho foram determinantes na melhoria e rapidez das respostas dadas, creditando-se assim como um valioso e muito útil colaborador do Diretor da Unidade de Investigação Criminal de Lisboa.

Militar possuidor de excepcionais qualidades e virtudes militares, pelo seu exemplo, elevado espírito de missão e afirmando constantemente elevados dotes de caráter, espírito de sacrifício e lealdade, o Major Nascimento soube motivar e estimular as iniciativas dos seus pares e dos que sobre as suas ordens trabalharam, que se traduziu num desempenho com excelentes resultados nas diversas missões desenvolvidas, destacando-se na forma como desempenhou as funções de formador nos Cursos de Formação de Investigadores da PJM nas áreas de Técnicas de Intervenção Policial, Tiro Policial e Técnicas de Investigação Criminal.

Como Major, com elevada formação humana, cívica e militar, evidenciou um inexcedível espírito de colaboração e aconselhamento à Direção da Unidade de Investigação de Lisboa da PJM concorrendo decisivamente para um profícuo e salutar ambiente de trabalho.

As razões apontadas, conjugadas com o perfil militar e os predicados profissionais patenteados pelo Major Vítor Nascimento, justificam que seja trazido ao domínio público, o reconhecimento que, no âmbito técnico-profissional, revelou elevada competência, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar e do Ministério da Defesa Nacional.

18 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel

Louvo o Cap Eng (31268291) **Gabriel de Jesus Gomes**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Chefe da Secção de Operações e Informações, na Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, integrada na missão da ONU no Líbano (UnEng11/FND/UNIFIL), no período de 16 de janeiro a 26 junho de 2012.

Desde a fase de aprontamento da Força até à fase final de retração da mesma, demonstrou uma excecional dedicação, sentido de dever e eficácia em todos os seus atos de serviço, o que aliado a umas excecionais qualidades pessoais e militares, o tornou um excelente colaborador do Estado-Maior desta Unidade.

Durante o cumprimento da missão no Teatro de Operações do Líbano destacam-se as coordenações dos trabalhos de engenharia que realizou com o Estado-Maior da UNIFIL, principalmente com o *Force Engineer*, com quem soube, manter uma excelente relação profissional que muito proveito trouxe à Unidade. Outro bom exemplo das suas boas capacidades de interação foram as coordenações que efetuou com as Forças Armadas Libanesas e as entidades políticas locais, aquando da construção do muro de *Kafer Kela* pelas Forças de Defesa Israelitas. É justo realçar que as excelentes relações que promoveu com as entidades políticas das localidades limítrofes que, para além de serem importantes nas coordenações dos trabalhos aí realizados, se constituíram como um fator de incremento da segurança dos militares da UnEng11.

Militar possuidor de excecional disciplina, espírito de missão, abnegação e sacrifício, pautou-se sempre por uma conduta proativa, agindo de forma a facilitar a ação do Comando da Unidade, através da apresentação de propostas e soluções oportunas, entendendo perfeitamente a intenção e o conceito de operação do Comandante, revelando estar apto para desempenhar cargos de maior responsabilidade e risco.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Capitão Jesus Gomes como sendo um Oficial de elevada craveira, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Cap Eng (33131893) **Rui Miguel Paulo Cordeiro**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, demonstradas no desempenho das funções de Comandante do Destacamento de Apoio de Serviços e Oficial de Recursos, na Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, integrada na missão da ONU no Líbano (UnEng11/ FND/UNIFIL), no período de 16 janeiro a 26 junho de 2012.

No Teatro de Operações do Líbano, nas suas funções de Comandante do Destacamento de Apoio de Serviços, o Capitão Paulo Cordeiro demonstrou possuir excecionais qualidades e virtudes militares, bem como um exemplar sentido de dever, servindo com eficácia e fornecendo à Unidade um oportuno e completo apoio de serviços que em muito contribuíram para o cumprimento da missão com sucesso. A par da excelente eficácia e eficiência com que comandou e geriu os seus recursos, demonstrou ter relevantes qualidades pessoais que lhe permitiram obter o respeito e a consideração pessoal dos seus militares e dos seus superiores hierárquicos.

É justo realçar o elevado espírito de missão, abnegação e sacrifício, para além da grande dedicação com que, durante a fase de retração da Força planeou, coordenou com as inúmeras entidades civis e militares da UNIFIL e executou a conferência de cargas, palatização, contentorização e transporte dos materiais e equipamentos da UnEng11 com destino a território nacional, constituindo-se desta forma como um importante elemento do Estado-Maior e do Comando da Força.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Capitão Paulo Cordeiro, como sendo um Oficial de elevada craveira, cujos serviços contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da UnEng11/FND/UNIFIL, das Forças Armadas Portuguesas e de Portugal.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o Cap Eng (19493297) **António Carlos dos Santos Ferreira** pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, demonstradas no desempenho das funções de Oficial CIMIC e Comandante do Destacamento de Construções na Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, integrada na missão da ONU no Líbano (UnEng11/ FND/UNIFIL) no período de 16 janeiro a 26 junho de 2012.

Nas funções de Comandante do Destacamento de Construções, demonstrou um excecional sentido de dever e eficácia em todos os atos de serviço, demonstrando possuir excelentes dotes de comando. Através da sua exemplar conduta foi capaz de motivar os seus subordinados a atingir ótimos índices de eficiência e a produzirem grande volume de trabalho. Por outro lado, fruto da sua elevada competência técnico-profissional, é justo ser referenciado como um dos principais responsáveis pela prontidão da Força e pela qualidade técnica que esta apresentou no Teatro de Operações do Líbano, sendo por isso considerado como um excelente colaborador e um imprescindível elemento da cadeia de comando desta Unidade.

No Teatro de Operações do Líbano, o Capitão Santos Ferreira, fruto do seu extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, afirmou-se como um exemplar líder no comando do seu destacamento, o que lhe permitiu obter o respeito e a consideração pessoal de todos os seus militares e dos seus superiores, a par de lhe permitir executar um número infindável de trabalhos de engenharia tão diversos como construções e remodelações de estruturas verticais, construções de plataformas em prol da UNIFIL com os seus equipamentos pesados de engenharia, construção de posições defensivas e abrigos, construção e colocação de *blue line barrels* e ainda de executar trabalhos de engenharia em áreas sensíveis, sem que qualquer incidente tenha ocorrido.

Na qualidade de oficial CIMIC da UnEng11, é justo realçar as excelentes relações que promoveu com diversas entidades, como as políticas, as de ação social de que é exemplo a Cruz Vermelha e as escolares, evidenciando grande capacidade de diálogo e entendimento da sua função, permitindo um permanente relacionamento com as populações locais, afirmando desta forma o bom nome dos militares portugueses.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Capitão Santos Ferreira, como sendo um Oficial de elevada craveira, cujos serviços contribuíram significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da UnEng11/FND/UNIFIL, das Forças Armadas Portuguesas e de Portugal.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o SMor Tm (05993081) **Jaime de Sousa Vieira**, pela extraordinária dedicação e talento que pôs, desde 18 de janeiro de 1993, no cumprimento das suas funções, no Centro de Comunicações da Presidência da República.

Revelando uma excelente capacidade de trabalho, conjugada com uma permanente disponibilidade, grande empenho e afabilidade, imprimiu à área que chefia uma forte dinâmica e uma qualidade reconhecida pelas inúmeras pessoas que, diariamente, com ele se relacionaram.

O acompanhamento diário dos principais canais noticiosos portugueses de televisão, rádio e agências de notícias foi uma das suas missões e mercê do seu excecional desempenho, exemplar desvelo e perspicaz organização, logrou a inteira satisfação de todos os órgãos e serviços da Presidência da República.

O Sargento-Mor Jaime Vieira evidencia uma notável competência técnico-profissional, elevados dotes de caráter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e excecionais qualidades e virtudes militares, pelo que é digno de ser publicamente distinguido, devendo os serviços por si prestados ser considerados extraordinários, importantes e distintos.

7 de janeiro de 2013. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

Louvo o SMor Para (15347680) **Edgar Cantinho Augusto Bexiga**, pelo conjunto de excecionais qualidades e virtudes militares demonstradas ao longo dos meses em que desempenhou as funções de Analista e Operador da Célula de Informações Militares (CIM), no Líbano.

Muito determinado no cumprimento das missões e tarefas que lhe foram cometidas, o Sargento-Mor Augusto Bexiga afirmou-se de forma eficiente e competente, sabendo aliar a sua elevada competência técnico-profissional e extraordinário empenho, contribuindo de forma decisiva para o excelente funcionamento desta Célula, respondendo de forma pronta e eficaz a todas as solicitações que lhe foram feitas no âmbito das suas atribuições.

No cumprimento das suas funções e tendo em conta a particularidade das Forças e dos movimentos que foram necessários fazer no Teatro de Operações do Líbano, o desempenho do Sargento-Mor Augusto Bexiga, fruto da sua experiência e nível de conhecimentos, foi alvo de rasgados elogios por parte dos seus congéneres de outros países. Igualmente, foi relevante o seu contributo no apoio ao desenvolvimento e aplicação na área de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR), trabalhada no âmbito operacional pela CIM, ação que lhe permitiu granjear o respeito dos seus pares e elevar mais alto as cores nacionais.

Militar dotado de irrepreensível comportamento moral, demonstrado pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, soube, em situações de ameaça direta à sua integridade física, reagir de forma ponderada e adequada, não se deixando intimidar e tentando minimizar o risco, por forma a cumprir a sua missão.

O Sargento-Mor Augusto Bexiga pela total segurança demonstrada nas funções que desempenhou, contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão desta Célula, nomeadamente na área da Análise e da conduta nas missões operacionais no exterior, sendo um elemento fundamental no apoio às decisões do Chefe da CIM.

Ao longo da missão demonstrou ser um militar com um nível de conhecimentos técnicos acima da média, dotado de excelente capacidade de trabalho, de elevado espírito de sacrifício, de obediência e de relevantes qualidades pessoais, pelo que considero o Sargento-Mor Augusto Bexiga merecedor de ver publicamente reconhecida, através deste louvor, a forma significativa e empenhada como contribuiu para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do CISMIL e das Forças Armadas Portuguesas.

30 de julho de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o SMor Inf (05434082) **António José Silva Abreu**, pelas excecionais qualidades pessoais e virtudes militares, evidenciadas na forma extremamente zelosa, competente e dedicada como desempenhou as mais diversas funções e ultimamente as de Investigador Criminal, durante os oito anos em que prestou serviço na Unidade de Investigação Criminal do Porto da Polícia Judiciária Militar, regressando agora ao Ramo Exército.

Militar de forte personalidade, desde cedo se impôs à consideração e estima dos seus superiores e subordinados revelando, no âmbito técnico-profissional, elevada competência e extraordinário desempenho que, aliadas às suas apuradas capacidades organizativas e de trabalho, centradas na preocupação pelas relações humanas, concorreu decisivamente para a dignificação, valorização e prestígio da Polícia Judiciária Militar.

Integrando uma equipa de Investigação, facilmente percebeu os objetivos essenciais da sua missão, evidenciando um excelente domínio dos conhecimentos inerentes à sua função, atuando sempre com a maior lealdade, isenção e sentido de responsabilidade, o que lhe permitiu apresentar um extraordinário trabalho, de tal modo que as atividades à sua responsabilidade atingiram níveis de eficiência e eficácia consideráveis. A par, afirmou-se como um militar, inteligente e dotado de excelentes qualidades morais, sendo patente o seu elevado sentido do dever e espírito de abnegação e de sacrifício no cumprimento da sua missão.

Pelas qualidades e virtudes militares já referidas, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter e lealdade, é de inteira justiça o reconhecimento público de que os serviços prestados pelo Sargento-Mor António Abreu sejam considerados extraordinários, relevantes e de excecional mérito pois contribuíram significativamente, para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Unidade de Investigação Criminal do Porto, da Polícia Judiciária Militar e do Ministério da Defesa Nacional.

7 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o SMor Cav (09521386) **António Maria Batista Nascimento**, pelo extraordinário desempenho, dedicação, excecional competência, profissionalismo e elevado sentido de responsabilidade que sempre demonstrou no desempenho das importantes funções que lhe foram confiadas nos últimos 9 anos e meio na Unidade de Investigação Criminal-Porto da Polícia Judiciária Militar.

Durante este período, destacam-se as funções exercidas como Investigador Criminal, deste Corpo Superior de Polícia Criminal, onde demonstrou ser um excelente organizador e planeador, sabendo selecionar prioridades e objetivos, perseguindo-os com entusiasmo, determinação, perseverança e entrega total no seu cumprimento. Militar com relevantes qualidades pessoais, ponderado, frontal e leal e que denota uma invulgar aptidão para a investigação criminal, aliou sempre um fortíssimo espírito de corpo à capacidade de trabalho em equipa, qualidades que lhe permitiram apresentar um extraordinário e valioso contributo para o cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar.

Dotado de sólida personalidade, fino trato e carácter firme é consensualmente considerado um militar que honra e prestigia os seus pares, aliando a sua diligência a um espírito de iniciativa e uma incansável disponibilidade para o serviço, bem como revelou grande determinação e sentido do dever, promovendo um excelente relacionamento com todas as equipas de investigação e com o pessoal de apoio à investigação, granjeando o seu respeito, estima e consideração, sendo reconhecidamente um profissional de excelência.

Sendo detentor de habilitação qualificada na área jurídica permite-lhe, no âmbito técnico-profissional, apresentar elevada competência e extraordinário desempenho que, aliadas a um elevado grau de prontidão e eficácia na colaboração que presta ao Diretor da Unidade de Investigação, em especial na apresentação de pareceres jurídicos, não só na área processual como ainda ao nível da elaboração de propostas ligadas à organização e funcionamento da PJM, resulta em eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, por tudo quanto ficou expresso é de maior justiça reconhecer publicamente o Sargento-Mor António Nascimento pela forma exemplar como cumpriu as suas funções, possuindo um conjunto de qualidades e inegáveis virtudes militares, humanas, sociais e morais, traduzidas na afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência, dignas de serem consideradas relevantes e de elevado mérito, devendo os serviços por si prestados à justiça castrense, dos quais resultaram honra e lustre para as Forças Armadas Portuguesas, para o Ministério da Defesa Nacional e para Portugal, serem considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

7 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o SAj Eng (00241786) **José Eduardo Caetano Rebelo** pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Adjunto do Comando e Chefe da secretaria da Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, integrada na missão da ONU, no Líbano (UnEng11/FND/UNIFIL) no período de 16 janeiro a 26 junho de 2012.

O Sargento-Ajudante Caetano Rebelo coadjuvou o Comandante da Força desde a fase de aprontamento até à fase de retração da Força, demonstrando sempre uma excecional dedicação e sentido de dever em todos os atos de serviço e pautando-se por uma atitude muito construtiva no fomento da união entre todos os militares da Força. Revelou ser um militar possuidor de excecionais qualidades pessoais e virtudes militares, capaz de criar um grande espírito de integração e salutar camaradagem entre todos os militares da Unidade.

No desempenho da sua função destaca-se o importante trabalho realizado na chefia e coordenação da secretaria, gerindo de forma notável a correspondência da Unidade bem como mostrando excecional zelo e elevada competência técnico-profissional na elaboração das escalas de serviço da Unidade. Na qualidade de sargento Adjunto do Comando soube sempre promover excelentes relações entre os sargentos da Unidade o que em muito contribuiu para manter elevado o espírito de corpo.

Militar possuidor de excecional disciplina, espírito de missão, abnegação e sacrifício, orientou a sua conduta com enorme bom senso, agindo de forma a facilitar a ação do Comando da Unidade apresentando propostas em tempo oportuno e com elevada qualidade, entendendo perfeitamente a intenção do Comandante, revelando estar apto para desempenhar cargos de maior responsabilidade.

Dotado de um comportamento irrepreensível e de elevada coragem moral, praticando em elevado grau a lealdade, espírito de obediência e possuindo uma elevada aptidão para bem servir, o Sargento-Ajudante Caetano Rebelo é merecedor que os serviços por si prestados sejam considerados, extraordinários, relevantes e distintos, dos quais resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o SAj Eng (00833887) **Paulo Manuel Mota Nunes**, pela forma excecionalmente competente e empenhada como exerceu as suas funções de Sargento de Logística da Unidade de Engenharia 11, enquanto Força Nacional Destacada, integrada na missão *United Nations Interim Forces in Lebanon* (UnEng11/FND/ UNIFIL), no período de 16 janeiro a 26 junho de 2012.

No desempenho de funções de grande responsabilidade, demonstrou ser um militar muito dinâmico, zeloso e disciplinado, que sempre pautou o seu desempenho pelo rigor e competência profissional, demonstrando em todos os momentos um elevado espírito de missão, lealdade e de iniciativa.

Durante o período de missão no Líbano, exerceu em todas as circunstâncias um rigoroso e eficaz controlo das cargas da Unidade, tendo-se constituído como um elo de ligação primordial com a Direção de Material e Transportes do Comando da Logística, através da sua ação enérgica e segura possibilitando um processo eficaz de retração da Força.

Na fase final da missão, aquando do processo de contentorização de cargas para posterior transporte, apoiou o Oficial de Logística da Unidade nas tarefas de identificação de anomalias nos contentores marítimos, e sua posterior reparação, possibilitando a certificação dos mesmos para transporte marítimo. Também na preparação da carga, colaborou no seu acondicionamento, pesagem, e verificação da mesma, em estreita coordenação com as entidades competentes da UNIFIL, para posterior selagem dos contentores, sendo um elemento fundamental e demonstrando uma enorme capacidade técnica, disponibilidade e sentido de dever.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares que possui, e pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, lealdade, espírito de sacrifício e de obediência, o Sargento-Ajudante Mota Nunes é digno de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito.

17 de outubro de 2012. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, General.

Louvo o SAj Cav (08605486) **Paulo Jorge Pereira Martins Canilho**, pelo grau de profissionalismo, competência, eficiência e extraordinário sentido de responsabilidade, com que pautou o seu desempenho das funções de Investigador na Unidade de Investigação Criminal de Lisboa desta Polícia, ao longo dos últimos três anos.

Em todas as situações o Sargento-Ajudante Paulo Canilho manifestou elevados dotes de lealdade, espírito de sacrifício, honestidade e integridade, a toda a prova, que a par da sua excelente competência técnica fizeram dos seus juízos imprescindíveis atos de inteligência junto do seu chefe de equipa.

O seu elevado espírito de missão, aliado à qualidade do seu trabalho contribuiu significativamente para o bom desempenho da sua Equipa de Investigação Criminal. Nomeado para coadjuvar o Diretor da UICLisboa, nomeadamente na organização e planeamento dos serviços de Prevenção e Piquete da Unidade evidenciando uma capacidade de iniciativa e planeamento exemplares.

Pelas excecionais qualidades demonstradas, elevada competência, extraordinário empenho e relevantes qualidades pessoais, é o Sargento-Ajudante Canilho merecedor de público louvor e os serviços por si prestados, devem ser considerados extraordinários e de elevado mérito.

11 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o SAj Inf (01498088) **Filipe José Ferreira da Costa Vieira** da Polícia Judiciária Militar, pela elevada competência profissional, dedicação, lealdade e abnegação que tem demonstrado, no exercício das funções como Investigador nesta Polícia ao longo de mais de dois anos.

Sargento extremamente determinado, soube, de forma esclarecida e competente, cumprir, pela afirmação constante de elevados dotes de caráter e espírito de sacrifício as funções que lhe foram atribuídas na Unidade de Investigação Criminal de Lisboa.

Além das atividades intrínsecas às suas funções que exigem com frequência disponibilidade para além das horas normais de serviço, desempenhou funções na área logística da UICLisboa e de formador no Curso de Formação de Investigadores da PJM. No âmbito da logística, sublinha-se o seu sentido do dever, elevado rigor, e extraordinário desempenho que colocou na atualização do chaveiro e das cargas da UICLisboa, contribuindo decisivamente para a sistematização de procedimentos e, concomitantemente, para o bom funcionamento da Unidade, creditando-se assim como um valioso e muito útil colaborador do Diretor da UICLisboa. Nomeado para ministrar formação, nomeadamente no CF/Investigadores da PJM, fê-lo evidenciando capacidades de planeamento, iniciativa e espírito de sacrifício exemplares, revelando uma dedicação e empenho dignos de relevo.

Militar com elevado sentido de disciplina e mantendo uma postura e a uma atitude corretíssimas, soube granjear junto dos seus camaradas uma imagem de grande dignidade o que lhe vale grande estima e consideração por parte de todos.

Sargento muito correto, íntegro, possuidor de excecionais qualidades e virtudes militares, espírito de bem servir e elevado sentido da responsabilidade o Sargento-Ajudante Vieira tem contribuído significativamente com a sua ação para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar, sendo merecedor que os serviços por si prestados sejam considerados como relevantes e de elevado mérito.

11 de dezembro de 2012. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

Louvo o 1Sarg Inf (02869291) **Miguel Ângelo Almeida Moura** da Polícia Judiciária Militar, pela elevada competência profissional, dedicação, lealdade e abnegação que tem demonstrado, no exercício das funções como Investigador nesta Polícia ao longo dos últimos dois anos.

Sargento extremamente determinado, soube, de forma esclarecida e competente, cumprir com as funções que lhe foram atribuídas na Unidade de Investigação Criminal de Lisboa, que conjugado com os seus conhecimentos profissionais, zelo e competência, o tornaram num importante colaborador do seu Chefe de Equipa de Investigação Criminal.

Na área das Informações Criminais, sublinha-se o seu sentido do dever, elevado rigor, e excecional desempenho que colocou na atualização das informações policiais, contribuindo decisivamente para uma sistematização de procedimentos e, concomitantemente, para o bom funcionamento da UICLisboa.

Sargento correto, íntegro, possuidor de excecionais qualidades e virtudes militares, espírito de bem servir e elevado sentido da responsabilidade, o 1Sarg Moura tem contribuído significativamente com a sua ação para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar, sendo merecedor que os serviços por si prestados sejam considerados como relevantes e de elevado mérito.

18 de janeiro de 2013. — O Diretor-Geral da PJM, *Luís Augusto Vieira*, Coronel.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Ingresso no quadro

Nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho:

SMor Inf (05434082) **António José Silva Abreu**, da UnAp/EME, a prestar serviço na PJM (Delegação do Porto), por ter sido colocado no RG3, ficando na situação de QQESP, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

SAj Cav (17445687) **António Correia França**, da UnAp/EME, a prestar serviço no MDN, por ter sido colocado no CM, ficando na situação de Quadro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

TCor Cav, Adido (17429987) **José Nunes Baltazar**, do CmdCCS/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de janeiro de 2013, por ter terminado funções no Joint Force Command Lisbon.

(Por portaria de 13 de fevereiro de 2013)

Cap TTrans, Adido (19168585) **Vítor Manuel Tavares Pinto**, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de fevereiro de 2013, por ter terminado funções no Joint Force Command Lisbon.

(Por portaria de 13 de fevereiro de 2013)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

TCor Inf, Adido (07323682) **José Manuel Ferreira Afonso**, do CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de janeiro de 2013, por ter terminado a missão de Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste.

(Por portaria de 25 de janeiro de 2013)

Cap Inf, Adido (03139297) **Luís Ricardo Franco Pereira**, do CTC, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de setembro de 2012, por ter terminado a missão de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

(Por portaria de 31 de janeiro de 2013)

Ten Inf, Adido (19677000) **Carlos Francisco Laranjeiro Simões Azedo**, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de novembro de 2012, por ter terminado a missão de Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste.

(Por portaria de 25 de janeiro de 2013)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

TCor Art, Adido (05581385) **António Pedro Matias Ricardo Romão**, da EPA, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de janeiro de 2013, por ter terminado funções no IESM.

(Por portaria de 25 de janeiro de 2013)

Maj Art, Adido (16645789) **Eduardo Jorge Martins Nunes da Silva**, da DCSI, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012, por ter terminado funções no MDN.

(Por portaria de 07 de janeiro de 2013)

Maj Art, Adido (04267590) **Jaime Adolfo Cabral Ribeiro da Cunha**, da DCSI, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012, por ter terminado funções no MDN.

(Por portaria de 07 de janeiro de 2013)

Maj Inf, Adido (00199093) **Marco Paulo Machado Custódio**, da DCSI, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de novembro de 2012, por ter terminado funções no MDN.

(Por portaria de 07 de janeiro de 2013)

Passagem da situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação no quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR:

Cor Inf, Supranumerário (00842881) **Agostinho Reinaldo Teixeira Paiva da Cunha**, do IDN, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de dezembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 04 de janeiro de 2013)

Cor Inf, Supranumerário (02400378) **António José de Sampaio Silva**, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 04 de janeiro de 2013)

Cor Tir Inf, Supranumerário (03071382) **Rui Davide Guerra Pereira**, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de dezembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 04 de janeiro de 2013)

Cor Inf, Supranumerário (07969379) **Arnaldo Manuel de Almeida da Silveira Costeira**, da UnApAMAS, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de dezembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 04 de janeiro de 2013)

Cor Tm, Supranumerário (19886885) **Luís Filipe Camelo Duarte Santos**, da EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de dezembro de 2012, por ter preenchido vaga ocorrida no respetivo quadro especial e no seu posto.

(Por portaria de 04 de janeiro de 2013)

Passagem à situação de adido

Nos termos do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

SAj Eng (17622286) **Ernesto João Martinho**, da DA, colocado na UnAp/EME, a prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

SAj Tm (12776590) **José Manuel de Oliveira Gonçalves**, do RC6, colocado na UnAp/EME, a prestar serviço na PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

SAj Art (17986191) **António José Menezes Cravo**, do CFT, colocado na UnAp/EME, a prestar serviço na PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

1Sarg Art (13803097) **Hugo André Pinto Fangueiro**, do RA5, colocado na UnAp/EME, a prestar serviço na PJM (Delegação do Porto), devendo ser considerado nesta situação desde 19 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Art, no Quadro (02803883) **António Emídio da Silva Salgueiro**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de janeiro de 2013, por ter terminado funções no CFT.

(Por portaria de 25 de janeiro de 2013)

Passagem da situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *c*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Inf, Supranumerário (08891582) **Jorge Manuel Cabrita Alão Correia da Silva**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de setembro de 2012, por ter terminado funções no IGeoE.

(Por portaria de 23 de outubro de 2012)

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

TCor Art, no Quadro (11205186) **Carlos Manuel da Silva Caravela**, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de maio de 2012, por ter sido indigitado para integrar a missão de Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

TCor Inf, no Quadro (08285888) **Nelson Couto Gomes**, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de janeiro de 2013, por ter sido indigitado para integrar a missão de Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste.

(Por portaria de 25 de janeiro de 2013)

Maj Inf, no Quadro (07143290) **Rui Manuel Afonso Rodrigues**, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de outubro de 2012, por ter sido indigitado para integrar a missão de Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste.

(Por portaria de 28 de dezembro de 2012)

Cap Art, no Quadro (01597594) **João Francisco Dias Pimenta**, do CTC, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de setembro de 2012, por ter sido indigitado para integrar a missão de Cooperação Técnico-Militar na República de Angola.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cap Cav, no Quadro (18966596) **José Manuel Costa da Silva Barradas**, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de setembro de 2008, por ter sido indigitado para integrar a missão de Cooperação Técnico-Militar na República de Moçambique.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cap Inf, no Quadro (01475397) **Ricardo Vieira Azevedo Estrela**, do 2BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de novembro de 2012, por ter sido indigitado para integrar a missão de Cooperação Técnico-Militar em Timor-Leste.

(Por portaria de 25 de janeiro de 2013)

Passagem da situação de quadro nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Inf, no Quadro (17727381) **António Pedro da Silva Tomé Romero**, do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de dezembro de 2012, por ter terminado funções no CmdZMA.

(Por portaria de 12 de dezembro de 2012)

Cor Inf, no Quadro (04273084) **Pedro Manuel Monteiro Sardinha**, da DGPDN, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de dezembro de 2012, por ter terminado funções no CFT.

(Por portaria de 09 de janeiro de 2013)

TCor Art, no Quadro (19123887) **César Luís Henriques dos Reis**, da DGPRM, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de dezembro de 2012, por ter terminado funções no CM.

(Por portaria de 07 de janeiro de 2013)

TCor Inf, no Quadro (17172988) **Paulo Jorge Pereira da Silva de Castro Ferreira**, da DGPDN, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013, por ter terminado funções no EME.
(Por portaria de 15 de fevereiro de 2013)

Maj Inf, no Quadro (07370288) **António Paulo Gaspar da Costa**, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de setembro de 2012, por ter terminado funções no EME.
(Por portaria de 08 de fevereiro de 2013)

Maj Cav, no Quadro (09978092) **Roberto Carlos Pinto da Costa**, da PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de janeiro de 2013, por ter terminado funções no RC6.
(Por portaria de 24 de janeiro de 2013)

Maj TPesSecr, no Quadro (09425386) **António Fernando Garelha Domingues**, da PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de janeiro de 2013, por ter terminado funções na EPS.
(Por portaria de 24 de janeiro de 2013)

Passagem da situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR:

Cor Inf, Supranumerário (00842881) **Agostinho Reinaldo Teixeira Paiva da Cunha**, do IDN, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de dezembro de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.
(Por portaria de 17 de dezembro de 2012)

Cor Tir Art, Supranumerário (14023682) **José Luís de Sousa Dias Gonçalves**, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de novembro de 2012, por ter terminado funções na DE.
(Por portaria de 03 de dezembro de 2012)

Passagem à situação de supranumerário

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

Cor Inf, Adido (07969379) **Arnaldo Manuel de Almeida da Silveira Costeira**, da UnApAMAS, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de dezembro de 2012, por ter terminado funções no Joint Force Command Lisbon.
(Por portaria de 17 de dezembro de 2012)

TCor Inf, Adido (09023286) **Luís Filipe Carvalho das Dores Moreira**, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de outubro de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.
(Por portaria de 20 de novembro de 2012)

TCor Cav, Adido (03763787) **Paulo Jorge Rodrigues Ramos**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de dezembro de 2012, por ter sido indigitado para integrar a Ordem de Batalha da Executive Officer da Advisor Team de Divisão do 6.º Contingente Nacional no Afeganistão.
(Por portaria de 12 de dezembro de 2012)

TCor Art, Adido (11233188) **Vítor Manuel Correia Mendes**, do CSMIE, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de novembro de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.

(Por portaria de 13 de dezembro de 2012)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

TCor Inf, Adido (13360886) **Manuel Nunes Maio Rosa**, do RG1, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de outubro de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.

(Por portaria de 25 de outubro de 2012)

TCor Inf, Adido (17172988) **Paulo Jorge Pereira da Silva de Castro Ferreira**, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de agosto de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.

(Por portaria de 25 de outubro de 2012)

TCor Inf, Adido (18070785) **José Carlos de Almeida Sobreira**, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de agosto de 2012, por ter terminado funções no EMGFA.

(Por portaria de 25 de outubro de 2012)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

TCor Inf, Adido (17355286) **António Paulo Lopes Romeiro**, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de fevereiro de 2013, por ter terminado funções na DGPDN.

(Por portaria de 08 de fevereiro de 2013)

TCor Inf, Adido (05020487) **Brás Paulo Caetano Ferreira**, do RI1, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de dezembro de 2012, por ter terminado funções no IESM.

(Por portaria de 13 de dezembro de 2012)

Nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, conjugado com o n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 211/2012, de 21 de setembro:

Cor Tm (08751380) **Fernando Cunha dos Santos Pinto**, do CmdPess, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Tir Inf (03071382) **Rui Davide Guerra Pereira**, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Tir Cav (19073984) **José Ulisses Veiga Santos Ribeiro Braga**, da DD, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Inf (19801582) **Diogo Maria da Silva Pinto Sepúlveda Veloso**, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Inf (06907079) **Carlos Avelino Viegas da Paz Moreno**, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Inf (16232581) **Jorge Manuel Barros Gomes**, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Inf (07969379) **Arnaldo Manuel de Almeida da Silveira Costeira**, da UnApAMAS, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Tm (19886885) **Luís Filipe Camelo Duarte Santos**, da EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Cav (13952585) **João Francisco Fé Nabais**, do RC3, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Eng (07320186) **Francisco António Amado Monteiro Fernandes**, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor AdMil (00944379) **José Alves de Sousa**, do CFG, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Cor Art (02792185) **António José Pardal dos Santos**, do CID, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de fevereiro de 2013)

Passagem à situação de Reforma

MGen (82066667) **Hugo Eugénio dos Reis Borges**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

MGen (60111368) **Artur Augusto de Meneses Moutinho**, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Inf (01360867) **Humberto Regadas Teixeira**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Med (06804170) **José Manuel Barbosa Queirós**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Med (07961074) **Luís Filipe Dias Serra**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Med (15105574) **António Miguel Rebelo de Faro Loureiro**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Med (00894377) **Jorge Carlos Silvério Machado**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Cav (16321880) **Fernando José Sousa Gonçalves Magalhães**, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Cor Inf (17530372) **Carlos Gonzaga Marques Brás do Vale**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

TCor QTS (15742672) **Francisco José de Almeida Alves**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

TCor TManTm (03730576) **José Manuel Fernandes Costa**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

TCor TManMat (07688778) **Joaquim Manuel de Oliveira Fulgêncio**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

TCor Inf (19191187) **António Anacleto Viegas Ferreira**, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Maj Med (10775281) **Maria Alice Rodrigues Marques Silva**, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerada nesta situação desde 6 de novembro de 2012.

(Por Portaria de 14fev13/DR II série n.º 43 de 01mar13)

Maj QTS (11428071) **Arnaldo de Sousa Figueiredo**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

Maj SGE (08931876) **José Ferrinho da Fonseca**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de janeiro de 2013.

(Por Portaria de 12fev13/DR II série n.º 39 de 25fev13)

SAj Art (10913374) **Manuel Horácio Serras Jorge**, nos termos da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/2005 de 23 de setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de junho de 2010.

(Por Portaria de 14fev13/DR II série n.º 43 de 01mar13)

Em conformidade com o artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro — Estatuto de Aposentações, publica-se a pensão mensal de reforma por invalidez que, a partir da data indicada passa a ser paga pela Caixa Geral de Aposentações, aos militares a seguir mencionados:

1 de novembro de 2011

Cor AdMil (07519764) Carlos Joaquim Gaspar, €3.253,52.

(DR II Série n.º 194 de 10 de outubro de 2011)

1 de dezembro de 2011

Cor Inf (42072962) José Rui Borges Costa, €3.114,86.

Cor Inf (00155863) Antero Aníbal Ribeiro da Silva, €3.478,80;

Cor Inf (05891665) Carlos Alberto Frias Barata, €3.029,74.

(DR II Série n.º 215 de 09 de novembro de 2011)

1 de agosto de 2012

1Sarg Aman (13689474) António Jacinto Palmito Galvão, €1.105,33.

(DR II Série n.º 130 de 06 de julho de 2012)

III — LISTAS DE PROMOÇÃO

Listas de promoção por escolha ao posto de Sargento-Mor, dos Sargentos-Chefes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 8 de março de 2013, para vigorar no ano de 2013:

Infantaria

1	SCh	(16742782)	José Manuel Coelho Rodrigues
2	SCh	(09911682)	Carlos Manuel Loureiro dos Santos
3	SCh	(08395083)	Hélder António Cardeira do Carmo Ramos
4	SCh	(07824583)	Horácio Joaquim da Conceição Chaves Rodrigues
5	SCh	(07031283)	Hélder Abílio Gomes Palavras
6	SCh	(01677683)	Manuel Ventura Vasques Nunes
7	SCh	(12610683)	José Júlio Cabete Azevedo
8	SCh	(02670582)	Luís Manuel Mesquita
9	SCh	(00696583)	António Manuel de Magalhães Vieira
10	SCh	(14725183)	António Augusto Pinto Pereira

Artilharia

1	SCh	(06121682)	José Casado Marques
2	SCh	(15769982)	António de Carvalho Ferreira
3	SCh	(05004082)	Pedro Jorge Martins dos Santos
4	SCh	(05383082)	Carlos Eduardo Pinto Ferreira
5	SCh	(04012283)	Mário José Ribas Rocha
6	SCh	(09258883)	Lúcio Robalo Pereira
7	SCh	(07390981)	Etelvino Serras Aparício
8	SCh	(11166683)	Pedro Manuel de Sá Gonçalves
9	SCh	(14640183)	Amadeu José Neves Martins

Cavalaria

1	SCh	(02281384)	José António Gonçalves Borbinha
2	SCh	(02410183)	Jorge Manuel Aldeagas Lopes
3	SCh	(10080682)	Luís António Leite Faria
4	SCh	(03402981)	José Manuel de Jesus Francisco
5	SCh	(19153881)	António Manuel Ferreira Rodrigues

Engenharia

1	SCh	(10228684)	Rui José Ferreira de Sousa Casimiro
2	SCh	(00333982)	Fernando Augusto Pinto
3	SCh	(18070882)	Manuel da Silva Dias
4	SCh	(10447682)	Joaquim Farias

Transmissões

1	SCh	(11099582)	Manuel Ribeiro Machado
2	SCh	(07680781)	Vítor Fernando da Silva Modesto
3	SCh	(15338381)	José Vaz Afonso
4	SCh	(00751683)	Alberto Victor do Nascimento Barreiro
5	SCh	(06453683)	António Luís Paiva Madail

Administração Militar

1	SCh	(07052282)	José Manuel Henriques Moreira
2	SCh	(06231781)	Carlos Manuel da Silva Almeida

Serviço de Material

1	SCh	(07572280)	Mário Humberto Santos Sousa
2	SCh	(09469582)	Alfredo António Gouveia
3	SCh	(11185883)	António Manuel Mendes de Matos
4	SCh	(14795583)	Fernando Manuel Figueiredo Pimenta
5	SCh	(18630583)	Serafim Fernando dos Santos Pacheco

Medicina

1	SCh	(07738884)	Jorge Manuel Raposo Nunes
2	SCh	(11850781)	António Manuel Rodrigues Caldeira

Músicos

1	SCh	(13988384)	Fernando da Cruz Vidal
---	-----	------------	------------------------

Corneteiros/Clarins

1	SCh	(14863184)	Rui Manuel de Oliveira Direitinho
---	-----	------------	-----------------------------------

Pára-Quedistas

1	SCh	(11850480)	António Manuel Silva Lopes
2	SCh	(09489880)	Manuel António Saragoça Caldeirão

Listas de promoção por escolha ao posto de Sargento-Chefe, dos Sargentos-Ajudantes das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 8 de março de 2013, para vigorar no ano de 2013:

Infantaria

1	SAj	(12232586)	Luís Acácio Gonçalves Rocha
2	SAj	(05101185)	José Eduardo Peniche Falcão
3	SAj	(07767982)	António Manuel Pimentel
4	SAj	(08509385)	Jorge Manuel Mendes Ribeiro
5	SAj	(07716085)	Francisco Fernando Borralho Morgado
6	SAj	(15465284)	José Luís Miranda Botas
7	SAj	(11725285)	Carlos António da Costa Veloso
8	SAj	(08096686)	José António Duarte Rebelo da Cruz
9	SAj	(04273486)	José David Monteiro Morgado
10	SAj	(18879386)	José Carlos Lopes Osório Lima
11	SAj	(17588386)	Manuel António Sousa Lampreia Cordeiro
12	SAj	(16115485)	Fernando Domingos Aleixo Caldeireiro
13	SAj	(14030884)	Leonel David Bacelar Lopes
14	SAj	(15886784)	Luís Alexandre Marques Reguengos
15	SAj	(18382085)	António José Batista Ferreira
16	SAj	(11304285)	João Francisco Miranda da Costa

17	SAj	(17582684)	Carlos dos Santos Moraes
18	SAj	(05840684)	Jorge Manuel Vieira Elias
19	SAj	(13330686)	Rui Sousa Correia da Silva
20	SAj	(07766585)	António Manuel Sequeira Sanches
21	SAj	(15028384)	José Augusto Costa Rodrigues
22	SAj	(17032786)	João Paulo da Rocha Chambel
23	SAj	(07555285)	Bernardo Figueiredo Rodrigues
24	SAj	(05914285)	Ricardo Alfredo Fernandes de Moura
25	SAj	(10870282)	Francisco Tomás Rodrigues Granada
26	SAj	(18093886)	João Carlos Vieira Rosado
27	SAj	(03802786)	Daniel Alves Bento dos Reis
28	SAj	(00138886)	Jorge dos Santos Pereira da Cruz
29	SAj	(06140086)	Marcelino Chaves Valente
30	SAj	(19947986)	José Domingos Gomes Machado
31	SAj	(11408786)	Paulo Jorge da Fonseca Alexandre
32	SAj	(13321683)	António Manuel Nunes Candeias
33	SAj	(18848685)	Carlos António Vaz de Andrade
34	SAj	(04424886)	Júlio Fernando Fresco Ferreira
35	SAj	(03580684)	Carlos Alberto de São José Teixeira
36	SAj	(17234682)	Sebastião Pereira Frausto
37	SAj	(14944988)	Paulo Jorge Lourenço Nisa
38	SAj	(12057585)	Abel José Ramos Roque
39	SAj	(06882886)	José Joaquim Fontes Marques
40	SAj	(08229986)	António Manuel Braz da Silva
41	SAj	(07376186)	Luís Filipe Mendes Gonçalves
42	SAj	(18568086)	Carlos Alberto Ferreira da Cruz
43	SAj	(18407285)	Humberto dos Ramos Vara
44	SAj	(08269881)	Amílcar José Martinho Ramalho
45	SAj	(04521085)	Agostinho José Carrilho Mousinho Paixão
46	SAj	(00375485)	Manuel António Marques de Matos
47	SAj	(19082985)	Manuel Júlio Mezas da Eira
48	SAj	(03403985)	Manuel Marchante Vicente
49	SAj	(08122286)	António Manuel dos Santos Marques
50	SAj	(15431886)	Valdemar José Garcia Sendim
51	SAj	(17183586)	Rui Manuel Cabral Teixeira
52	SAj	(06945287)	José Fernando Lopes da Rocha
53	SAj	(06511086)	Joaquim António de Oliveira da Silva
54	SAj	(15011486)	João Gomes dos Santos Júnior
55	SAj	(10694986)	António Augusto Calado de Carvalho
56	SAj	(00293387)	José Bernardo Henriques
57	SAj	(17954086)	António Luís Pereira Pinto
58	SAj	(00792786)	Henrique Manuel de Oliveira
59	SAj	(05613186)	Rui Baltazar de Sousa Viana
60	SAj	(18778686)	Hélder Manuel Perfeito Santa Maria
61	SAj	(14326285)	José António de Oliveira Novais
62	SAj	(18962684)	Alberto Joaquim Bárcia Soares
63	SAj	(03272086)	Jacinto António Fialho Murcho
64	SAj	(04037784)	Augusto Pereira Dias

65	SAj	(01633786)	Pedro José de Jesus da Silva Pinto
66	SAj	(09192088)	Artur João Moreira Marques
67	SAj	(18710384)	António Manuel Ferreira Fragoso
68	SAj	(14212686)	Domingos Manuel Segurado Ilhéu
69	SAj	(02049186)	Luís Alberto Elias Rodrigues
70	SAj	(01611886)	João Manuel Cunha dos Reis Pires
71	SAj	(17050285)	António José Viegas de Albuquerque
72	SAj	(00455186)	Vítor Manuel da Silva Gomes
73	SAj	(10678486)	Acácio Rodrigues Gomes
74	SAj	(04493883)	João Evangelista Borges
75	SAj	(06563782)	Joaquim José Gomes da Rocha Fernandes
76	SAj	(01546187)	António Manuel Ribeiro Marques Fornea
77	SAj	(00672188)	João Maria Gomes Henriques
78	SAj	(12333286)	Rui Guardado da Silva
79	SAj	(12266186)	António Carlos Bento Correia
80	SAj	(10498087)	José Carlos Rafael Lopes
81	SAj	(05200287)	Hélder Roberto do Carmo Santos
82	SAj	(12779187)	José Zeferino Marques da Silva
83	SAj	(08780287)	Ramiro Diamantino Loio Loureiro
84	SAj	(03560286)	João Manuel Ribeiro de Almeida Lourenço
85	SAj	(10900486)	Aristides Martins Ribeiro
86	SAj	(19928787)	João Manuel Marques Tavares
87	SAj	(19577085)	Francisco António da Silva Pereira
88	SAj	(00086786)	José Manuel Ramos Fernandes
89	SAj	(11858287)	José Pedro Mata Cordeiro
90	SAj	(03080986)	António Cristiano Magalhães Gonçalves Veloso
91	SAj	(16816386)	Bruno Vicente Costa Vieira
92	SAj	(09442887)	Pedro Manuel Silva Pires
93	SAj	(02211985)	Paulo Jorge Cruz da Costa Silva
94	SAj	(16718087)	Jorge Manuel Morais Pereira
95	SAj	(09483387)	João Carlos Gomes dos Santos
96	SAj	(13044187)	Teófilo Leopoldino Madeira Vieira
97	SAj	(06124485)	José António Monteiro da Fonseca
98	SAj	(00337689)	João Alfredo Rodrigues de Moura
99	SAj	(18209787)	António Campeã de Barros
100	SAj	(13826386)	José Carlos Lourenço Roseiro
101	SAj	(09546886)	José dos Santos Guerra
102	SAj	(11448585)	António José de Almeida Pacheco
103	SAj	(07628187)	Victor Manuel Rodrigues Calado
104	SAj	(01498088)	Filipe José Ferreira da Costa Vieira
105	SAj	(10456187)	Paulo Carlos da Costa Vieira Gomes
106	SAj	(05338687)	Carlos Alberto Marques Capela
107	SAj	(01576387)	Jorge Alexandre Mateus Machado
108	SAj	(18223685)	João Manuel Ferreira
109	SAj	(08814985)	Alberto Pinto Guedes
110	SAj	(16253888)	António José Martins Reis
111	SAj	(07879988)	Rui Manuel Correia Costa
112	SAj	(02807088)	António Manuel Algarvio Coelho
113	SAj	(06667188)	Manuel Filipe Machado Rua

114	SAj	(18758188)	Carlos Alberto da Conceição Pereira
115	SAj	(02340388)	Herculano de Jesus Amaral Sanguinete Costa
116	SAj	(05099388)	Paulo Sérgio de Jesus Rebelo
117	SAj	(02366788)	André Adriano Pereira
118	SAj	(01615788)	José Nunes
119	SAj	(12935188)	Lucínio José da Silva Fernandes
120	SAj	(00412888)	Luís Manuel dos Santos Gomes
121	SAj	(06721588)	João Carlos Lopes Sena
122	SAj	(13219988)	José Manuel Pais Loureiro
123	SAj	(00366888)	João José Luzio Domingos
124	SAj	(06854087)	Vítor Manuel Abelha Pires
125	SAj	(02525287)	Bernardino Ribeiro Morais
126	SAj	(04660787)	António José Almeida Peres Marques
127	SAj	(13283188)	José Joaquim Martins António
128	SAj	(06842188)	José Augusto Rodrigues Correia
129	SAj	(03996385)	José de Jesus Fonseca
130	SAj	(09762285)	José António Rodrigues de Oliveira
131	SAj	(03156186)	António Miranda Montes
132	SAj	(14062087)	Miguel Cavaco Correia
133	SAj	(13447586)	João Miguel Delgado Ribeiro
134	SAj	(00569886)	José Carlos Bernardes de Jesus
135	SAj	(04826187)	João Paulo Monteiro
136	SAj	(15231187)	Carlos Manuel Bargão Marques Rascão
137	SAj	(15924085)	José Augusto Alves Dinis
138	SAj	(03229084)	António Ferreira Dinis
139	SAj	(15018287)	Duarte Miguel Rodrigues
140	SAj	(07513290)	José Fernando Frausto Mousinho
141	SAj	(19229487)	Fernando Paulo Gaiato da Silva
142	SAj	(15805787)	José António dos Santos Faustino Rebelo
143	SAj	(19229887)	Paulo Fernando Lopes Vieira
144	SAj	(08369385)	José Joaquim Caetano Oliveirinha
145	SAj	(03412687)	Manuel Luís Rodrigues Ricardo
146	SAj	(03101088)	António José Henriques Rosa
147	SAj	(12901587)	Carlos Ilídio Pestana Sá Vieira
148	SAj	(13044285)	Paulo Manuel Alfaiate Poupino
149	SAj	(14524286)	João Morgado Cotovio
150	SAj	(13505887)	Mário Jorge Arruda Moniz
151	SAj	(17384185)	Egídio Valente Pinto
152	SAj	(17776189)	António Joaquim Dias Gomes Raposo
153	SAj	(08379189)	Paulo Jorge de Lemos Rodrigues
154	SAj	(08532188)	João Manuel Nevado dos Santos
155	SAj	(07982485)	José António Dias Fernandes
156	SAj	(16603887)	Henrique Luís Esteves Narciso
157	SAj	(04157488)	António João Figueiredo Teixeira
158	SAj	(06046189)	Luís Filipe da Conceição Neves
159	SAj	(19960788)	João Paulo dos Santos Lopes
160	SAj	(08966487)	José Manuel de Sousa Carreira Mendes
161	SAj	(08370488)	António Francisco Lourenço da Silva
162	SAj	(16744888)	Arménio Tavares de Matos

Artilharia

1	SAj	(12253785)	António Augusto Prates Rosado
2	SAj	(03161685)	António Luís Pereira Serôdio
3	SAj	(19238182)	Severino de Freitas Olim
4	SAj	(09004182)	Francisco Falé da Silva Capucho
5	SAj	(07236684)	Luís Manuel Pinto Esteves
6	SAj	(04853384)	José Cláudio Rodrigues Alves
7	SAj	(02380885)	Paulo Renato Evangelista Matos
8	SAj	(17891982)	Manuel Francisco do Vale Pereira
9	SAj	(05827382)	António Domingos dos Santos Alves
10	SAj	(04370785)	Luís Alberto da Silva Ferreira dos Santos
11	SAj	(00626786)	António Manuel Lameira Valadas
12	SAj	(01863586)	José Galvão de Moura
13	SAj	(04635787)	José António Malveiro da Glória
14	SAj	(06398783)	Eduardo Hígino do Nascimento Moreira
15	SAj	(15815786)	José Carlos Ramos Gaspar
16	SAj	(11583786)	Vítor Manuel de Oliveira Rodrigues Martins
17	SAj	(07325884)	Luís Filipe Cardoso Domingues
18	SAj	(15844685)	Carlos Alberto Martins dos Santos
19	SAj	(06010483)	José Filipe de Oliveira Fernandes
20	SAj	(18915885)	João Alexandre Nabais Birra
21	SAj	(01235786)	Paulo Renato Duque da Cunha Teixeira
22	SAj	(19900385)	Joaquim José Gomes
23	SAj	(10471185)	Carlos Jorge Caetano Novais
24	SAj	(01177886)	Vítor Manuel de Almeida Marques Alves
25	SAj	(16287183)	Edigar de Almeida Almeida
26	SAj	(16052084)	Ricardo Jorge Santos Gonçalves
27	SAj	(08622386)	Jorge Paulo Estevens de Sousa Freire
28	SAj	(00404187)	José João Neto Serafim
29	SAj	(03864386)	Joaquim José Bravo dos Santos
30	SAj	(10903187)	José Carlos Teixeira da Costa
31	SAj	(03555486)	Rui Adão da Costa Teixeira
32	SAj	(01143986)	José Joaquim Coelho Segurado dos Santos
33	SAj	(05523187)	Carlos José Repolho Narciso
34	SAj	(14766487)	António Manuel Costa das Neves
35	SAj	(02960985)	Rogério Paulo de Brito Cunha
36	SAj	(14981887)	Fernando Jorge da Silva Oliveira Cópio Daniel
37	SAj	(09157087)	Francisco Maria Paixão Torres
38	SAj	(11038586)	José Manuel Flores da Mata
39	SAj	(03447187)	Elias da Silva Rodrigues
40	SAj	(08092688)	Victor Manuel Valente Piçarra
41	SAj	(00039389)	José Domingos Dias Camponês
42	SAj	(14963388)	José Manuel Sebastião Dias
43	SAj	(09067888)	Armando José Borges de Almeida Lourenço Pinto
44	SAj	(04417688)	Filipe Nério de Freitas Cardoso
45	SAj	(08495089)	Nuno Filipe Ferreira de Pinho
46	SAj	(00246287)	Joaquim António Fernandes Piteira
47	SAj	(05904088)	João Manuel Vieira Cajadão
48	SAj	(08519188)	António Manuel Peixoto Tibério

49	SAj	(11378188)	Guilherme Alberto Cunha Fretes
50	SAj	(13864688)	Nelson Fernandes Marques
51	SAj	(10886186)	Joaquim Alfredo Pereira Capela
52	SAj	(16980388)	Domingos António Pestana Dias
53	SAj	(04807187)	José Manuel Quintaneiro Selorindo
54	SAj	(19440287)	Luís Manuel Bulhão Pateiro
55	SAj	(12731687)	Paulo Gabriel Apolinário Bonito
56	SAj	(03882286)	Adérito Brás Pinto
57	SAj	(07438287)	Emídio Joaquim da Silva Batista
58	SAj	(15596584)	Vítor Manuel Duarte dos Santos
59	SAj	(15578888)	Sérgio Pequito Felício Ribeiro
60	SAj	(14143088)	João António Cunha da Cruz
61	SAj	(00470288)	Gilberto Soares Pires
62	SAj	(19707291)	José Luís Ribeiro Pimenta
63	SAj	(06303587)	António José Duarte Mendes

Cavalaria

1	SAj	(17755785)	José Manuel Fonseca Miguéns
2	SAj	(11027185)	Manuel Jesus Vitorino Neves
3	SAj	(06278885)	Fernando José Caiola Victorino
4	SAj	(02316485)	Luís Manuel Alves Grácio Contente
5	SAj	(06616482)	Carlos Alberto Duarte Marques
6	SAj	(04759684)	Paulo Alexandre de Matos Mestre
7	SAj	(05479985)	Manuel Dantas Pereira
8	SAj	(19153986)	Paulo António Valentim Balsa
9	SAj	(09031583)	João Emanuel Costa Soares
10	SAj	(02922081)	Heitor Jorge de Castro Batista Peixoto
11	SAj	(06872286)	Licínio Domingues de Oliveira Simões
12	SAj	(09876279)	Luiz Manuel Vicente Vergara Peres
13	SAj	(00269686)	Carlos Jorge Plácido Baptista
14	SAj	(19185285)	António Delfim Vieira da Silva
15	SAj	(08152786)	Dinário Manuel da Silva Seromenho
16	SAj	(15858886)	Nelson Jerónimo Alves de Oliveira
17	SAj	(05139986)	Fernando Manuel Ferreira de Matos
18	SAj	(08605486)	Paulo Jorge Pereira Martins Canilho
19	SAj	(04728084)	Arnaldo Francisco Lopes de Sousa e Brito
20	SAj	(17602186)	Manuel Carlos Paz Lopes
21	SAj	(07003886)	José Manuel Sochas Badalo
22	SAj	(01645185)	Francisco José Neto Garcia
23	SAj	(01610284)	António José Neves Baptista
24	SAj	(04700886)	António Luís Martins Bernardino
25	SAj	(18313586)	José Manuel Agante de Matos
26	SAj	(17445687)	António Correia França
27	SAj	(13506483)	Carlos Alberto Simões dos Reis
28	SAj	(04208086)	Fernando Augusto Antunes de Carvalho
29	SAj	(04990685)	Fernando Jorge Cardinho Ramos
30	SAj	(12442887)	Rui Manuel da Luz Lopes
31	SAj	(00262587)	Jorge Hélder Severino Carujo

32	SAj	(05168687)	Jorge Manuel da Silva Ferreira
33	SAj	(09111287)	José João Batista Figueiredo
34	SAj	(17821787)	Luís Manuel da Silva Ramos Senica
35	SAj	(08383887)	António Miguel da Silva Santos
36	SAj	(17227387)	Fernando Armandino Montenegro da Silva
37	SAj	(01095785)	Abílio José N. Martins Aires de Sousa Ferreira
38	SAj	(12134488)	Manuel Lopes Ferreira
39	SAj	(05907389)	Sérgio Paulo Marques de Jesus
40	SAj	(13517287)	Paulo Augusto Ferreira Santos Gonçalves Verdade
41	SAj	(11807483)	José Manuel Madrinha Bexiga
42	SAj	(16792887)	António Guilherme Henriques Ferreira
43	SAj	(05451285)	José Manuel de Matos Gaspar Moraes
44	SAj	(05114787)	Manuel Maria Velez Maurício
45	SAj	(14346788)	Fernando Joaquim dos Santos Graça
46	SAj	(07712587)	João Paulo Mateus Pereira
47	SAj	(10376088)	Jorge Agostinho Brás Cunha
48	SAj	(07936988)	José Joaquim Chaurilha Guerreiro
49	SAj	(16986988)	Germano Manuel Mendes Badalo
50	SAj	(11845887)	Filipe Manuel Salgueiro da Rocha
51	SAj	(02116789)	Victor Manuel Duarte Branco

Engenharia

1	SAj	(11500585)	Fernando Duarte Portela Martins
2	SAj	(14556885)	Manuel Mário Velho Neves da Costa
3	SAj	(07213584)	João Maximino Pedro Moraes
4	SAj	(08784084)	Manuel João Ramalho Rolhas
5	SAj	(01634685)	Fernando Catarino Augusto
6	SAj	(14645085)	José Carlos Marques Dias
7	SAj	(15412485)	Ricardo Manuel Alves
8	SAj	(17622286)	Ernesto João Martinho
9	SAj	(09414386)	António Carlos Vicente Carita
10	SAj	(02667785)	Eugénio Manuel Casaca Marçal
11	SAj	(11657186)	Herlander Aires Caetano Macedo Tibério
12	SAj	(14065185)	António Manuel Lopes Mendes
13	SAj	(01803786)	José Augusto Dias Lourenço
14	SAj	(11415786)	Severino Gregório Valente
15	SAj	(11813886)	António José Martinho Nunes
16	SAj	(19182986)	João José Basso Ferreira
17	SAj	(08354886)	Jaime Diogo da Costa Silva
18	SAj	(19664386)	Hélder António dos Santos Silva
19	SAj	(09997087)	José Manuel Rosa Ventura
20	SAj	(16490986)	Mário Jorge de Carvalho Fernandes
21	SAj	(15463084)	Joaquim Neves Pina Monteiro
22	SAj	(01670486)	Luíz António Pombo Palmeiro Pedro
23	SAj	(05285686)	Vítor Manuel Pires Gonçalves Capela
24	SAj	(13336187)	Augusto Manuel Fonseca Vidal
25	SAj	(08413487)	Mário Jorge Duarte de Oliveira Maia
26	SAj	(01307487)	Luís Manuel da Silva Carvalho dos Santos
27	SAj	(00225087)	Carlos Filipe Guerra
28	SAj	(08034288)	Paulo Alexandre Brás dos Santos

29	SAj	(15429687)	João Maria Silvério Calouro
30	SAj	(02815687)	Fernando Bernardes Ribeiro Morgado
31	SAj	(02659588)	Carlos Manuel Neves Moita
32	SAj	(16432386)	José Fernando de Oliveira
33	SAj	(18309087)	Emílio Augusto Lopes Alegre
34	SAj	(06590588)	António Manuel Constantino Rato
35	SAj	(08954987)	José Maria Ferreira Manana
36	SAj	(12251790)	Rui Manuel Inácio Martins
37	SAj	(16751187)	Casimiro Carlos da Silva Cacho
38	SAj	(07652086)	António José Costa Pires
39	SAj	(00714184)	Fernando José da Silva Rito
40	SAj	(00272687)	Gabriel Soares Lopes
41	SAj	(01437487)	Aurélio Catarino Augusto
42	SAj	(07294287)	Manuel Antunes Dias

Transmissões

1	SAj	(16539083)	Fernando Lourenço de Castro
2	SAj	(13981784)	Carlos Alberto Nabais Júnior
3	SAj	(16947785)	Eduardo José Alves Rodrigues de Moura
4	SAj	(10803285)	Teixeira José Barreira Reigada
5	SAj	(11048785)	Joaquim Manuel Gregório Mateus Bonacho
6	SAj	(03871384)	António Machado Fernandes
7	SAj	(16304385)	Armando Coelho Duarte
8	SAj	(17722386)	Jorge Manuel Pereira de Almeida
9	SAj	(02742785)	Jorge Manuel Cortes dos Santos
10	SAj	(15930885)	José Francisco Neto
11	SAj	(04129085)	António Manuel Soares Moço
12	SAj	(17839586)	António Luís Antunes de Carvalho
13	SAj	(09251986)	Ângelo Francisco Moreira Duarte
14	SAj	(05010186)	Carlos Craveiro Pereira
15	SAj	(04657186)	José Paulo Gonçalves Leitão
16	SAj	(15938484)	Luciano Augusto Barbosa dos Santos
17	SAj	(13846786)	José Fernando Bastos Gomes
18	SAj	(02593386)	Joaquim Manuel Pinto da Silva
19	SAj	(09599486)	Manuel Boaventura dos Santos Oliveira
20	SAj	(05725786)	Telmo dos Reis Pires
21	SAj	(05664786)	José Alcídio Martins Teixeira
22	SAj	(02380586)	Luís Veiga Maria Loureiro
23	SAj	(14503987)	António Manuel Teixeira Pacheco
24	SAj	(07262586)	Luciano do Nascimento Costa
25	SAj	(08896285)	Eusébio Fernandes Ferreira
26	SAj	(11316986)	Fernando José Dias Azenha
27	SAj	(04517587)	João Carlos Fontes Antunes
28	SAj	(07048887)	Arnaldo Paulo Silva Pereira
29	SAj	(16330687)	Jorge Manuel Carapuço Dias
30	SAj	(02295787)	Emílio Gouveia Miranda
31	SAj	(08440085)	Victor Luís Tavira Catela Geitoeira
32	SAj	(15023787)	António Armando Senane Custódio
33	SAj	(14029987)	Carlos Óscar Duarte Ramos
34	SAj	(02670287)	Luís Manuel Ferreira Veríssimo

35	SAj	(11159186)	João Paulo Gomes Pratas
36	SAj	(11462287)	Paulo Jorge de Jesus da Silva
37	SAj	(19446087)	José Francisco de Sousa Moreira
38	SAj	(14367187)	Vítor Manuel Estevão Cavaco
39	SAj	(10119186)	João Jorge Fernandes Godinho
40	SAj	(04338087)	Carlos Manuel da Costa Pereira
41	SAj	(05560487)	João Carlos do Livramento Matias
42	SAj	(15354286)	João Alberto França de Freitas
43	SAj	(14219184)	Américo Emílio Ferreira Caldas de Araújo
44	SAj	(13932086)	Manuel António Pires Mata
45	SAj	(01663788)	António Fernando Monteiro Teixeira
46	SAj	(15955487)	Pedro Miguel de Oliveira Martins
47	SAj	(11755888)	Leonardo de Sousa Diogo
48	SAj	(12391788)	Adelino dos Santos Pinto
49	SAj	(08749685)	José Maria de Sousa Moreira
50	SAj	(02073687)	Francisco dos Santos Alves do Rosário
51	SAj	(04194987)	João José Moreira Fernandes
52	SAj	(06967788)	José Alberto dos Santos
53	SAj	(15585587)	António da Cruz Freitas
54	SAj	(17874985)	Ernesto Manuel Alves
55	SAj	(13927087)	Celestino Manuel Abreu da Costa Rios
56	SAj	(14076586)	Jorge António da Costa Correia

Medicina

1	SAj	(09863885)	Cassiano Henriques Cardoso
2	SAj	(13607186)	Carlos Manuel Nogueira do Ó Vinhas
3	SAj	(08396085)	João António Gaspar da Silva
4	SAj	(11292185)	Joaquim Maria Xavier Raimundo
5	SAj	(09571986)	João Paulo Rosado Godinho
6	SAj	(17843585)	João Carlos Mesquita Esteves Correia
7	SAj	(14293286)	Carlos Manuel Pires Martins
8	SAj	(07138585)	Hermínio Diz Ferreira Moura
9	SAj	(07812387)	José Manuel de Moura Coelho
10	SAj	(17140785)	Paulo Jorge Alves Rana
11	SAj	(04178587)	António João Alves Fernandes
12	SAj	(01213686)	Mário Fernando da Silva Gonçalves
13	SAj	(08787887)	Carlos António Pinto Telo
14	SAj	(04754387)	Manuel João Lousada Paradinha
15	SAj	(02224987)	Casimiro Augusto Flores
16	SAj	(14689887)	Amadeu Domingos Gonçalves Teixeira da Silva
17	SAj	(15304087)	Alfredo António Casas Novas Correia
18	SAj	(11618886)	Fernando José Matos Belo
19	SAj	(15532887)	José Maria Fernandes Teixeira
20	SAj	(13640988)	Florido Joaquim Ferreira Pereira
21	SAj	(07929588)	José da Glória Rodrigues Vieira
22	SAj	(09109287)	Luís Fernando Pereira Machado
23	SAj	(16934388)	Adolfo José Esperança Alves
24	SAj	(18009188)	Isidro Manuel Rodrigues
25	SAj	(00893385)	Amílcar do Espírito Santo Mondim
26	SAj	(10219486)	Armando Alexandre Pereira

Farmácia

1	SAj	(14489285)	Luís Manuel da Silva Catarino
2	SAj	(19599786)	Paulo Jorge Pereira Godinho
3	SAj	(10283386)	José Manuel Nunes Pires
4	SAj	(19924583)	Jorge Manuel da Encarnação Rodrigues
5	SAj	(07282287)	Carlos Manuel Moreira Ribeiro Marques
6	SAj	(01882388)	Jorge Pereira Ramos
7	SAj	(08686287)	Augusto Manuel Teixeira do Carmo Lobo
8	SAj	(03059087)	João Paulo Teles Pisco

Veterinária

1	SAj	(16453085)	Vítor Manuel Madeira Abreu
2	SAj	(02072886)	José Carlos do Nascimento Monteiro
3	SAj	(15901585)	Paulo Jorge Correia Siborro
4	SAj	(06814386)	Jorge Fernandes Soares Ribeiro
5	SAj	(08883687)	José Luís da Conceição Simões
6	SAj	(17147286)	António Luís Martins

Administração Militar

1	SAj	(09423285)	Carlos Manuel Beato Amaro
2	SAj	(10798386)	António da Conceição Guerreiro Pinto
3	SAj	(07920386)	Guilherme Alberto Mouquinho Trindade
4	SAj	(18316885)	Jorge Manuel de Araújo Fonseca
5	SAj	(11981986)	Carlos Alberto da Veiga Veríssimo
6	SAj	(11279486)	José de Freitas Vieira
7	SAj	(00306486)	António Aurélio Gouveia Coelho
8	SAj	(07380686)	José Pedro Cruz Brito
9	SAj	(05624885)	João Manuel Fernandes Barreira
10	SAj	(12893787)	José Manuel Alves dos Santos
11	SAj	(19240485)	José Alberto Monteiro Rodrigues
12	SAj	(06789487)	José Augusto Alves David
13	SAj	(10096086)	Armindo José Raminhos Queimado
14	SAj	(16541488)	Ricardo do Amaral Correia
15	SAj	(11260087)	João Carlos Chaves Fernandes
16	SAj	(10292085)	Mário António Martins Ramos
17	SAj	(10942287)	Benjamim Pereira Campos
18	SAj	(07797087)	João Severo Piçarra Sardo
19	SAj	(00965188)	Ricardo Fernando Moura Martins

Serviço de Material

1	SAj	(11656885)	Rui António Alves Martins
2	SAj	(15161084)	Carlos Alberto Costa Pinto
3	SAj	(12381885)	António Óscar Cardoso de Oliveira
4	SAj	(19458386)	Celestino Manuel dos Santos Ganilha
5	SAj	(11451585)	Francisco José dos Santos Agostinho
6	SAj	(03165786)	Hélio Manuel Neto Ferreira
7	SAj	(03181186)	Manuel Gervásio Poejo Churra
8	SAj	(00257885)	Vasco Manuel Guedes de Melo Matias

9	SAj	(06042082)	Victor Manuel Gomes Antunes
10	SAj	(10691782)	António José Tavares dos Santos
11	SAj	(17658385)	Joaquim José Rodrigues Gonçalves
12	SAj	(08398185)	Luís Fernandes Moraes
13	SAj	(04745485)	Paulo Jorge Gonçalves Baieta
14	SAj	(02712385)	Cipriano António Ferrão Gonçalves
15	SAj	(11667685)	Mário João da Fonseca Pinto
16	SAj	(01341185)	Vítor Manuel Santos Rodrigues
17	SAj	(08563485)	Francisco Xavier Mariano Casqueiro
18	SAj	(04786085)	José Manuel Duarte Pinto
19	SAj	(02309886)	Aristides Teófilo Bregas Ramalho
20	SAj	(12561385)	António Luís Carrasco Cardoso
21	SAj	(11036186)	Carlos Manuel dos Santos Barão Gonçalves
22	SAj	(04148485)	Luís Alberto Gonzalez Pires
23	SAj	(02410085)	Rui Manuel de Sousa Alves
24	SAj	(09401986)	Paulo Alexandre Dias Ferreira Nabais
25	SAj	(17820984)	António dos Santos Barros
26	SAj	(11045185)	Aníbal José Fernandes Afonso
27	SAj	(06850086)	Rui Antunes Alferes Gomes
28	SAj	(03741385)	Jorge Manuel Rebocho Costa
29	SAj	(16489486)	Humberto José da Silva Vidigal
30	SAj	(01560985)	António Manuel Geraldês Botelho
31	SAj	(08465985)	Carlos Alberto Bernardino
32	SAj	(16097886)	Luís Alberto Vieira Leal
33	SAj	(04801685)	José António Trindade Parente
34	SAj	(16682586)	Mário Jorge Noválio Bossa
35	SAj	(03357086)	António Luís Esteves Rebelo
36	SAj	(13563186)	José Manuel R. Silva Castelo Henriques
37	SAj	(04504587)	José Manuel Nogueira Simões
38	SAj	(19926486)	António Manuel Andrade Pinto
39	SAj	(03880086)	Manuel Machado Menor Vitorino
40	SAj	(09127887)	Victor Manuel Mendes Semedo Esteves
41	SAj	(10524686)	José Pote Pereira Caneira
42	SAj	(09818785)	Vítor Manuel Freire da Silva
43	SAj	(15547787)	José Luís Delgado Dinis
44	SAj	(00460288)	António Carlos Verde Mendes
45	SAj	(13855686)	Jacinto Martins Fernandes
46	SAj	(17602987)	Luís Filipe Nóbrega Ferreira Moita
47	SAj	(07649287)	João António Lucas Esteves
48	SAj	(19559287)	José Júlio Gomes de Carvalho
49	SAj	(17391787)	José Manuel Madureira da Silva
50	SAj	(07705188)	Paulo Jorge Valentim Rebola
51	SAj	(18876587)	António Eduardo de Barros Oliveira Bizarro
52	SAj	(14360087)	Fernando Manuel da Silva Prates
53	SAj	(01797085)	Luís Augusto Lopes Pacheco
54	SAj	(05376487)	António Raul Farinha Santos
55	SAj	(14899586)	Raul Gonçalves Valverde
56	SAj	(04303984)	Jorge António Prata Geraldês
57	SAj	(00043887)	Pedro Manuel Dias Domingos

58	SAj	(16732887)	Victor Manuel dos Anjos Lemos
59	SAj	(10683487)	Paulo Alexandre Teixeira de Oliveira Leite Monteiro
60	SAj	(13405387)	João Carlos Rocha Pisco Tangarrinhas
61	SAj	(12956188)	Emanuel Resendes
62	SAj	(03033185)	Luís Filipe Gonçalves Gavazzi
63	SAj	(03933288)	Carlos Manuel Pinto dos Reis
64	SAj	(07433888)	Fernando Manuel Coelho Paixão
65	SAj	(11925887)	José Manuel Lameiras dos Santos
66	SAj	(11205088)	João Alberto Alves Lopes
67	SAj	(05304488)	Duarte Manuel dos Santos Antunes
68	SAj	(13464187)	Luís Lopes da Graça
69	SAj	(15931187)	Francisco António Lapas dos Santos
70	SAj	(11343688)	João Elísio de Oliveira Gomes
71	SAj	(06302288)	Vítor do Nascimento Pires
72	SAj	(17455987)	Gabriel Eduardo Dias Maia
73	SAj	(10933787)	José Manuel Dias Gonçalves Capelo
74	SAj	(00096286)	João Veríssimo Alves
75	SAj	(19705083)	António Manuel Forca
76	SAj	(12857188)	Marcos Andrade Pinto
77	SAj	(03096186)	Jorge Manuel Heitor Domingos
78	SAj	(09862586)	João Fernando Santos Abrantes
79	SAj	(09095687)	Francisco José Pereira Mendes
80	SAj	(12342187)	António José de Almeida Mendes
81	SAj	(04391485)	Orlando Henrique de Brito Neves

Músicos

1	SAj	(17857681)	Manuel José de Gouveia
2	SAj	(13788987)	Manuel Carvalho da Fonseca Babo
3	SAj	(10522588)	Fernando Jorge Pacheco Soares Magalhães
4	SAj	(05522686)	José Manuel Novo Leandro Miranda
5	SAj	(17048888)	Francisco Manuel Marques Rosado
6	SAj	(02551888)	Fernando Jorge Pereira
7	SAj	(09812785)	António Claudino Silva Dias
8	SAj	(18351088)	Ernesto Ferreira Loureiro
9	SAj	(00119587)	Paulo Alexandre Dias Ramos Lindo Pleno
10	SAj	(09932887)	Dulcínio Toni Pereira de Matos
11	SAj	(07408485)	João António Viso Mota
12	SAj	(03961385)	Francisco José Pires Paixão
13	SAj	(14372690)	Joaquim Jorge Neto Campos
14	SAj	(09346589)	António José Baião Bravo
15	SAj	(04005190)	Luciano José Machado
16	SAj	(19924188)	Joaquim Jesus da Costa Almeida
17	SAj	(17356984)	José Maria Rodrigues Monteiro
18	SAj	(07075985)	José António Alves Marques
19	SAj	(11895984)	Mário Norberto dos Santos Rocha
20	SAj	(07556492)	João Carlos Teixeira Coca
21	SAj	(18039188)	Cândido Manuel Leitão Ameixa
22	SAj	(10035090)	Alberto César Carreira Lages
23	SAj	(09201490)	Paulo Nuno Moço Lima Belas

Corneteiros/Clarins

1	SAj	(17917382)	Joaquim Fernandes Dias Agudo
2	SAj	(02771785)	António Marques de Oliveira
3	SAj	(10020986)	António Júlio Costa Jacinto
4	SAj	(17072285)	Carlos Manuel Inocêncio Rodrigues
5	SAj	(10006788)	Pedro Jorge Silva Henriques
6	SAj	(10406886)	Armando Jorge Trigo Ribeiro
7	SAj	(07880488)	Avelino José de Oliveira
8	SAj	(15723087)	Carlos Maria Henriques Pereira
9	SAj	(06697487)	João Paulo Ferreira dos Santos
10	SAj	(05925587)	Paulo Alexandre Moreira Vilaverde

Serviço Geral do Exército

1	SAj	(19276685)	Rui Manuel Silva Lopes
2	SAj	(04105085)	António José dos Santos Candeias
3	SAj	(07873785)	Fernando Cardoso Nunes
4	SAj	(14525085)	Ângelo António Gouveia Duarte
5	SAj	(01026885)	José Carlos Captivo Frazão Teixeira Brígida
6	SAj	(07643485)	Amândio Manuel Ferreira
7	SAj	(17076583)	José António da Silva Gonçalves
8	SAj	(10580485)	Luís Alberto Teixeira Pinheiro
9	SAj	(19020584)	Luís Filipe da Costa Fernandes
10	SAj	(18838085)	Paulo Jorge da Costa Coelho Brás
11	SAj	(14747985)	Paulo Rodrigues Tomás
12	SAj	(03881086)	José Pires Claro
13	SAj	(17115684)	António Francisco de Castro Barros
14	SAj	(19299685)	Rui Fernando Trindade Barata
15	SAj	(07694386)	Fernando Manuel da Silva Madeira
16	SAj	(13543588)	Ilídio Manuel Carreira Rodrigues
17	SAj	(12970085)	Fernando António Heneni Lopes
18	SAj	(04796685)	Elias Paulo Martins Pacheco
19	SAj	(03308186)	Augusto José Esteves Filipe
20	SAj	(03655585)	Manuel José dos Santos
21	SAj	(02519385)	António Carlos Sardinha Teodósio
22	SAj	(09139386)	Paulo Loureiro Delgadinho
23	SAj	(01578485)	António do Carmo Morais Brás
24	SAj	(02828987)	Armando Luís Henriques Lopes
25	SAj	(01411384)	José Noel Ferreira Luís
26	SAj	(16774186)	Carlos Manuel Mirrado Claudino
27	SAj	(09134886)	Carlos Manuel Garcia Marques
28	SAj	(00641586)	Manuel da Cruz Marzia
29	SAj	(06265883)	Abílio José Duarte Tavares da Silva
30	SAj	(07047186)	José Luís da Silva Domingos
31	SAj	(16891185)	António João Ramalho Belém
32	SAj	(17824287)	Carlos Manuel Duarte Freitas
33	SAj	(11650686)	Augusto Panta Baltazar
34	SAj	(16502187)	José Feliz Cartas Rosado
35	SAj	(15159486)	Carlos Augusto Nunes Ferreira
36	SAj	(05426187)	Carlos António Freitas Lopes

37	SAj	(06740185)	Nuno Vieira de Sousa
38	SAj	(16517487)	José Manuel Gomes Esteves
39	SAj	(09271288)	Fernando Manuel Travassos Pimenta
40	SAj	(00698987)	David Acácio Pinto Ferro Caetano
41	SAj	(17446886)	Paulo Jorge Amaro Torres Pina
42	SAj	(19607486)	Paulo Jorge Saraiva Saldanha
43	SAj	(10562786)	João Pedro Dias da Silva Botinas Gonçalves
44	SAj	(11125186)	António Manuel Lourenço Rodrigues Estronca
45	SAj	(09178286)	Rui Manuel da Silva Vaz
46	SAj	(06266587)	Luís Alberto Roque da Silva Claudino
47	SAj	(00595886)	Jorge Manuel Laranjeira Barreira
48	SAj	(04017188)	José Luís Almeida Garcia
49	SAj	(19173386)	Luís Miguel Guerreiro da Silva
50	SAj	(03372088)	José Figueiredo Rodrigues
51	SAj	(12987188)	Francisco José Cunha Machado

Pára-Quedistas

1	SAj	(06864386)	José Carlos Lopes Marques Gonçalves
2	SAj	(03222084)	António José Faria Teixeira
3	SAj	(10169885)	Manuel João Mouco Lopes Cardoso
4	SAj	(07447685)	Hilário Mendes Malta
5	SAj	(09169286)	Jorge Manuel da Gama Araújo
6	SAj	(15878685)	Fernando José Azenha Ramos
7	SAj	(16046186)	Hermes Loureiro Mateus
8	SAj	(18817784)	João Pedro de Jesus Batalha Jordão
9	SAj	(08147586)	Carlos Alberto Monteiro de Queirós
10	SAj	(15002388)	Celso Martins do Vale
11	SAj	(11789288)	André Manuel Peixoto da Silva Pena
12	SAj	(11232685)	Carlos Alberto Matos dos Santos
13	SAj	(14937287)	Paulo Jorge Vaz Gomes
14	SAj	(18240888)	António Maria Morais Pimentel
15	SAj	(04473587)	José Manuel Ferro Almeida
16	SAj	(07828589)	Vitorino Manuel Calado Rodrigues
17	SAj	(15482487)	Vítor Manuel Barata Sebastião

Listas de promoção por antiguidade ao posto de Sargento-Ajudante, dos Primeiros-Sargentos das armas e serviços a seguir indicados, elaboradas nos termos do n.º 3 e n.º 4 do artigo 184.º do EMFAR, homologadas por despacho do General CEME de 8 de fevereiro de 2013, para vigorar no ano de 2013:

Infantaria

1	1Sarg	(16218792)	Carlos Jorge de Castro Alves
2	1Sarg	(14012592)	Rui Alexandre Duarte Pinto
3	1Sarg	(12924091)	João Aníbal Pires Pedro
4	1Sarg	(17580891)	Alfredo Luís de Olim Rodrigues
5	1Sarg	(00201792)	Nuno Miguel Monteiro Pacheco Nascimento
6	1Sarg	(06257392)	Ismael Lopes Ferreira Salvador
7	1Sarg	(10545193)	Nelson da Silva Freitas
8	1Sarg	(06330592)	José Carlos dos Anjos Lopes Martins
9	1Sarg	(03076792)	José Francisco Raimundo Grave

10	1Sarg	(15896692)	Sérgio Afonso Borges
11	1Sarg	(15060092)	Valdemar Carvalho de Ceita Faleiro
12	1Sarg	(16177092)	Paulo Sérgio Gonçalves Ferreira
13	1Sarg	(17164590)	Carlos Manuel da Fonseca Costa
14	1Sarg	(09663091)	Abel da Rocha Clemente
15	1Sarg	(12562490)	Luís Paulo dos Santos Nogueira
16	1Sarg	(31432691)	João Manuel Ferreira de Vasconcelos Nogueira
17	1Sarg	(08530291)	Moisés Pereira Correia
18	1Sarg	(18547893)	Jorge da Silva Alves Cardoso
19	1Sarg	(00316192)	Paulo Alexandre Mendes Simão
20	1Sarg	(01350392)	José Antero Gonçalves Ferreira
21	1Sarg	(10207792)	João Paulo Pires da Silva
22	1Sarg	(13662491)	António Daniel Guimarães Mendes
23	1Sarg	(00885491)	Henrique de Jesus Fernandes
24	1Sarg	(11218391)	António José da Silva Vaz Gonçalves
25	1Sarg	(19650490)	Luís José Fernandes Domingos
26	1Sarg	(06399190)	António Fernando Dias
27	1Sarg	(03624192)	João Manuel Oliveira Costa
28	1Sarg	(08121492)	Jorge Humberto Nunes da Silva
29	1Sarg	(21436893)	Joaquim Jerónimo dos Santos Pincante
30	1Sarg	(10553591)	Miguel Carlos Oliveira Maria Simões
31	1Sarg	(00061292)	Vítor Manuel Rodrigues Cavaco
32	1Sarg	(05774992)	José Carlos Pinto Camelo
33	1Sarg	(03791491)	João Fernando Coutinho Machado
34	1Sarg	(19694692)	Adriano Duarte Rodrigues
35	1Sarg	(09712593)	Paulo Jorge Vital Lopes
36	1Sarg	(32597992)	Paulo Emanuel Camilo Lopes
37	1Sarg	(00767591)	Carlos Augusto Parreira Branco
38	1Sarg	(11803691)	António Henrique Cabreiro Fernandes
39	1Sarg	(15687391)	Manuel António Teixeira Pereira
40	1Sarg	(05754392)	Luís Alves Pedro
41	1Sarg	(07104492)	Mário Manuel Matias Semedo
42	1Sarg	(15906090)	Vítor Manuel Neves Grova
43	1Sarg	(31968591)	Paulo Duarte Franco de Sousa
44	1Sarg	(22797291)	Ariel Milton Pinto de Sousa
45	1Sarg	(10543790)	Fernando Manuel Rodrigues Reves Costa
46	1Sarg	(05710192)	Rui Francisco Leitão Rodrigues
47	1Sarg	(16019891)	Joaquim de Oliveira Magalhães
48	1Sarg	(05364890)	Domingos Pedro Mendes Ferreira
49	1Sarg	(39934492)	Cláudio Luís Venâncio da Silva
50	1Sarg	(22467391)	Frederico Martins Roriz
51	1Sarg	(06309391)	Marco Paulo Rubio Ferreira
52	1Sarg	(10311891)	Fernando Jorge Botelho Figueiredo
53	1Sarg	(22665491)	Carlos Alberto Sousa de Almeida
54	1Sarg	(02666492)	Nuno Miguel Tibério dos Santos
55	1Sarg	(02020992)	Jorge Manuel Marques Farfalha
56	1Sarg	(10994292)	Paulo Mário Noras Afonso
57	1Sarg	(04798992)	Carlos Manuel da Costa Pereira
58	1Sarg	(24008991)	Nuno Miguel Paulo Ferreira Domingues
59	1Sarg	(13491693)	João Carlos Lourenço
60	1Sarg	(00289693)	José Carlos Henriques Coimbra

Artilharia

1	1Sarg	(02563193)	Pedro Rogério de Oliveira Barroso Neves
2	1Sarg	(04666892)	Jorge Manuel Andrade da Silva
3	1Sarg	(03815892)	Luís Miguel Delgadinho Figueiras
4	1Sarg	(05620492)	Adelino da Conceição Andrezo Boleto
5	1Sarg	(00716791)	Carlos Alberto Direitinho Lavadinho
6	1Sarg	(00866591)	Raul Manuel Ramos Gonçalves
7	1Sarg	(04628991)	Mário Augusto Sanches Tavares Vera Cruz Pinto
8	1Sarg	(04968692)	José Manuel Caetano Neves
9	1Sarg	(04778792)	Nuno António Almeida Gonçalves
10	1Sarg	(17523292)	Paulo Jorge Correia Gonçalves
11	1Sarg	(00244091)	Francisco Manuel Guerreiro Pereira
12	1Sarg	(12486792)	Paulo Miguel Barreira Pedrogam
13	1Sarg	(17071091)	Carlos Manuel Pinheiro Nunes
14	1Sarg	(20515691)	Miguel Ângelo Ferreira e Oliveira Brites
15	1Sarg	(06743492)	José Alberto Ceroula Tavares
16	1Sarg	(09956192)	Luís Manuel Pereira Lavado
17	1Sarg	(06145792)	Humberto Manuel Carpinteiro Renga
18	1Sarg	(12137692)	Luís Filipe de Medeiros Borges
19	1Sarg	(06613493)	Rafael Valente Lanita
20	1Sarg	(00774191)	Duarte Miguel Xavier Gomes
21	1Sarg	(00324592)	Vítor Manuel Antunes Rodrigues
22	1Sarg	(16138892)	Gil Crispim Mendes Teixeira
23	1Sarg	(18936792)	Paulo Miguel Jerónimo
24	1Sarg	(11155590)	Carlos Alberto Mateus Torres Sampaio
25	1Sarg	(06836092)	José Jacinto Gonçalves Rodeia
26	1Sarg	(02733993)	João Pedro Mateus Alves
27	1Sarg	(05921091)	Paulo António Pecurto Cabeças
28	1Sarg	(09017992)	Rui Manuel Claro Pedro
29	1Sarg	(11936992)	Pedro Nuno de Oliveira Monteiro
30	1Sarg	(05679791)	Joaquim Manuel Carmona Ribeiro
31	1Sarg	(01421590)	Luís Miguel Montenegro Teixeira de Miranda Ribeiro
32	1Sarg	(03639493)	Rui Miguel Lages Fernandes
33	1Sarg	(13365791)	Nuno Manuel Andronico Lopes
34	1Sarg	(04368391)	Miguel Bregeiro Salgueiro Atanásio
35	1Sarg	(00054792)	Luís Gabriel Jardim Ferreira
36	1Sarg	(08222193)	Idílio Manuel Martins da Silva
37	1Sarg	(13452693)	Carlos Manuel da Costa Ferreira
38	1Sarg	(19231091)	Rodolfo Ricardo Rosmaninho dos Reis Giesteira
39	1Sarg	(08211693)	Jorge Manuel Timoteo Pires

Cavalaria

1	1Sarg	(03503592)	Carlos Alberto Chaves Batista
2	1Sarg	(07635791)	António Jaime Dias da Silva
3	1Sarg	(07390891)	Jorge Manuel Pedroso Ferreira
4	1Sarg	(09142293)	Pedro Manuel da Silva Baptista Nogueira
5	1Sarg	(15397891)	Artur da Costa Ferreira
6	1Sarg	(02172292)	Bruno Miguel Ramos Nobre
7	1Sarg	(16473689)	João Barbosa Araújo de Sousa

8	1Sarg	(10248191)	António José Ribeiro da Silva
9	1Sarg	(09486392)	José Manuel Carvalho Pereira
10	1Sarg	(11681391)	José Carlos da Costa Pestana
11	1Sarg	(07995988)	Humberto Joaquim Calado Dinis Lopes
12	1Sarg	(20842191)	Hugo Ricardo Vidinha Pereira Lopes
13	1Sarg	(02691593)	Carlos Manuel Saraiva Sabugueiro
14	1Sarg	(07935993)	José Caetano Pereira Cabral
15	1Sarg	(15875293)	Luís Miguel Trigo Caixinha Ponciano
16	1Sarg	(11453891)	Luís Manuel de Oliveira Fonseca
17	1Sarg	(05279292)	Rui Carlos Geraldo Ferreira Fernandes
18	1Sarg	(08002492)	Sérgio Manuel da Silva Ferreira
19	1Sarg	(24271091)	Jorge Manuel da Luz Maurício
20	1Sarg	(15119292)	João Jorge Correia da Cruz
21	1Sarg	(17548793)	Rui Alexandre Rodrigues Camal de Carvalho
22	1Sarg	(12841091)	António José Carvalho Guedelha
23	1Sarg	(19649592)	Paulo Manuel da Costa Henriques
24	1Sarg	(13506392)	Luís Manuel Leal Martins
25	1Sarg	(25616791)	Jorge António Carvalho Teixeira Valentim
26	1Sarg	(03823692)	Hugo Alexandre Gil Tomé
27	1Sarg	(28029991)	José de Jesus Ferreira Fernandes
28	1Sarg	(07654193)	Jorge Henrique Pinto da Silva

Engenharia

1	1Sarg	(18691892)	Paulo Fernando Lobão Ruivo
2	1Sarg	(10291092)	Pedro Filipe Araújo Gonçalves
3	1Sarg	(00308091)	Álvaro Alexandre Oliveira Soares
4	1Sarg	(13749592)	António Manuel Pinheiro Pina
5	1Sarg	(04859492)	Fernando António Moreira Vieira Moutinho
6	1Sarg	(13439592)	Paulo Miguel Teixeira Mesquita
7	1Sarg	(07467792)	Jorge Manuel dos Santos Paiva
8	1Sarg	(12053192)	Carlos Alberto Beirão dos Santos
9	1Sarg	(18434792)	Francisco José Baptista Almeida
10	1Sarg	(05713989)	Marco António Salvado dos Santos
11	1Sarg	(16472591)	Vítor Manuel Nascimento da Costa
12	1Sarg	(04116692)	Pedro Alexandre Séneca da Luz Valamatos dos Reis
13	1Sarg	(03734190)	Rui Manuel Silva Romão
14	1Sarg	(03699192)	Fernando Manuel da Conceição Roberto
15	1Sarg	(00016691)	Francisco Daniel de Castro Silva
16	1Sarg	(11736592)	Luís Filipe Lopes Inácio
17	1Sarg	(10999691)	Paulo Jorge Brás Sá dos Santos
18	1Sarg	(14013891)	Paulo Alexandre Borba Costa
19	1Sarg	(01513991)	David Luís Vieira Marques
20	1Sarg	(02797491)	Rui Carlos Ganhão Gameiro
21	1Sarg	(10928690)	José Manuel Ferreira Almeida Marques
22	1Sarg	(18929191)	Luís Filipe Bento de Carvalho
23	1Sarg	(01034792)	Pedro Miguel Nunes Oliveira
24	1Sarg	(15251592)	Hélder António da Fonseca Ferreira Mendes
25	1Sarg	(14965493)	Alexandre Rafael Sucena Gameiro Brogueira
26	1Sarg	(04308691)	Rui Manuel Marçal Mendes

27	1Sarg	(11601192)	Élio Costa Neto
28	1Sarg	(00637392)	Carlos Manuel Moutinho Lopes
29	1Sarg	(03848791)	Ângelo Pereira
30	1Sarg	(13514091)	Luís Filipe do Nascimento Morgado
31	1Sarg	(06825989)	Vítor Luís Costa Monteiro Lourenço
32	1Sarg	(13504992)	Aníbal Russo Santos Nujo
33	1Sarg	(03834991)	Joaquim Manuel do Carmo Patrício
34	1Sarg	(03864392)	Paulo José Torres Correia

Transmissões

1	1Sarg	(04716388)	Mário Luís Paquete Geraldo
2	1Sarg	(18776492)	Cristiano Reis da Silva
3	1Sarg	(15443886)	Serafim Paulo Fernandes Moreira
4	1Sarg	(03446992)	Orlando Manuel Costa Vasco
5	1Sarg	(16387992)	Paula Cristina Simões Viegas
6	1Sarg	(00429190)	Alexandra Maria Damião Serrano Rosa
7	1Sarg	(08547891)	Conceição Maria Figueiras Monteiro
8	1Sarg	(15427192)	Eduardo Paulo Cardoso Gonçalves
9	1Sarg	(17559691)	Manuel Fernando Teixeira Ribeiro
10	1Sarg	(02308391)	Domingos Manuel Gomes Gonçalves
11	1Sarg	(12489493)	Carla Alexandra Alves Teixeira Ferreira
12	1Sarg	(09468092)	António Augusto Gomes Ferrão Júlio
13	1Sarg	(12870592)	Paula Cristina Malheiro Dias
14	1Sarg	(20976192)	Dina Luísa Raposo Braga Monteiro
15	1Sarg	(06930391)	Carla Cristina Palma dos Santos Monteiro
16	1Sarg	(19960692)	António Manuel Pires Pinto
17	1Sarg	(10279092)	Francisco José de Oliveira Dutra (a)
18	1Sarg	(20504893)	Dalila dos Anjos Marreiros de Castro Ferreira
19	1Sarg	(20682391)	Almor José Matos Mota Ribeiro
20	1Sarg	(07877092)	Carlos Manuel Petulante da Silva
21	1Sarg	(19945191)	Nelson Pedro Paixão da Silva Moço
22	1Sarg	(01475190)	Pedro Miguel Lopes de Oliveira
23	1Sarg	(07176493)	Hélder José Fernandes Barreira
24	1Sarg	(30383892)	Pedro Miguel da Silva Mendonça
25	1Sarg	(18365292)	António Miguel Caldeira Mendes
26	1Sarg	(11337690)	Hernâni Santos Simões Castello
27	1Sarg	(27733791)	João Paulo Nunes da Silva Marques
28	1Sarg	(07756790)	Túlio Miguel dos Santos Ferreira
29	1Sarg	(13239693)	António Manuel Simões Silva
30	1Sarg	(00866192)	Susana Maria de Oliveira Matos
31	1Sarg	(10875791)	Vítor Avelino da Cruz
32	1Sarg	(06896991)	Jorge Miguel Cabrita Santos
33	1Sarg	(03323492)	Dora Gisela Costa Dias
34	1Sarg	(01247992)	Maria Gourete de Oliveira Salvador

(a) Seja aplicada a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 63.º do EMFAR (Preterição na Promoção), ao 1Sarg Tm (10279092) Francisco José de Oliveira Dutra, por não satisfazer as condições gerais de promoção, nos termos do artigo 56.º do EMFAR.

Administração Militar

1	1Sarg	(16467391)	Rui Cláudio Ribau do Bem
2	1Sarg	(12672393)	Gorete Silvestre Cerdeira
3	1Sarg	(09103691)	Egas Moniz Amaral
4	1Sarg	(10796892)	Paulo Jorge Lopes Mendes
5	1Sarg	(13524191)	José Ilídio Macedo Gomes Eusébio
6	1Sarg	(19305691)	José Manuel Alves dos Santos
7	1Sarg	(02862592)	Joaquim Manuel da Silva Ribeiro
8	1Sarg	(13770491)	Abílio Garcia de Assunção
9	1Sarg	(13369391)	Edmundo Manuel Ferreira Alves
10	1Sarg	(10975191)	António Manuel Correia Gonçalves Sena
11	1Sarg	(15584891)	Elsa Maria de Barros Lopes
12	1Sarg	(18362892)	Nuno Filipe de Jesus de Oliveira
13	1Sarg	(12109791)	António Manuel Pires Dias
14	1Sarg	(21223792)	Teresa Maria Simões Nunes Pimentel
15	1Sarg	(01971392)	Rui Metelo Marques
16	1Sarg	(11025692)	Sérgio António Simões Raimundo
17	1Sarg	(19535991)	Lídia Maria Lopes Correia Luís
18	1Sarg	(18138892)	António José Braga Fernandes
19	1Sarg	(05374591)	Alexandre Manuel Vieira da Rosa
20	1Sarg	(07273492)	Maria de Fátima Moreira Pinheiro Filipe Novais Monteiro
21	1Sarg	(20550792)	Dulce Margarida Benjamim Arruda
22	1Sarg	(08364590)	António José Pontes Leão de Meireles
23	1Sarg	(11583591)	Armando Martins Ribeiro
24	1Sarg	(12690392)	José Alberto da Conceição Teixeira
25	1Sarg	(19734492)	Telmo Joaquim Martins Tomás
26	1Sarg	(08576190)	Mário Fernandes Marques
27	1Sarg	(08948292)	Maria Teresa Moura Alves Pereira
28	1Sarg	(13588292)	Paulo Alexandre Sardo Ragageles
29	1Sarg	(10053692)	Rui Paulo Rabaça Araújo
30	1Sarg	(00362191)	Maria da Piedade Carvalho Barreiro Vara
31	1Sarg	(10413392)	Miguel José da Silva Carvalho
32	1Sarg	(03318393)	José Roberto Gomes Tavares
33	1Sarg	(00334691)	Rui Manuel de Melo Domingos
34	1Sarg	(12072291)	José Carlos Almeida Silva
35	1Sarg	(01185791)	António Júlio Alves Neves

Medicina

1	1Sarg	(15477391)	Luís Manuel dos Santos Castanho
2	1Sarg	(00966392)	Jorge Manuel da Silva Rosado
3	1Sarg	(10396391)	Joaquim Gaspar Tainhas Gil
4	1Sarg	(12320891)	Camilo Albuquerque da Silva Pimentel
5	1Sarg	(08451990)	José António Pires Mesquita
6	1Sarg	(21690291)	António Alberto Faria dos Santos
7	1Sarg	(29897893)	António Inácio Camponês Crispim
8	1Sarg	(31384691)	Fernando Borges Cardoso
9	1Sarg	(02349789)	Maria Celeste da Cunha Vilarinho
10	1Sarg	(22037591)	Isabel Dias
11	1Sarg	(14709790)	Maria de Fátima Mendes

Serviço de Material

1	1Sarg	(03353791)	Sérgio Paulo Lopes Fernandes
2	1Sarg	(00872091)	Paulo Alexandre de Sousa Almeida Gouveia Fernandes
3	1Sarg	(09231791)	Vitor Manuel Esperança Brissos
4	1Sarg	(13851891)	Paulo Manuel da Costa Monteiro
5	1Sarg	(01583291)	Nuno Tomás Vicente Lopes
6	1Sarg	(16220391)	Luís Miguel Branquinho Serrano
7	1Sarg	(13610691)	João Manuel Caeiro Neves Félix Martins
8	1Sarg	(00935993)	Ana Lúcia Vieira de Sousa
9	1Sarg	(05876492)	António Carlos Morais Lopes
10	1Sarg	(17373191)	Maria João da Costa Oliveira Delaunay
11	1Sarg	(03466593)	Paula Cristina da Conceição Oliveira Cardoso
12	1Sarg	(07532990)	José Pedro Henriques Fraga
13	1Sarg	(05256093)	Humberto Joaquim Curralo Machado
14	1Sarg	(01007792)	Daniel Jaime Martins Silveiro
15	1Sarg	(07953093)	Bruno Ângelo Sá Gonçalves
16	1Sarg	(08784091)	Idalina Lourenço das Neves
17	1Sarg	(18631592)	Roberto Carlos Santos Jorge Branco
18	1Sarg	(09720988)	Maria Helena Caro Lucas
19	1Sarg	(05330889)	Maria Argentina Teixeira Roboredo da Silva Magno
20	1Sarg	(08432589)	Gracinda Maria Montalvão Rosa Neves
21	1Sarg	(21995491)	Eunice de Jesus Jardim Gonçalves Simas
22	1Sarg	(03859391)	Mário Ricardo Rodrigues Jorge
23	1Sarg	(15713992)	Paulo Manuel Baptista Ferreira
24	1Sarg	(05522591)	Carlos Miguel Jacinto da Silva
25	1Sarg	(08585693)	Dinis Manuel Ramalho Piçarra
26	1Sarg	(05017993)	Luís Miguel da Costa Monteiro
27	1Sarg	(00796892)	Carlos Fernando Picão Costa
28	1Sarg	(19210692)	José António de Matos
29	1Sarg	(04522591)	José Alberto da Costa Rodrigues
30	1Sarg	(15047293)	João Paulo Cerqueira
31	1Sarg	(13906390)	Ricardo Manuel da Costa Silvério
32	1Sarg	(20901491)	Francisco Manuel Parracho Bea
33	1Sarg	(17604891)	Paulo José Gonçalves dos Reis Sanches

Músicos

1	1Sarg	(23060492)	João Paulo Santos Rosado
2	1Sarg	(00135593)	Daniel Rui Franco da Silva Batista
3	1Sarg	(12306592)	Valter Manuel Oliveira Medeiros
4	1Sarg	(12196290)	João Jacinto Cabral Cordeiro
5	1Sarg	(10154791)	João Jorge dos Santos Salvador Belo
6	1Sarg	(13247692)	Luís Manuel Vaz Monteiro
7	1Sarg	(35535491)	Joel Neves de Oliveira
8	1Sarg	(16280592)	Eduardo Nuno dos Reis Guerreiro
9	1Sarg	(20508893)	José Manuel Ferreira da Cunha

Corneteiros/Clarins

1	1Sarg	(05298991)	João Constantino Máximo Marques
2	1Sarg	(09395992)	Francisco António Leite de Oliveira Silva

Serviço Geral do Exército

1	1Sarg	(17316191)	Carlos Alberto dos Santos Colaço
2	1Sarg	(13076292)	Paulo Jorge Martins Lopes
3	1Sarg	(19965891)	David Manuel Lopes Custódio
4	1Sarg	(14209390)	Manuel Humberto Valim Pereira Pimentel
5	1Sarg	(15515791)	Gabriel António da Conceição Fonseca
6	1Sarg	(12660691)	Rui António da Costa Moraes
7	1Sarg	(03695191)	João Manuel Muacho Direitinho
8	1Sarg	(03873490)	Vítor Agostinho de Magalhães Ribeiro
9	1Sarg	(10823191)	Carlos Alberto Gomes Barbosa
10	1Sarg	(00582592)	Luís Filipe Meireles
11	1Sarg	(15067190)	António Joaquim Gomes Madeira
12	1Sarg	(05699592)	Eduardo José Pinheiro de Almeida
13	1Sarg	(13568290)	Luís Miguel Conceição Rosa Neves
14	1Sarg	(15275691)	Paulo Alexandre de Oliveira Vergara Perez
15	1Sarg	(00192193)	Carlos Jorge Pereira Marques
16	1Sarg	(13438591)	Vítor Alexandre Catalão Moraes
17	1Sarg	(03240692)	Carlos António dos Santos Godinho
18	1Sarg	(02970693)	André Alegre Vaz
19	1Sarg	(12103291)	José Eduardo Sanches de Sousa
20	1Sarg	(00588793)	Rui Manuel Ribeiro Pires Raposo
21	1Sarg	(13878492)	Álvaro José Nunes Pereira
22	1Sarg	(19412992)	Ilídio Manuel Nunes Esteves
23	1Sarg	(11044891)	José Manuel Ferreira Domingues de Almeida
24	1Sarg	(05012792)	Emanuel Santos Nogueira
25	1Sarg	(07817891)	José Oliveira de Jesus
26	1Sarg	(08764791)	Pedro Manuel Araújo da Silva Ferraz
27	1Sarg	(06964291)	Carlos Manuel Cascais Nero
28	1Sarg	(10400791)	José Carlos da Piedade Duarte
29	1Sarg	(06076392)	Luís Miguel Santos Valente
30	1Sarg	(02875092)	Rui Pedro Roque Marceneiro

IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES**Colocações****Ministério da Defesa Nacional**

Cap Inf (01102495) João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

TCor Inf (17172988) Paulo Jorge Pereira da Silva de Castro Ferreira, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Estado-Maior do Exército

TCor Inf (17355286) António Paulo Lopes Romeiro, da DGPDN, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Estado-Maior do Exército**Unidade de Apoio**

SAj Eng (17622286) Ernesto João Martinho, da DA, a prestar serviço no EMGFA, na situação de Adido, nos termos do artigo 173.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

SAj Tm (12776590) José Manuel de Oliveira Gonçalves, do RC6, a prestar serviço na PJM, na situação de Adido, nos termos do artigo 173.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

SAj Art (17986191) António José Menezes Cravo, do CFT, a prestar serviço na PJM, na situação de Adido, nos termos do artigo 173.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

1Sarg Art (13803097) Hugo André Pinto Figueiro, do RA5, a prestar serviço na PJM (Delegação do Porto), na situação de Adido, nos termos do artigo 173.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

2Sarg Med (10975203) Ângela Maria Martins de Abreu, do HMR2, a prestar serviço no HFA, na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Academia Militar

Maj Eng (23222293) Artur Jorge Espada Caracho, do CFT, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Cap Vet (15353494) António Pedro Borges Oliveira Coimbra, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Gabinete de Classificação e Seleção do Porto

TCor Eng (03909289) Pedro Nuno Rego Ferreira, do RE3, devendo ser considerado nesta situação desde 26 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Comando do Pessoal
Unidade de Apoio

Cap Art (01521300) Telma Cecília Feitais da Silva, do RA5, devendo ser considerada nesta situação desde 4 de março de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Hospital Militar Regional N.º 1

1Sarg Med (09250699) Sandra Maria Fernandes Costa, do RE3, mantendo-se na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerada nesta situação desde 14 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Centro de Saúde de Tancos/Santa Margarida

2Sarg Med (03822295) Marco Paulo Rosa Henriques, do HMP, mantendo-se na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Comando da Instrução e Doutrina

TCor Inf (02274679) Carlos Fernando Nunes Faria, da DF, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Escola de Sargentos do Exército

TCor Inf (08893286) Mário Alexandre de Menezes Patrício Alvares, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Colégio Militar

Ten Vet (07037105) David Manuel Oliveira Figueiredo de La Cueva Couto, do CMMVet, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de fevereiro de 2013)

SAj Cav (17445687) António Correia França, da UnAp/EME, a prestar serviço no MDN, na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

1Sarg Art (14970391) Paulo Jorge Carvalho Silva, do RAAA1, mantendo-se na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Comando das Forças Terrestres

TCor Cav (05535184) Luís Manuel Guerreiro Ferreira, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

TCor Inf (00355588) Emanuel Jorge de Almeida Luís, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 19 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

Regimento de Guarnição N.º 2

Ten Med (09537502) Andreia Filipa Estalislau Moreira, da RAG/CmdLog, devendo ser considerada nesta situação desde 16 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Regimento de Guarnição N.º 3

Ten Med (11252203) Mariana Mouraz Lopes dos Santos, da RAG/CmdLog, devendo ser considerada nesta situação desde 18 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 08 de março de 2013)

SMor Inf (05434082) António José Silva Abreu, da UnAp/EME a prestar serviço na PJM (Delegação do Porto), ficando na situação de QQESP, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

2Sarg Inf (10143903) Carlos Manuel Nóbrega Araújo, do 1BIMec/BrigMec, mantendo-se na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Brigada Mecanizada

Comando e Companhia de Comando e Serviços

Cap Eng (31268291) Gabriel de Jesus Gomes, da CEng/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Centro de Tropas Comandos

2Sarg Inf (19998402) José Miguel Graça Rodrigues, do 1BIMec/BrigMec, mantendo-se na situação de Quadro, nos termos do artigo 172.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de janeiro de 2013.

(Por portaria de 01 de março de 2013)

Autoridade Nacional de Proteção Civil

TCor Art (03289784) Joaquim Manuel de Almeida Moura, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento

Maj AdMil (06920993) Maria Armanda Lopes Regadas, do CFG, devendo ser considerada nesta situação desde 11 de fevereiro de 2013.

(Por portaria de 22 de fevereiro de 2013)

Nomeações

1 – Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, designo para exercer as funções de Chefe do meu Gabinete, o MGen (03395682) **Rui Manuel Carlos Clero**, podendo este optar pelo vencimento correspondente à posição remuneratória do lugar de origem.

2 – Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2013.

3 – Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página electrónica do Governo.

13 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Nota Curricular

O Major-General do Exército Rui Manuel Carlos Clero nasceu a 10 de outubro de 1961. É Licenciado em Ciências Militares, detentor do Curso de Estado-Maior e do Curso de Promoção a Oficial General.

No âmbito da sua experiência profissional foi Professor no Instituto de Altos Estudos Militares; Chefe de Gabinete do Diretor de Administração e Mobilização de Pessoal do Exército; Adjunto do Representante Militar Permanente de Portugal junto do Comité Militar da OTAN e da União Europeia; Chefe de Estado-Maior da Brigada Mecanizada Independente; Assessor Militar do Comandante do Quartel-General Conjunto da OTAN em Lisboa; Comandante do Regimento de Artilharia n.º 5; Presidente do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento de Capacidades da União Europeia; Assessor de Relações Externas de Defesa do Ministro da Defesa Nacional; 2.º Comandante da Brigada de Intervenção; e Diretor de Serviços de Relações Internacionais.

Exerceu funções no Centro de Instrução de Artilharia Antiaérea de Cascais; Instituto de Altos Estudos Militares; Estado-Maior do Exército; Direção de Administração de Mobilização de Pessoal; Missão Militar Portuguesa junto do Comité Militar da OTAN e União Europeia; Campo Militar de Santa Margarida; Quartel-General Conjunto da OTAN em Lisboa; Regimento de Artilharia n.º 5; Instituto de Estudos Superiores Militares; Gabinete do Ministro da Defesa Nacional; Comando da Brigada de Intervenção; e Direção-Geral de Política de Defesa Nacional.

É condecorado com a Ordem Militar de Aviz, grau de Comendador; Medalha de Serviços Distintos, grau prata; Medalha de Mérito Militar de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe; Cruz de S. Jorge, 1.ª classe; Cruz Naval, 1.ª classe; Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar; e com a Medalha da Defesa Nacional da República Francesa.

Considerando que o lugar de Diretor de Serviços de Cooperação Técnico-Militar (DCTM), criado na estrutura orgânica da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) pelas disposições conjugadas do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 4/2012, de 18 de janeiro, e do artigo 4.º da Portaria n.º 94/2012, de 4 de abril, se encontra vago;

Considerando que, face às múltiplas competências atribuídas à DCTM é urgente e imprescindível garantir o seu normal funcionamento;

Considerando que o Cor Cav Res António Manuel Pereira Rodrigues Pinheiro preenche os requisitos legais e possui a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço, conforme nota curricular anexa:

1 — Nomeio, nos termos do disposto nos artigos 26-A e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o Cor Cav Res (01912683) **António Manuel Pereira Rodrigues Pinheiro**, Diretor de Serviços de Cooperação Técnico-Militar (DCTM), em regime de substituição;

2 — O ora nomeado encontra-se autorizado pelo Estado-Maior do Exército a acumular estas funções com a situação de reserva, ficando autorizado a optar pela remuneração que lhe é devida pela pensão de reserva relativa ao posto de Coronel.

3 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 26 de novembro de 2012.

13 de fevereiro de 2013. — O Diretor-Geral da DGPDN, *Nuno Pinheiro Torres*.

Nota curricular

Nome: António Manuel Pereira Rodrigues Pinheiro

Data de nascimento: 31 de maio de 1962

NIM: (01912683)

Posto e data: Coronel (31dec05)

Ramo/Arma: Exército/ Coronel de Cavalaria (na situação de reserva desde 31 de dezembro de 2011)

Colocações:

Escola Prática de Cavalaria

Academia Militar

Escola Prática de Cavalaria

Missão Militar de Portugal junto do Comité Militar da NATO

Regimento de Cavalaria n.º 3 — Estremoz

Direção-Geral de Política de Defesa Nacional

Regimento de Cavalaria n.º 3 — Estremoz

Instituto da Defesa Nacional

Africa Center for Strategic Studies, Washington, D.C.

Instituto da Defesa Nacional

Condecorações:

Medalha Prata de Comportamento Exemplar

Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais

Medalha de Mérito Militar de 2.^a classe

Medalha de Serviços Distintos, grau prata

Medalha de D. Afonso Henriques

Medalha de Serviços Distintos, grau Prata

Medalha Ouro de Comportamento Exemplar

US Legion of Merit, grau de Oficial

Habilitações literárias:

Licenciatura em Ciências Militares
'Armour Officer Advanced Course', EUA
Curso de Promoção a Oficial Superior
Pós-graduação em Estudos Africanos
Curso de Defesa Nacional

Experiência profissional:

Instrutor de Tática de Cavalaria/Instrutor de Equitação
Chefe do Gabinete de Programação e Avaliação/DEI
Adjunto do Representante Militar de Portugal junto do Comité Militar no Quartel-General da NATO, em Bruxelas
Oficial de Operações/Informações/Segurança
Adjunto do Departamento de Cooperação Técnico-Militar no Ministério da Defesa Nacional
2.º Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 3 — Estremoz
Assessor de estudos no Instituto da Defesa Nacional e Diretor dos Cursos de Defesa para Jovens
Representante militar de Portugal junto do *Africa Center for Strategic Studies*, na *National Defense University*, em Washington D.C.
Assessor de estudos no Instituto da Defesa Nacional para a área da Segurança e Desenvolvimento em África

O Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, definiu a missão e atribuições do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IASFA, I. P. e a Portaria n.º 1 271/2009, de 19 de outubro, definiu a estrutura nuclear dos serviços e as atribuições e competência das unidades orgânicas do IASFA.

Tendo em consideração as competências atribuídas à Divisão de Recursos Financeiros e considerando que o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Financeiros dessa Divisão se encontra formalmente vago, torna-se necessário proceder à nomeação do seu titular por forma a garantir o seu normal funcionamento e a cabal prossecução das competências que lhe são cometidas;

Considerando que o Coronel Luís Manuel Faria de Paula Campos preenche os requisitos legais e possui a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço;

1 — Designo, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, em regime de substituição, o Cor AdMil Res (05760177) **Luís Manuel Faria de Paula Campos**, Chefe de Divisão de Recursos Financeiros.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o ora nomeado fica autorizado a optar pela remuneração base que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — Ficam ratificados todos os atos anteriormente praticados no exercício das funções inerentes ao cargo.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2013.

20 de fevereiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo do IASFA, *Francisco António Fialho da Rosa*.

O Decreto-Lei n.º 193/2012, de 23 de agosto, definiu a missão e atribuições do Instituto de Ação Social das Forças Armadas, IASFA, I. P. e a Portaria n.º 1 271/2009, de 19 de outubro, definiu a estrutura nuclear dos serviços e as atribuições e competência das unidades orgânicas do IASFA.

Tendo em consideração as competências atribuídas à Divisão de Recursos Materiais e considerando que o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Materiais dessa Divisão se encontra formalmente vago, torna-se necessário proceder à nomeação do seu titular por forma a garantir o seu normal funcionamento e a cabal prossecução das competências que lhe são cometidas;

Considerando que o Tenente-Coronel Paulo Jorge Ramos Cecília Farrajota Ralheta preenche os requisitos legais e possui a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo em apreço;

1 — Designo, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, em regime de substituição, o TCor AdMil Res (15478784) **Paulo Jorge Ramos Cecília Farrajota Ralheta**, Chefe de Divisão de Recursos Materiais.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, o ora designado fica autorizado a optar pela remuneração base que lhe é devida pela categoria de origem.

3 — Ficam ratificados todos os atos anteriormente praticados no exercício das funções inerentes ao cargo.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2013.

20 de fevereiro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo do IASFA, *Francisco António Fialho da Rosa*.

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções no meu gabinete como ajudante-de-campo, o Cap Inf (01102495) **João Nuno Saraiva Mota de Albuquerque**.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mencionado Decreto-Lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 18 de fevereiro de 2013.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respectiva publicitação na página electrónica do Governo.

20 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Nota Curricular

O Capitão João Albuquerque é natural de Lisboa, casado, tem 36 anos de idade, e 17 anos de serviço. Foi promovido ao atual posto a 1 de outubro de 2006. Concluiu a Licenciatura em Ciências Militares, especialidade de Infantaria, em 1 de outubro de 2001 e concluiu o Curso de Promoção a Oficial Superior em 2012. Ao longo da sua carreira militar prestou serviço em diversas unidades do Exército, das quais se salientam: a Escola Prática de Infantaria, onde desempenhou as funções de Comandante de Pelotão, Formador do Tirocínio Para Oficial de Infantaria e Curso de Formação de Sargentos de Infantaria, Chefe da Secção de Operações Informações e Segurança, Chefe do Gabinete de Tática e Técnicas de Estado Maior e Chefe do Gabinete de Avaliação da Direção de Formação; a Academia Militar, onde foi Comandante de Companhia de Alunos do Corpo de Alunos e Formador do Grupo Disciplinar de Formação Geral Militar e o Regimento de Infantaria N.º 1, onde foi Adjunto do Oficial de Operações, Informações e Segurança e Oficial de Informações do Batalhão de Infantaria das Forças da Zona Militar dos Açores. Participou nas Forças Nacionais Destacadas no Teatro de Operações do Kosovo, como Adjunto do Oficial de Operações do 2.º Batalhão de Infantaria/KTM/KFOR e na Cooperação Técnico-Militar em Angola, como Formador.

Na sua folha de serviço constam diversas condecorações, das quais se destacam a Ordem Militar de Avis, grau Cavaleiro; a Medalha de Mérito Militar de 3.ª classe; a Medalha D. Afonso Henriques, Mérito do Exército de 3.ª classe e a Medalha de Comportamento Exemplar, graus Prata e Cobre. Constam ainda 2 louvores de Tenente-General e 3 de Coronel.

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do General Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos da alínea *a*), do n.º 3 do artigo 1.º, artigos 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de novembro, nomear o SAj Eng (17622286) **Ernesto João Martinho** para o cargo “ZSC GSS 0060 – Staff Assistant (Administration)”, no Supreme Headquarters Allied Powers Europe (SHAPE), em Bruxelas, na Bélgica.

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste ao seu decurso normal.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de março de 2013.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

26 de fevereiro de 2013. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Paulo Sacadura Cabral Portas*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Exonerações

1 – Ao abrigo do disposto na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 janeiro, tendo completado uma comissão de serviço de três anos no Ministério da Defesa Nacional, cessa funções de Chefe do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, regressando ao Exército para o desempenho de novas funções, o MGen (17073280) **José Filipe da Silva Arnaut Moreira**, para o qual foi nomeado através do despacho n.º 10 172/2011, de 22 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de agosto de 2011.

2 – Publique-se no *Diário da República*.

3 – O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2013.

13 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

1 — É exonerado, a seu pedido, para assumir o cargo de Chefe de Gabinete de S. Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, o MGen (03395682) **Rui Manuel Carlos Clero**, que vinha desempenhando o cargo de Diretor de Serviços de Relações Internacionais (DRI) da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional, para que fora nomeado pelo Despacho n.º 6 527/2012, 2.ª série, publicado no *DR*, n.º 95 de 16 de maio de 2012.

2 — Mais se torna público, que o mesmo despacho produz efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2013.

18 de fevereiro de 2013. — O Diretor-Geral da DGPDN, *Nuno Pinheiro Torres*.

1 – Nos termos e ao abrigo da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, cessa funções de colaborador do meu Gabinete, a seu pedido, o ajudante-de-campo, Cap Inf (37931193) **João Miguel Chaves dos Santos Pais**, para que havia sido nomeado pelo Despacho n.º 10 320/2011, de 4 de julho de 2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 17 de agosto.

2 – O presente despacho produz efeitos a partir de 18 de Fevereiro de 2013.

3 – Publique-se no *Diário da República*.

20 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

1 – Nos termos e ao abrigo da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, cessa funções de colaborador do meu Gabinete, o SAj Cav (17445687) **António Correia França**, para que havia sido nomeado pelo Despacho n.º 6 509/2012, de 30 de janeiro de 2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 95, de 16 de maio.

2 – O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Fevereiro de 2013.

3 – Publique-se no *Diário da República*.

20 de fevereiro de 2013. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

V — DECLARAÇÕES

Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O Cor Cav Res (01912683) António Manuel Pereira Rodrigues Pinheiro, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na DGPDN, em 26 de novembro de 2012.

O Cor Farm Res (19359179) Armando Cerezo Granadeiro Vicente, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris, em 1 de janeiro de 2013.

O Cor Vet Res (10295576) António José Carrilho da Cunha Pereira, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no IASFA, em 1 de janeiro de 2013.

O TCor SGE Res (13812679) Luís Manuel dos Santos Alves Figueira, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na DGPRM, em 31 de outubro de 2012.

O TCor Art Res (05288187) António José Palma Esteves Rosinha, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na AM, a partir de 7 de dezembro de 2012.

O TCor Mat Res (10014285) José Eduardo Chantre Nunes de Sousa, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no Conselho Fiscal dos Estabelecimentos Fabris, em 1 de janeiro de 2013.

O TCor QTS Res (02261673) José António Pires, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no IASFA, em 1 de janeiro de 2013.

OTCorSGE Res (12049279) António Carlos Martins Alves, deixou de prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no ArqGEx, em 1 de janeiro de 2013, passando a prestá-lo desde a mesma data, na DHCM.

O SAj Mat Res (11293985) Manuel Jerónimo Caronho, passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, na Comissão Permanente para Informação e Pareceres da Direção de Saúde, em 14 de fevereiro de 2013.

O 1Sarg Aman Res (03976386) António Luís dos Santos Ferreira, prestou serviço efetivo na situação de Reserva de 1 de janeiro de 2013 a 4 de março de 2013, na UnAp/EME. Em 5 de março de 2013 passou a prestar serviço efetivo na situação de Reserva, no ArqGEx.

Suplemento de Serviço Aerotransportado

Notifica-se os militares identificados na lista em anexo, nos termos do artigo 70.º, n.º 1 alínea d), do Código de Procedimento Administrativo, que os requerimentos onde solicitam a atualização do suplemento de serviço aerotransportado foram indeferidos, por despacho do MGen DSP, de 31 de janeiro de 2013, tendo em conta que, por despacho de Sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 12 de outubro de 2012, exarado na Informação N.º 174, de 2 de outubro do MDN, determinou-se que, «em consequência da não revisão do suplemento remuneratório de serviço aerotransportado, nos termos conjugados dos artigos 112.º e n.º 10 do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, estes não podem ser objeto de alteração e atualização». Mais se informam os interessados que a Informação N.º 174, de 2 de outubro do MDN, e os seguintes despachos do Gen CEME (Despacho de 8 de novembro de 2012) e do MGen DSP (Despacho N.º 1/2013, de 31 de janeiro de 2013), encontram-se disponibilizados na página da intranet da RA/DSP, em <http://intranet/publica/CommandPessoal/DSP/RV/Paginas/default.aspx>.

06 de março de 2013. — O diretor da DSP, *Aníbal Alves Flambó*, Major-General.

Lista dos militares que requereram a atualização do SSAT

NIM	Posto	Nome
(01395687)	TCor	Eleutério João Laranjinho Faleiro
(04149087)	TCor	Fernando Joaquim da Luz Costa
(04625890)	Maj	Pedro Miguel Misseno Marques
(05446797)	Cap	Bruno Miguel dos Santos Ribeiro
(09060699)	Cap	Amílcar Dias Fernandes
(11806700)	Cap	Luís Manuel Coelho Fernandes
(14605495)	Cap	Daniel Lage de Oliveira Pegado
(15834099)	Cap	Adolfo Henrique Assis Ferreira dos Reis
(18148100)	Cap	João Carlos Gonçalves dos Reis
(18577999)	Cap	Pedro Álvaro Flores da Silva
(19659398)	Cap	Nuno Alexandre Ferrer Morgado
(32055092)	Cap	Paulo Jorge Fernandes Laranjo
(01182499)	Ten	Paulo Jorge da Rocha Miranda
(05083400)	Ten	César António Rangel Monteiro
(05953802)	Ten	Jonathan Cardoso de Miranda
(05961403)	Ten	Armando Gil Teixeira da Rocha
(06718201)	Ten	Isidro Miguel Mendes Lopes
(07451903)	Ten	Gonçalo Pedro Neves dos Santos
(08348095)	Ten	Jorge Manuel Coito Nunes
(09208099)	Ten	João Afonso Costa
(09282200)	Ten	Marco André Reis Silva
(10823902)	Ten	Hugo Filipe Matias Atouguia Alvarenga
(14487803)	Ten	Pedro Cristiano Jesus Miranda
(15506201)	Ten	Tiago Filipe Abreu Moura Guedes
(22679992)	Ten	Nelson Cláudio da Silva Azenha1
(39752792)	Ten	Nelson da Silva Lé
(04205503)	Alf	Jorge Nuno Rodrigues Lopes Alves Rosário
(05541206)	Alf	Pedro Daniel de Barros Gonçalves Meneses
(10277104)	Alf	Nuno Fernando Monteiro da Silva
(14674903)	Alf	Jaime Duarte Brito
(15066900)	Alf	João Salvador das Neves Correia
(09489880)	SCh	Manuel António Saragoça Caldeirão
(09691981)	SCh	António Manuel Ricardo Barquinha Gonçalves
(14242382)	SCh	Francisco António Fialho Catalão
(00029293)	SAj	João Pedro Conde Inácio
(00060090)	SAj	Benjamin Oliveira Nogueira Feliz
(00281793)	SAj	Pedro Miguel Pinheiro de Matos
(00694889)	SAj	Artur Almeida Teixeira
(00734890)	SAj	Jorge Manuel Nunes Marçal
(01089984)	SAj	Augusto Francisco Manarte de Barros
(01437487)	SAj	Aurélio Catarino Augusto
(01443587)	SAj	Joaquim Manuel Rosa Duro
(01452991)	SAj	Vítor Agostinho Gonçalves Ferreira
(01764690)	SAj	António José da Silva Castanheira
(02593386)	SAj	Joaquim Manuel Pinto da Silva

NIM	Posto	Nome
(02738790)	SAj	Luís Miguel Rama Lopes Monteiro
(03097389)	SAj	João Paulo Simões Carvalho
(03149690)	SAj	Rogério Carlos do Vale Simões da Silva
(03662290)	SAj	Luís Alberto de Jesus Mateus
(04770991)	SAj	João Manuel Padilha Ferreira Fernandes
(05376487)	SAj	António Raúl Farinha Santos
(05389690)	SAj	Pedro João Costa Nunes dos Santos
(06046189)	SAj	Luís Filipe da Conceição Neves
(06845290)	SAj	Mário Jorge da Costa Bernardino
(07036891)	SAj	Mário Jorge Guilherme Dias
(07447685)	SAj	Hilário Mendes Malta
(07573987)	SAj	José Ribeiro Rebelo
(08147586)	SAj	Carlos Alberto Monteiro de Queirós
(08594291)	SAj	Paulo Jorge Mendes Costa Andrade
(09169286)	SAj	Jorge Manuel da Gama Araújo
(09418391)	SAj	António Jorge da Costa Ferreira
(09838588)	SAj	Eurico de Jesus Rebelo
(10169885)	SAj	Manuel João Mouco Lopes Cardoso
(10558289)	SAj	Paulo Jorge Martins Lopes
(10580889)	SAj	Humberto José Morais Teixeira
(10876988)	SAj	Vasco João Anes Coelho
(10885790)	SAj	Vítor Manuel Duarte Fernandes de Carvalho
(11232685)	SAj	Carlos Alberto Matos dos Santos
(12573989)	SAj	António Manuel Cardoso Marques
(13266490)	SAj	José Alberto Lopes da Silva
(13581489)	SAj	Fernando José Madeira Gonçalves Teixeira Gomes
(13932490)	SAj	Paulo Alexandre da Assunção Amadeu
(14020990)	SAj	Paulo Luís Pires Cordeiro
(14490490)	SAj	António Horácio Lima de Assunção
(14586390)	SAj	Luís Miguel Furtado Ferreira
(15233790)	SAj	Francisco João Alves Primo
(15878685)	SAj	Fernando José Azenha Ramos
(16046186)	SAj	Hermes Loureiro Mateus
(16114491)	SAj	Carlos Miguel Branco Mendes
(17258589)	SAj	Paulo Jorge Martins Dâmaso
(18758188)	SAj	Carlos Alberto da Conceição Pereira
(18817784)	SAj	João Pedro de Jesus Batalha Jordão
(19459891)	SAj	Fernando dos Santos Faria
(19960788)	SAj	João Paulo dos Santos Lopes
(20096594)	SAj	Nuno Miguel Almeida dos Santos
(20956790)	SAj	José António Nunes Cardoso
(00027900)	1Sarg	Luís Carlos Batista Ferreira
(00133596)	1Sarg	Carlos Manuel Garcia Basílio
(00316596)	1Sarg	Paulo Alexandre Ferreira da Silva
(00681896)	1Sarg	Paulo Jorge Ribeiro Matos Lima
(00984790)	1Sarg	Carlos Manuel Morais Costa

NIM	Posto	Nome
(01247992)	1Sarg	Maria Gourete de Oliveira Salvador
(01368698)	1Sarg	Beto Teixeira dos Santos
(01585395)	1Sarg	Fernando Jorge Neves Batista
(01985892)	1Sarg	Virgílio Manuel Duarte Bronze
(02020992)	1Sarg	Jorge Manuel Marques Farfalha
(02117292)	1Sarg	Bruno Miguel Ramos Nobre
(02308391)	1Sarg	Domingos Manuel Gomes Gonçalves
(02362492)	1Sarg	Nelson de Sousa Cardoso
(02410994)	1Sarg	Luís Miguel Madeira Eugénio
(03446992)	1Sarg	Orlando Manuel Costa Vasco
(03586794)	1Sarg	Rui Alexandre Henriques Figueira
(03624192)	1Sarg	João Manuel Oliveira Costa
(04287796)	1Sarg	Fernando Paulo de Moura Vieira
(04338194)	1Sarg	Alexandre José Crispim Paixão Conde
(04684900)	1Sarg	Ricardo José da Mata Mimoso
(04965496)	1Sarg	Pedro Miguel da Silva Albino
(05774992)	1Sarg	José Carlos Pinto Camelo
(05925495)	1Sarg	Fernando Manuel Rebelo Duarte
(06062592)	1Sarg	Aristídes Manuel Rodrigues das Neves
(06230494)	1Sarg	Vasco Filipe Lima Serra
(06257392)	1Sarg	Ismael Lopes Ferreira Salvador
(06421000)	1Sarg	Paulo André Lopes Valdeira
(06461799)	1Sarg	Nelson Rafael de Sousa Oliveira César
(06521395)	1Sarg	Pedro Miguel Duarte Pereira
(06831495)	1Sarg	Marco Paulo Lopes Gomes
(07817891)	1Sarg	José Oliveira Jesus
(07968196)	1Sarg	Nuno Miguel Fernandes Oliveira
(08530291)	1Sarg	Moisés Pereira Correia
(08952296)	1Sarg	Vítor José Vicente da Fonseca
(08972199)	1Sarg	Carlos Manuel Mendes Pereira
(09265597)	1Sarg	Pedro Miguel de Sousa Salgueiro
(09321297)	1Sarg	Pedro Manuel Soares de Carvalho
(09505493)	1Sarg	Sandra Luísa Serrano Quintas
(09723901)	1Sarg	Mikael Rodrigues Ferráz
(10126894)	1Sarg	António Ernesto Ferreira da Silva
(10342595)	1Sarg	Jacinto Marques Neves
(10441091)	1Sarg	Óscar António dos Santos Lopes Marques
(10854390)	1Sarg	Carlos José Santos
(11448894)	1Sarg	João Paulo da Silva Lopes
(11971694)	1Sarg	Manuel Hélder Calisto dos Prazeres
(12161495)	1Sarg	Jorge Miguel Caetano Correia
(12315491)	1Sarg	Paulo Jorge Henriques Franco
(12542297)	1Sarg	Frederico Aquiles Álvaro Monteiro
(12630197)	1Sarg	José António dos Santos Távora
(12910896)	1Sarg	Carlos Alberto Gomes Pereira

NIM	Posto	Nome
(12918296)	1Sarg	Hugo Rafael Delgado Borges
(13400697)	1Sarg	Nuno Sérgio Moreira Pinto
(13999694)	1Sarg	Vasco Jorge Rodrigues Brandão
(14013891)	1Sarg	Paulo Alexandre Borba Costa
(14341898)	1Sarg	Duarte Sandro Azenha Rama
(14662195)	1Sarg	Dinis Pedro Morais
(15092199)	1Sarg	Roberto José Martins Mota
(15587496)	1Sarg	Nuno Miguel Machado Queirós
(15720796)	1Sarg	Fernando Jorge Barros Ferreira
(15875293)	1Sarg	Luís Miguel Trigo Caixinha Ponciano
(16165896)	1Sarg	Jorge Manuel dos Ramos Ramalho
(16387992)	1Sarg	Paula Cristina Simões Viegas
(16993799)	1Sarg	Bruno Miguel Moreira da Silva
(17580891)	1Sarg	Alfredo Luís Olim Rodrigues
(18746699)	1Sarg	Carlos Alberto Silva Magalhães
(18776492)	1Sarg	Cristiano Reis da Silva
(18783902)	1Sarg	Fernando Rui Lima Rodrigues
(18929191)	1Sarg	Luís Filipe Bento de Carvalho
(19066194)	1Sarg	Jacinto José Gonçalves da Silva
(19212695)	1Sarg	Marco Paulo Mateus de Almeida
(19431499)	1Sarg	Mário Elson Alves da Fonseca
(20789893)	1Sarg	David Amadeu Gonçalves Geraldes
(20842191)	1Sarg	Hugo Ricardo Vidinha Pereira Lopes
(21107892)	1Sarg	Eloy Alfredo Fonseca Fernandes
(21436893)	1Sarg	Joaquim Jerónimo dos Santos Pincante
(21455093)	1Sarg	Osvaldo Miguel Rodrigues Pereira
(24904893)	1Sarg	Gil Manuel Gonçalves Pinela
(25506991)	1Sarg	Ema Aristídes Pessoa de Amorim
(26877493)	1Sarg	Pedro Alexandre Pereira da Silva
(28419793)	1Sarg	Arsénio Manuel Bernardino Moço
(28514592)	1Sarg	João Carlos Sequeira Pereira da Costa
(26861292)	1Sarg	Luís Gustavo Pires Monteiro
(28988892)	1Sarg	Rosa Maria Oliveira da Silva
(29239492)	1Sarg	Hugo Pedro Gomes Ferreira de Lima
(30423092)	1Sarg	Ricardo Nuno Sousa Santos
(31446792)	1Sarg	Luís Manuel Dinis dos Santos
(31785892)	1Sarg	Cidália Maria Zainal da Silva André
(33487193)	1Sarg	Vítor Duarte Silva Correia
(35992492)	1Sarg	Carlos Manuel Dias Bento
(37692692)	1Sarg	Jorge Miguel Gonçalves Monteiro
(11108198)	1Sarg	Nuno Miguel Carvalho Neves
(00890801)	2Sarg	José Filipe Barbosa Amorim
(02734004)	2Sarg	José Filipe Teixeira Barros
(03950303)	2Sarg	José António Teixeira Mesquita
(05991201)	2Sarg	Bruno Miguel Macedo Rodrigues
(14417501)	2Sarg	Luís Carlos dos Santos Baião

VI — RECTIFICAÇÕES

Rectifica-se o publicado na OE n.º 11, 2.ª série, de 30 de novembro de 2011, pág.n.º 698, referente à passagem para a situação de reforma extraordinária do Maj SGPQ (18489584) **Boanerges Fernando Macedo Lobato de Faria**, onde se lê “devendo ser considerado nesta situação desde 14 de junho de 2004”, deve ler-se, “devendo ser considerado nesta situação desde 5 de novembro de 2003”;

Rectifica-se o publicado na OE n.º 5, 2.ª série, de 31 de maio de 2012, pág.n.º 626, referente à passagem para a situação de reforma do SAj Para (17096683), onde se lê “Amílcar Manuel Ferreira Antunes”, deve ler-se, “**Amílcar Manuel Faria Antunes**”;

Rectifica-se o publicado na OE n.º 6, 2.ª série, de 30 de junho de 2012, pág.n.º 657, referente à passagem para a situação de reforma extraordinária do TCor SGE (03016473) **José do Carmo Rodrigues Pinto**, onde se lê “devendo ser considerado nesta situação desde 16 de novembro de 2009”, deve ler-se, “devendo ser considerado nesta situação desde 16 de novembro de 2010”;

Rectifica-se o publicado na OE n.º 1, 2.ª série, de 31 de janeiro de 2013, pág.n.º 44, referente à colocação do Ten Med (10733102) Pedro Pitorro Santos Correia, no Regimento de Infantaria N.º 19, onde se lê “devendo ser considerado nesta situação desde 17 de dezembro de 2012”, deve ler-se, “devendo ser considerado nesta situação desde 4 de fevereiro de 2012”;

VII — OBITUÁRIO

2012

abril, 25 — Cor Inf (51105311) Hilário Marques da Gama, da SecApoio/RRRD;
novembro, 21 — SCh Inf (51783911) Domingos José Lopes, da SecApoio/RRRD;
dezembro, 25 — SCh Inf (23111311) José Joaquim Pacífico Pereira, da SecApoio/RRRD.

2013

janeiro, 18 — 1Sarg Med (51186211) Bernardo José Murcho, da SecApoio/RRRD;
janeiro, 21 — 1Sarg Inf (23096811) António Brito Abrantes, da SecApoio/RRRD;
janeiro, 27 — 1Sarg Mus (50847111) Alexandre Teixeira da Fonseca, da SecApoio/RRRD;
janeiro, 31 — Maj Med (50936811) João Manuel Salazar Leite Barata, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 03 — TCor SPM (51496311) Fernando Gonçalves Dias da Costa, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 03 — TCor SGE (32149760) António Cordeiro Vieira, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 04 — Maj QEO (44068056) António José Simões Faria, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 05 — 1Sarg Tm (50151911) José Vintém de Sá Amorim, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 07 — TCor TManMat (16140171) João José Madeira da Silva, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 10 — SAj SGE (51057811) Júlio Maria Antunes de Sousa Larcher, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 10 — 1Sarg Mat (50587011) João de Jesus Duarte, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 12 — Maj SGE (51436111) Joaquim Fernandinho, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 13 — Maj Mat (51479211) António Cândido de Faro Gamboa, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 13 — SCh Mat (52558011) Manuel Almeida, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 13 — 1Sarg Art (52260011) João Gomes Pereira Cravo, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 14 — Cap SGE (51488111) Adélio Augusto Martins, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 15 — 1Sarg Inf (39180850) Manuel Bartolo da Silva, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 16 — Cap TManMat (41144959) Aníbal da Costa Pepe Gonçalves, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 17 — Cor Art (51459311) Alfredo Marques Osório, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 18 — SCh Art (51755511) António dos Santos Almeida, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 21 — Cap SGE (50815711) António Ferraz Redondo, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 21 — 1Sarg Inf (50177711) Tracísio Parente Ferreira, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 22 — SAj Para (02333469) Vítor Manuel Aires Amoroso, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 23 — Cor Inf (09638663) Alberto de Jesus Timóteo, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 23 — SCh Inf (50656311) António José Jesus Bandeira Lopes, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 24 — TCor SGE (51488311) Américo de Sousa, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 24 — SCh Mat (51544911) José Correia Barbosa, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 24 — SAj SGE (51300111) Guilherme Lopes Júnior, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 24 — SAj Cav (51986311) Paulino da Rosa Carvalho, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 25 — SAj Inf (46296256) Ismael Luís Cardoso, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 27 — TCor TManMat (50457811) José Manuel de Oliveira M. Falcão, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 28 — MGen (50419711) Arménio Gomes dos Santos Silva, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 28 — SCh Eng (50982811) Acácio Alves Luz, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 03/31 DE MARÇO DE 2013

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 3.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Ten RC (01011295) **Hugo Filipe Meira Pessanha Montenegro Seixas**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 3.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Ten RC (04463996) **José João Lameirão Borges**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 3.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a Ten RC (03326699) **Dulce Isabel Campanha Camões**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o Furr RC (12839903) **Ricardo Manuel Martins Barroso**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1Cb RC (05561799) **Pedro João Ribeiro Goulão**.

(Por despacho de 12 de fevereiro de 2013)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Sold RC (16552204) Ana Catarina Nunes de Matos.

(Por despacho de 18 de dezembro de 2012)

Ten RC (07710900) Lúcia de Jesus Neves Gonçalves;
2Sarg RC (09170301) Tiago Daniel Matias Vila;
Furr RC (14793103) Waydmilce Almeida de Sousa Pontes;
1Cb RC (18241285) Bruno Manuel Alves da Silva;
1Cb RC (09617906) Fábio José Costa Cota;
1Cb RC (06220706) Nuno André Carrilho de Carvalho;
1Cb RC (00722906) Vitor Hugo Pinto do Souto;
1Cb RC (09736606) Jorge Manuel Martins Coelho;
1Cb RC (11133706) José Manuel Pina Abreu;
1Cb RC (00626003) Rui Fernando Ferreira Barbosa;
1Cb RC (01242601) Miguel Jorge dos Santos Bráz;
1Cb RC (06002200) Vera Mónica Fernandes Ferreira;
Sold RC (04576805) Gisela Adrana da Silva Almeida;
Sold RC (18597901) Luís Manuel Duarte Ventura.

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

Ten RC (17494097) Licínia Isaura Silva Freitas;
Ten RC (02122300) Rita Salgado Mendes Ferreira;
2Sarg RC (09869604) Lúcia Maria da Silva Mendes;
2Sarg RC (04262906) Susana Lia Amaro Marchante;
Furr RC (15259205) Carlos Miguel Martins Forte;
Furr RC (11632806) Tony da Silva Teixeira;
Furr RC (19736904) Ana Isabel dos Santos Barrento;
Furr RC (15497606) Marco Tomás Dias Pereira Basto;
Furr RC (12183602) Hugo Miguel da Cunha Pereira;
Furr RC (19816704) André Filipe de Oliveira Moutas Macedo;
Furr RC (09597903) Luís Filipe Duarte Lopes;
Furr RC (16654501) Libânio Biague Cá;
1Cb RC (15674006) Patrícia Catarina de Jesus Tavares;
1Cb RC (12409905) Tiago André da Rocha Jesus;
1Cb RC (04641906) André Manuel Carvalho Pereira;
1Cb RC (18417604) Ricardo Augusto Carneiro Rodrigues;
1Cb RC (19622805) Jorge Manuel Castro Monteiro;
1Cb RC (08194303) Ricardo Miguel Gonçalves Farinha;
1Cb RC (19905804) Elsa Maria Duarte Pereira;
1Cb RC (17370104) Bruno Miguel Albuquerque Gonçalves;
1Cb RC (01741904) Diogo Martins Lourenço;

1Cb RC (07230604) António Manuel de Matos Oliveira;
Sold RC (14698505) Mónica Vanessa Paulino Espadinha;
Sold RC (16158904) Carina Sousa da Silva;
Sold RC (00919900) Bruno Miguel Correia Cabral;
Sold RC (01301406) Luís Filipe Carvalho Pereira;
Sold RC (10749705) Tiago Miguel Sousa da Silva;
Sold RC (13149804) Diogo Filipe Feliciano Roberto;
Sold RC (09440105) Ricardo Jorge Brito Alves;
Sold RC (08076104) Henrique Eduardo Mourão Rosa;
Sold RC (10589405) Daniel Correia de Almeida Bernardo;
Sold RC (00183206) António Manuel Lopes de Almeida;
Sold RC (10464806) Jaime Hugo Lopes do Nascimento;
Sold RC (17186506) Humberto Martinho Oliveira;
Sold RC (07681705) Jorge Filipe Tavares Paula;
Sold RC (16067906) Fátima Cristina Pinto Martins;
Sold RC (02958004) Roberto Moisés Nave Pinto;
Sold RC (14528706) Filipe Amaral dos Santos;
Sold RC (04750806) Sara Daniela Lopes Barroso;
Sold RC (04069906) Susana Cristina Rocha Barbosa;
Sold RC (00098704) Bruno Manuel Marques Monteiro;
Sold RC (03811906) Andreia Carolina de Almeida Barros;
Sold RC (16116305) Vítor José de Sousa Carvalho;
Sold RC (10757905) Liliana Isabel Filipe dos Santos;
Sold RC (05523504) Luís Carlos Graça Nunes;
Sold RC (05561405) Bruno Filipe Pereira da Fonseca;
Sold RC (14058405) António José dos Santos Alves Rodrigues.

(Por despacho de 28 de fevereiro de 2013)

Ten RC (04048498) Vera Maria Pereira Infante Bidarra;
Ten RC (06910199) Ricardo Jorge Lourenço Agostinho;
Ten RC (01763201) Carla Patrícia Guimarães de Sousa;
Ten RC (11141800) Rui Correia Neves Cordeiro de Azevedo;
Furr RC (06874005) Nelson dos Santos Pereira;
Furr RC (00443905) Tiago Emanuel Félix Vidago;
Furr RC (16540304) André Filipe Silva Vieira Valentim;
Furr RC (10384605) Diana Filipa da Silva Figueiredo;
1Cb RC (19597306) Ana Patrícia Sousa Brito;
1Cb RC (05741509) Ana Rita Nunes Rodrigues;
Sold RC (14176006) Nuno Manuel Fernandes Teixeira;
Sold RC (03544705) Carlos Manuel Ramalho Fernandes;
Sold RC (08897000) Inês Filipa Henriques Martins Ferreira Pereira;
Sold RC (18867901) Filipe Gonçalo Castanheira Garcia;
Sold RC (06996705) Rafael dos Santos Noronha;
Sold RC (00406704) Cláudia Elisa Alves dos Santos;
Sold RC (15173004) Ismael Fernando da Cunha Leite;
Sold RC (15884800) Nelson Carlos de Sousa Marques.

(Por despacho de 04 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha de Comemorativa das Campanhas por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex-Ten (42457858) Raúl Inácio Demóstenes Fernandes, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Ten (00344162) Diamantino Tiago Rebelo, “Angola 1965-67”;
Ex-Ten (00195463) Artur Pina Guedes Osório, “Angola 1965-67”;
Ex-Alf (09542066) Horácio Luís Vítor, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Alf (15629573) António Domingos Oliveira da Silva, “Angola 1967-69”;
Ex-Alf (13874773) Luis Torres Pereira Neto, “Guiné 1974”;
Ex-Furr (11850068) João Fernando Ferreira Alves, “Angola 1969-71”;
Ex-Furr (08384863) Fernando José, “Guiné 1965-67”;
Ex-1Cb (10707267) Vítor José Jesus Maria da Silva, “Moçambique 1968-70”;
Ex-1Cb (06750072) Jorge Pinho de Moura, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (38860559) Manuel Veloso Ferreira, “Índia 1960-62”;
Ex-1Cb (04633968) Álvaro Carvalho de Lacerda Benigno, “Moçambique 1969-71”;
Ex-1Cb (11851267) Aurélio dos Santos Carvalho, “Angola 1968-70”;
Ex-1Cb (02301168) João Manuel Gomes Ângelo, “Guiné 1969-71”;
Ex-1Cb (15164971) Joaquim Salvador Redol, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (18589272) Rui Jorge dos Santos Fernandes, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (07659363) José da Silva Pereira Lima, “Angola 1964-66”;
Ex-1Cb (08642465) Viriato Batista Cardoso do Souto, “Guiné 1966-67”;
Ex-1Cb (02955369) José Luís Gonçalves Borlido, “Moçambique 1970-72”;
Ex-1Cb (15403568) Valentim de Sá Pereira, “Angola 1968-70”;
Ex-1Cb (14630772) Alberto Ismael da Lima Martins, “Angola 1973-75”;
Ex-1Cb (05151163) Armando Barros de Ascensão, “Angola 1964-66”;
Ex-1Cb (61171667) António Araújo de Lima, “Angola 1967-70”;
Ex-1Cb (00073773) Zacarias Gavina Gonçalves, “Angola 1973-75”;
Ex-1Cb (00412556) José Nabais Gomes, “Índia 1957-59”;
Ex-Sold (15552868) João Guilhermino Saramago Veigas, “Angola 1969-71”;
Ex-Sold (12634773) Manuel Silvestre da Mota Araújo, “Guiné 1974”;
Ex-Sold (05951667) Abílio Ferreira da Costa, “Guiné 1968-70”;
Ex-Sold (08836267) Júlio António Jorge Tavares Sacoto, “Moçambique 1968-70”;
Ex-Sold (00260273) Fernando António Martins Pinto, “Guiné 1973-74”;
Ex-Sold (09405070) João da Cunha Machado, “Guiné 1970-72”;
Ex-Sold (06120363) Salvador Alves dos Prazeres, “Guiné 1964-66”;
Ex-Sold (09358367) José da Cruz Teodósio, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (14115168) Marcolino de Jesus Dias, “Moçambique 1969-71”;
Ex-Sold (07369965) Joaquim Felicíssimo da F. Balas, “Moçambique 1966-68”;
Ex-Sold (04687270) António da Silva Oliveira, “Angola 1971-73”;
Ex-Sold (02604372) Carlos Alberto Mota Teixeira, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Sold (03211562) Manuel Rosa de Matos, “Guiné 1963-65”;
Ex-Sold (72699471) Pedro Duarte Taborda Chaves, “Moçambique 1972-74”.

(Por despacho de 19 de fevereiro de 2013)

Ex-FUR (60228271) Luís Manuel Baltazar, “Angola 1971-74”;
Ex-FUR (11478967) José da Silva Marcelino Martins, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (08709667) Manuel Martins Grilo Cecílio, “Angola 1968-70”;
Ex-1Cb (02244172) Henrique José, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (05179071) Carlos Manuel Claro Outeiro, “Guiné 1973-74”;
Ex-1Cb (16032471) António Ferreira da Luz, “Guiné 1972-74”;
Ex-Sold (19641966) Manuel Alves dos Santos, “Guiné 1964-66”;
Ex-Sold (00126660) Manuel Rosa Abreu Favita, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (01136866) Manuel Pinto, “Guiné 1967-69”;
Ex-Sold (02794671) Serafim Robalo Pires, “Moçambique 1971-73”;
Ex-Sold (02829472) Manuel Quintans dos Santos, “Angola 1972-74”;
Ex-Sold (02299566) José António de Freitas Ribeiro, “Moçambique 1967-69”;
Ex-Sold (08289673) José Manuel Ferreira da Silva, “Guiné 1973-75”;
Ex-1Cb (06507866) Joaquim Gomes Pereira da Silva, “Guiné 1967-69”.

(Por despacho de 28 de fevereiro de 2013)

Ex-2Sarg (06763865) António Torcato da Silva Leite, “Guiné 1967-69”;
Ex-Furr (08601471) Francisco Anselmo Mota das Dores, “Moçambique 1972-74”;
Ex-Furr (13530772) Armindo Joaquim Lourenço Neves, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (04579171) Manuel Custódio Nunes Matilde, “Guiné 1972-74”;
Ex-1Cb (02512167) José Francisco da Silva, “Guiné 1968-70”;
Ex-1Cb (00240460) Victor Soares, “Angola 1961-63”;
Ex-1Cb (13061072) Luciano da Silva Morais, “Angola 1973-75”;
Ex-1Cb (18781068) Eduardo Teixeira Garcia, “Angola 1973-75”;
Ex-Sold (00229660) José Gomes Correia, “Angola 1961-63”;
Ex-Sold (00192264) Carlos Gilberto Castanheira de Sousa Noivo, “Guiné 1965-67”;
Ex-Sold (07509867) Domingos Cardoso de Matos, “Angola 1968-70”;
Ex-Sold (00054560) Manuel José, “Moçambique 1961-63”;
Ex-Sold (01249266) Custódio Silvestre Cardoso, “Angola 1967-69”;
Ex-Sold (18872071) Lúcio da Silva Ribeiro, “Moçambique 1973-75”;
Ex-Sold (01021566) Manuel da Silva Pinto, “Angola 1966-68”;

(Por despacho de 05 de março de 2013)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP por despacho, da data que se indica, do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, após subdelegação recebida do Tenente-General Comandante do Pessoal, e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Sold RC (14159005) João André Ferreira Roberto, “Afeganistão 2012”.

(Por despacho de 08 de novembro de 2012)

Ex-Furr (14989373) Eduardo Jose Magalhães Ribeiro, “Guiné 1974”.
1Cb RC (04605210) Pedro Filipe Ferreira Loureiro, “Uganda 2012”;

(Por despacho de 26 de fevereiro de 2013)

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Passagem à situação de Reserva de Disponibilidade

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passaram a ser considerados nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por terem sido julgados pela JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apto para o trabalho e para angariar meios de subsistência”, os militares a seguir mencionados:

Sold RC (19051611) Alexandrina Melo Dias Saramago, da EPS;
Sold RC (03812905) Damião José Pereira da Silva, do CS ÉVORA;
Sold RC (11822109) Diana Fernanda Ferreira dos Santos, do RA4.

(Por despacho de 06 de fevereiro de 2013)

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passou a ser considerado nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por ter sido julgado pela JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apto parcialmente para o trabalho com 30% (trinta por cento) de desvalorização”, o militar a seguir mencionado:

Sold RC (18889906) Joaquim Fernando Silva Coelho, da EPT.

(Por despacho de 06 de fevereiro de 2013)

Por homologação do Major-General Diretor de Saúde, passou a ser considerada nesta situação, nos termos da alínea *a*), do artigo 55.º, do RLSM, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, por ter sido julgada pela JHI/HMR1, “incapaz para todo o serviço militar, apta parcialmente para o trabalho com 28,46% (vinte e oito, quarenta e seis por cento) de desvalorização”, a militar a seguir mencionada:

Sold RC (15844705) Tânia Isabel Ferreira da Costa, da ESE.

(Por despacho de 06 de fevereiro de 2013)

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Cessação de Graduação

Por despacho de 4 de março de 2013, do Ajudante-General do Exército, no uso da delegação de competências conferida pelo despacho n.º 2 767/2012 de 08 de fevereiro de 2012, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, inserto no *Diário da República*, 2.ª série n.º 41, de 27 de fevereiro de 2012, seja cessada a graduação desde 26 de fevereiro de 2013, nos termos da alínea *d*) do artigo 70.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, aos miliares abaixo indicados:

2Furr Grad (19069812) Ricardo Fernando Dias Graça;
2Furr Grad (15475906) Pedro Filipe da Silva Ferreira;
2Furr Grad (08657705) Francisco Rui Sousa Lopes.

(DR II Série n.º 51 de 13 de março de 2013)

IV — DECLARAÇÕES

Suplemento de Serviço Aerotransportado

Notifica-se os militares identificados na lista em anexo, nos termos do artigo 70.º, n.º 1 alínea *d*), do Código de Procedimento Administrativo, que os requerimentos onde solicitam a atualização do suplemento de serviço aerotransportado foram indeferidos, por despacho do MGen DSP, de 31 de janeiro de 2013, tendo em conta que, por despacho de Sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, de 12 de outubro de 2012, exarado na Informação N.º 174, de 2 de outubro do MDN, determinou-se que, «em consequência da não revisão do suplemento remuneratório de serviço aerotransportado, nos termos conjugados dos artigos 112.º e n.º 10 do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, estes não podem ser objeto de alteração e atualização». Mais se informam os interessados que a Informação N.º 174, de 2 de outubro do MDN, e os seguintes despachos do Gen CEME (Despacho de 8 de novembro de 2012) e do MGen DSP (Despacho N.º 1/2013, de 31 de janeiro de 2013), encontram-se disponibilizados na página da intranet da RA/DSP, em <http://intranet/publica/CmdPessoal/DSP/RV/Paginas/default.aspx>.

6 de Março de 2013. — O diretor da DSP, *Aníbal Alves Flambó*, Major-General.

Lista dos militares que requereram a atualização do SSAT

NIM	Posto	Nome
(11945004)	Alf RC	Ivo Joaquim Coutinho Brito
(13945399)	Alf RC	Ramiro Simão Ferreira Serra Padrão
(02809203)	Asp RC	Hugo Alberto Maria da Costa
(03115906)	Asp RC	Agostinho José Beça Moreira
(10388300)	Asp RC	António Henrique Neto Ribeiro de Azevedo
(12089200)	Asp RC	Marco Ivan Leão Botelho
(18231601)	Asp RC	Rui Pedro Silva Carvalho
(19679902)	Asp RC	José Manuel Borges Resende da Rocha
(05507404)	2Sarg RC	Ana Susana Mingates Cerqueira
(00724309)	Furr RC	Miguel Machado Proença
(02714104)	Furr RC	Carlos Manuel da Rocha Pereira Luís
(06776799)	Furr RC	Paulo Jorge de Matos Simões
(06874005)	Furr RC	Nelson dos Santos Pereira
(07086304)	Furr RC	Cirilo José de Araújo Pinto da Costa
(07192704)	Furr RC	Bruno Miguel Antunes Simões
(09677801)	Furr RC	Hugo Miguel da Silva Pereira
(10960505)	Furr RC	André Filipe Silveira Guedes
(11826109)	Furr RC	Bruno Manuel Magalhães Amorim
(14793103)	Furr RC	Waydmilce Almeida de Sousa Pontes
(16654501)	Furr RC	Libânio Biague Cá
(16940402)	Furr RC	Horácio Ricardo Nunes Barbosa
(19447102)	Furr RC	Luís André Freitas Pacheco
(04238605)	2Furr RC	Flávio Dias Pereira Mineiro
(05275510)	2Furr RC	Tiago Alexandre Ferreira Simões
(08313110)	2Furr RC	José Filipe da Silva Soares
(13893909)	2Furr RC	Rodrigo Aleixo Serrano
(14107810)	2Furr RC	Frederico Bernardino Raposo
(15516305)	2Furr RC	Bruno Miguel Teixeira Lé

NIM	Posto	Nome
(16308803)	2Furr RC	Ricardo Jorge Pinto de Almeida
(10075999)	CbAdj RC	Fernando Miguel Subtil Cruz
(00253503)	1Cb RC	Manuel António de Sousa Vieira
(00417603)	1Cb RC	Pedro Alberto da Costa Sousa
(00888106)	1Cb RC	Paulo Fernando Vieira Rodrigues
(00951500)	1Cb RC	Joni Tomás dos Santos
(01088604)	1Cb RC	Fábio Alexandre Barreiros Gervásio
(01217404)	1Cb RC	Mário André Teixeira Salgueiro de Almeida
(01836303)	1Cb RC	João Pedro Costa Gomes
(02181004)	1Cb RC	Joaquim António Baeta Branco
(03440805)	1Cb RC	Daniel Paiva da Silva
(04162305)	1Cb RC	Sílvia Filipa da Costa Barbosa
(04335903)	1Cb RC	Mário dos Santos Oliveira
(04962202)	1Cb RC	André Manuel Jerónimo Cabrita
(05210902)	1Cb RC	Tiago Raul Fernandes Vieira Lopes Pinheiro
(05644403)	1Cb RC	Ruben Baptista Ferreira
(06939401)	1Cb RC	Rogério Honorato Vieira Souto
(07700705)	1Cb RC	Bruno Duarte Gomes dos Santos
(08475504)	1Cb RC	Marco Simões Valente Ferreira
(08749306)	1Cb RC	Tiago André Ribeiro Cardoso
(08788805)	1Cb RC	Tiago Oliveira Júlio
(09215704)	1Cb RC	Duarte Portal Montanha
(09313504)	1Cb RC	Rui Samuel Freitas da Cunha Ferreira
(09524405)	1Cb RC	Tiago Luís Martins Caramalho
(09794104)	1Cb RC	Rui Filipe da Silva Campos Ferreira
(10373006)	1Cb RC	Rui Filipe Rodrigues Granja
(10441504)	1Cb RC	Filipe Alexandre da Silva Rodrigues
(10522305)	1Cb RC	Rúben Carlos Correia
(11458504)	1Cb RC	Ricardo Jorge Araújo Portela
(12272609)	1Cb RC	Vasco Dinis Santos Pereira
(12680901)	1Cb RC	David Batista Leal Carrazedo
(12802804)	1Cb RC	José Luís Morgado Ferreira
(13868204)	1Cb RC	Carlos Miguel Barros Peres
(14251103)	1Cb RC	Bruno Luís da Fonseca Carvalho
(15417304)	1Cb RC	Fernando Aniceto Novais da Silva
(16164204)	1Cb RC	Pedro Filipe Ribeiro Cardoso
(16178006)	1Cb RC	Elson Roberto da Costa Albasini
(16382803)	1Cb RC	Roberto Carlos Lima Fonseca
(17260709)	1Cb RC	Ricardo José Rodrigues Borges Cardoso
(17568903)	1Cb RC	Ruben Alexandre Monteiro Varela
(17677204)	1Cb RC	Davide José Leite Ribeiro
(17683704)	1Cb RC	António Manuel Monteiro Correia
(17930804)	1Cb RC	Ricardo Emanuel Pinto Ferraz
(18134204)	1Cb RC	Tiago Davide Mendes Cunha
(19742804)	1Cb RC	Fábio Ruben Rodrigues Madeira
(00184410)	2Cb RC	João Roque Gomes
(00981909)	2Cb RC	André Miguel Silva de Sousa
(03405905)	2Cb RC	Ruben Simões Silva
(04022504)	2Cb RC	Marco André Duarte Laranjeira

NIM	Posto	Nome
(04933904)	2Cb RC	José Carlos Neves de Sousa Coelho
(05375806)	2Cb RC	Fábio Albino Sousa Coutinho
(07825110)	2Cb RC	Bruno Fonseca Ramos
(08429402)	2Cb RC	Wilfred Simon Lisboa de Rita Rolim
(08791210)	2Cb RC	António José Ramos Rosa
(10185306)	2Cb RC	Tiago David Oliveira Correia
(11605909)	2Cb RC	Daniel José Dias Carnapete
(19835109)	2Cb RC	Gaspar Gualter Martins Arrochela
(00051106)	Sold RC	Jean David Machado Nicolau Ginja
(0089906)	Sold RC	Válter Ricardo da Cunha Martins Carneiro
(00176203)	Sold RC	João Pedro das Neves Antunes
(00194406)	Sold RC	Ednei Valdir Simas Moreira
(00228903)	Sold RC	Rui Manuel Machado Mendes
(00273609)	Sold RC	Alberto Jorge Teixeira de Matos
(00351811)	Sold RC	Tiago Filipe Alexandre Branco
(00438709)	Sold RC	Bruno Filipe Evangelista Fontes Craveiro
(00493212)	Sold RC	David Miguel Pires Martins
(00498410)	Sold RC	Mónica Jacinta dos Santos Fernandes
(00505709)	Sold RC	Válter Sousa Ribeiro
(00521405)	Sold RC	Miguel Ângelo Mendes Oliveira
(00601605)	Sold RC	João Miguel Ventura Lopes Gomes Amaral
(00851012)	Sold RC	Ricardo Manuel Sousa Oliveira
(00945002)	Sold RC	David Miguel Cunha M. de Castro Mendes
(01118409)	Sold RC	Emanuel Jesus Ribeiro Machado
(01125310)	Sold RC	Vasco Daniel Carrasquinho Castilho
(01128912)	Sold RC	Tiago da Costa Filipe
(01227111)	Sold RC	André Manuel Morais Barros
(01242905)	Sold RC	Emanuel João da Cruz Costa
(01308212)	Sold RC	Alexandre Teixeira Leite
(01445211)	Sold RC	Nélson Miguel Carvalho da Costa
(01702506)	Sold RC	Hélder André Cerdeira Sá
(01710310)	Sold RC	Ricardo Xavier Ferreira de Faria
(01765105)	Sold RC	Ricardo Francisco da Silva
(02040299)	Sold RC	Paulo Renato Mendes Ribeiro
(02188206)	Sold RC	Ari Miguel Tomé Guimarães
(02225711)	Sold RC	Ricardo Manuel Oliveira Ferreira
(02278205)	Sold RC	Renato Augusto Pestana
(02290210)	Sold RC	Sara Inês de Carvalho Marques Pereira
(02301002)	Sold RC	Nuno Miguel Freiras Sousa
(02366209)	Sold RC	Bruno Ricardo Madureira Teixeira
(02686701)	Sold RC	Aléxis de Almeida Pereira
(02810010)	Sold RC	Vítor Manuel de Oliveira Andrade
(02814006)	Sold RC	Pedro Miguel dos Santos Sequeira
(02905411)	Sold RC	Bruno Miguel Mendes Pereira
(02947609)	Sold RC	Ricardo Pedro da Costa Soares
(02961604)	Sold RC	Pedro Guilherme da Cunha Ferreira
(03059806)	Sold RC	Jorge Fernando Nunes da Gameiro da Silva
(03241004)	Sold RC	José Manuel de Moura Nogueira

NIM	Posto	Nome
(03261510)	Sold RC	Roberto Carlos Padeiro Silva
(03305910)	Sold RC	Rui Heliodro Teixeira Oliveira Sousa
(03367501)	Sold RC	David Ricardo Coelho Guerreiro
(03385305)	Sold RC	Cláudio Filipe Rodrigues Rocha
(03404512)	Sold RC	Filipe Ricardo Teixeira Martins
(03538805)	Sold RC	Jorge Miguel Soares Costa
(03592106)	Sold RC	Marco Alexandre da Silva Gonçalves
(03632111)	Sold RC	Hélder Manuel Vieira Guedes
(03673998)	Sold RC	Nuno Filipe Pires da Silva
(03735111)	Sold RC	Ricardo Jorge Viegas Salgueiro
(03880012)	Sold RC	Rui Filipe Ferreira Magalhães
(03966809)	Sold RC	Gabriel José da Silva Santos
(03971009)	Sold RC	Damien Fernandes Jesus da Silva
(03988904)	Sold RC	Jaime Meireles Alves
(04005309)	Sold RC	José Luís Pinto Ramos
(04242004)	Sold RC	Steven Robert Ramirez
(04265803)	Sold RC	Hélio Alexandre Fernandes Rebelo Beleza
(04333210)	Sold RC	Ricardo Avelino Gomes Moreira
(04638409)	Sold RC	Mário Jerónimo Castro Carneiro
(04780199)	Sold RC	José Lino da Silva Guedes
(04867310)	Sold RC	Elói Luzio do Pilar
(04920909)	Sold RC	Paulo José Ferreira Castro
(05027603)	Sold RC	Pedro Miguel Gomes Leal
(05069305)	Sold RC	Luís Daniel Ferreira da Silva
(05095309)	Sold RC	Diogo Miguel Cabral Gomes Abrantes
(05159403)	Sold RC	Ricardo Filipe Mendes Martins
(05226805)	Sold RC	Luís Miguel Oliveira Rocha
(05431705)	Sold RC	Pedro Manuel Ferreira Silva Coelho
(05507910)	Sold RC	Rui Filipe Vasconcelos de Freitas
(05621206)	Sold RC	Tiago André Félix Martins
(05630703)	Sold RC	Jorge Manuel Silva Correia
(05742106)	Sold RC	Vítor Hugo Marques Ferreira
(05761112)	Sold RC	Eugénio Manuel Ribeiro Neves
(05966509)	Sold RC	Bruno Alcino Neves Baduca Fernandes
(06179712)	Sold RC	Sérgio Cláudio Aires Quintelas
(06242210)	Sold RC	Ricardo Augusto Cardoso Teixeira
(06434509)	Sold RC	Aladje Sele Saqui
(06531011)	Sold RC	Tiago Lopes Carneiro
(06531210)	Sold RC	Marco António Coelho de Abreu Ferreira
(06796406)	Sold RC	Hugo Ricardo Sousa Conceição
(06944705)	Sold RC	Marcelo Martins da Silva
(07183510)	Sold RC	Samuel David da Silva Nunes
(07298510)	Sold RC	João Marco dos Reis Mesquita
(07319006)	Sold RC	Hélder José Fernandes da Silva
(07459310)	Sold RC	João Paulo Oliveira Saraiva
(07462903)	Sold RC	Márcio André Moreira Magalhães
(07587509)	Sold RC	Carlos Miguel Ferreira Machado
(07662210)	Sold RC	André António Ribeiro Couto

NIM	Posto	Nome
(07744311)	Sold RC	Diogo Miguel Araújo Ribeiro
(07904606)	Sold RC	Marco Daniel Santos Cipriano
(08066210)	Sold RC	Tiago Miguel Tavares dos Santos
(08127404)	Sold RC	José Manuel da Silva Cabeleira
(08170404)	Sold RC	Edgar Guerreiro Guia
(08388104)	Sold RC	David Natário
(08427105)	Sold RC	Rui Miguel Mota Araújo
(08780711)	Sold RC	Luís David Ferreira Teixeira
(08854209)	Sold RC	Paulo Jorge Oliveira
(08892311)	Sold RC	Paulo Jorge Granja da Silva Pinto
(08923309)	Sold RC	Diogo Rafael Lopes Teixeira
(09006806)	Sold RC	Joel Roberto Santos Felício
(09231203)	Sold RC	Fernando Jorge Varela Sabino
(09307011)	Sold RC	Mário André da Costa Pereira
(09316505)	Sold RC	José Lucindo de Oliveira Silva
(09370504)	Sold RC	Pedro Manuel Duarte da Costa Rebelo
(09543904)	Sold RC	Carlos Filipe da Silva Moraes
(09656903)	Sold RC	Nélson Zeferino Gonçalves Ribeiro
(09699506)	Sold RC	Carlos André da Silva Simão
(10059506)	Sold RC	João Pedro Lopes Mariano
(10097610)	Sold RC	Rui Carlos Carvalho Chanfana
(10128209)	Sold RC	Paulo Andrade Diogo Henriques
(10157605)	Sold RC	Hélder Filipe Oliveira
(10589909)	Sold RC	Alexandre Ferreira Cordeiro
(10605205)	Sold RC	Carlos Américo Gonçalves do Vale
(10769505)	Sold RC	Baltazar Nogueira Marques
(10784404)	Sold RC	Tiago José Barbosa Dias Guedes
(10878602)	Sold RC	Carlos Miguel Oliveira da Mota
(11048809)	Sold RC	Tiago Filipe Moreira da Costa
(11079904)	Sold RC	Pedro Jorge Marques Oliveira
(11207010)	Sold RC	Cristiano José Realinho Ferreira
(11429106)	Sold RC	José Carlos Catalão Oliveira
(11647302)	Sold RC	Ruben Adriano Vilarandelo de Araújo Moraes
(11745210)	Sold RC	Renato Filipe Duarte Alexandre
(11769309)	Sold RC	Vânio Jorge Abranches
(11864305)	Sold RC	Ricardo Teixeira Rodrigues
(11890411)	Sold RC	Hélder Filipe Fernandes Ferreira
(12049290)	Sold RC	Luís Paulo Lopes Fortes
(12049604)	Sold RC	Vítor Manuel da Silva Rocha
(12097409)	Sold RC	Tiago Frazão Ribeiro
(12214710)	Sold RC	Paulo Ricardo Mendes Mira
(12358705)	Sold RC	Nuno Rafael Carvalheira Fernandes Loureiro
(12438609)	Sold RC	Rúben Alexandre Mendes Nogueira
(12543303)	Sold RC	Carlos André Santos Magalhães
(12558909)	Sold RC	Jailson Evandro Semedo Paquete Embalo
(12569510)	Sold RC	Tiago Filipe Pereira da Cal
(12620506)	Sold RC	João Filipe Carvalho Marques
(12726705)	Sold RC	Daniel José da Silva Teixeira

NIM	Posto	Nome
(12803710)	Sold RC	Miguel Fernando Matias dos Santos
(12834811)	Sold RC	Frederico Alexandre Coimbra Vieira
(12856312)	Sold RC	Fernando Humberto Dores Lucas
(12882910)	Sold RC	André Proença Carvalho Serra
(12900204)	Sold RC	Ricardo Daniel de Sousa Soares
(13011505)	Sold RC	Joel António Barros Pinto
(13134709)	Sold RC	Bruno Miguel Pais de Oliveira
(13177411)	Sold RC	Fernando Luís Pereira Rodrigues
(13304206)	Sold RC	Horácio Faria Reis
(13321510)	Sold RC	André Francisco Tomás Romão
(13359409)	Sold RC	João Alexandre Marta Costa
(13396604)	Sold RC	César Miguel Campos Cruz
(13441406)	Sold RC	Gabriel Filipe Tavares
(13496512)	Sold RC	Diogo Filipe Pereira Alves
(13596205)	Sold RC	Miguel Fernando Lança Silva
(13755804)	Sold RC	Paulo André da Silva Aldeias
(13906604)	Sold RC	Márcio Filipe da Silva Augusto
(13925312)	Sold RC	António Jorge Azevedo Portela de Lima
(13942109)	Sold RC	André Filipe Sousa Rodrigues
(13968306)	Sold RC	Augusto José Gonçalves Araújo
(14035709)	Sold RC	Renato Alexandre Oliveira Sebastião
(14106412)	Sold RC	Ruben Micael Silva Mota
(14389210)	Sold RC	Paulo André Fradizela Anjos
(14548004)	Sold RC	Nuno Filipe Ferreira Almeida
(14573102)	Sold RC	Hugo Miguel Matos Caetano de Barros
(14617204)	Sold RC	Telmo da Silva Freixial
(14625003)	Sold RC	Ricardo Jorge Ferreira Leite
(14704409)	Sold RC	Alfredo Luís Santos Costa
(14757609)	Sold RC	Tiago Filipe Mendonça Teixeira
(14839906)	Sold RC	Sílvio Manuel de Almeida Ribeiro
(14900209)	Sold RC	Simão Pedro Martins Fonseca
(15158504)	Sold RC	Tiago Juliano de Sá Oliveira
(15193311)	Sold RC	Frederico Emanuel Rama de Sousa
(15295610)	Sold RC	Mickael Simões Alentejeiro
(15299106)	Sold RC	Madjer António Rodrigues Pinho
(15443306)	Sold RC	Hugo Samuel Leite Ferreira
(15791812)	Sold RC	Rodolphe Gino Durand Clemente Cesário
(15855400)	Sold RC	Carlos Manuel da Conceição Ferreira
(15866411)	Sold RC	Vítor Renato Peixoto Ferreira
(15922809)	Sold RC	Cátia Costa Conde Sarabando
(16034805)	Sold RC	Rúben Correia Neves
(16049306)	Sold RC	Roberto Carlos Santos
(16129405)	Sold RC	Carlos Henriques Cavalcante Oliveira
(16303609)	Sold RC	Ivo Miguel dos Santos Nunes
(16513406)	Sold RC	Jorge Miguel Mendes Vicente
(16519506)	Sold RC	Gerson Francisco Teixeira da Silva
(16753005)	Sold RC	Fernando Correia de Almeida
(16780603)	Sold RC	Pedro David Veríssimo Viveiros

NIM	Posto	Nome
(16912410)	Sold RC	Fábio Alexandre Costa de Moura Portugal
(16953910)	Sold RC	José Filipe Rego Rato
(17078106)	Sold RC	Cláudio Jorge Carneiro Pinto
(17121104)	Sold RC	João Pedro Doro Aires
(17122006)	Sold RC	Rui Pedro Pacheco de Carvalho
(17178305)	Sold RC	Ricardo Miguel Oliveira Correia
(17237104)	Sold RC	Joel Tiago dos Santos Ferreira
(17258206)	Sold RC	Francisco Joel Neves Teixeira
(17284712)	Sold RC	André Faria da Silva Rosa
(17416609)	Sold RC	Erik Roberto Magalhães Silva
(17432212)	Sold RC	Nuno André Carabineiro Pinto
(17434606)	Sold RC	Rui Paulo Gonçalves dos Santos
(17463111)	Sold RC	Telmo Filipe Alves Teixeira
(17519198)	Sold RC	José Fernando Matos Pereira
(17576205)	Sold RC	André Filipe Pereira Rodrigues
(17621509)	Sold RC	Fernando Manuel Borges Silva
(17697911)	Sold RC	Vítor Hugo Ferreira Coelho
(17809910)	Sold RC	João Manuel Marques Rodrigues
(17824305)	Sold RC	Miguel Ferreira Ribeiro da Costa
(17902709)	Sold RC	Filipe Miguel Marques Dias
(17903506)	Sold RC	Selton Dias Pires dos Santos
(17998003)	Sold RC	Marcelino Pandim
(18036712)	Sold RC	Fábio André Macedo Ferreira
(18039204)	Sold RC	Luís Filipe Januário Miranda
(18040204)	Sold RC	Abílio Paulo Castro Rodrigues
(18044905)	Sold RC	Eugénio Luciano da Silva Alves Cruz
(18089712)	Sold RC	Filipe Rafael dos Santos Correia de Almeida
(18214409)	Sold RC	André Filipe Oliveira Ribeiro
(18272502)	Sold RC	Sérgio Manuel Serdoura Perreira
(18336402)	Sold RC	Paulo Jorge da Costa Faria
(18425511)	Sold RC	Viriato Miguel Fernandes Teixeira
(18443399)	Sold RC	Vítor Alexandre da Silva Ribeiro
(18450709)	Sold RC	José Eduardo Campos da Silva
(18465512)	Sold RC	Luís Miguel Lopes Dias
(18474009)	Sold RC	Rui Pedro Amador Correia
(18774803)	Sold RC	João Pedro Aguiar Bastos
(19075109)	Sold RC	Flávio Manuel Jesus Duarte Lopes
(19116406)	Sold RC	Cheila Denise Rudera Freire
(19127302)	Sold RC	Filipe Miguel Rosa Portela
(19241310)	Sold RC	Luís Daniel de Sousa Ferreira
(19250409)	Sold RC	João Xavier Pereira Montenegro Rodrigues
(19286410)	Sold RC	Ivan Manuel Reis Rosa
(19536911)	Sold RC	Ruben Micael Gonçalves Costa
(19570905)	Sold RC	Pedro Henrique Torres Alves
(19823511)	Sold RC	Daniel Antunes Esteves Dias
(19834810)	Sold RC	Ricardo Miguel Machado Sousa
(19860106)	Sold RC	Gil Dinis da Silva Pessoa

V — OBITUÁRIO

2006

dezembro, 02 — Sold PPI (36889462) António Cunha Monteiro, da SecApoio/RRRD.

2007

janeiro, 03 — Sold DFA (08846163) Carlos Manuel Anjos Cadete, da SecApoio/RRRD;

janeiro, 03 — 1Cb DFA (12392371) Carlos Augusto Moutinho Silva, da SecApoio/RRRD.

2008

maio, 30 — 1Cb PPI (61127072) Américo Joaquim Travanca Almas, da SecApoio/RRRD.

2009

março, 10 — Sold DFA (00714172) Joaquim Luís Marques, da SecApoio/RRRD;

junho, 27 — Sold DFA (07399763) João Miguel, da SecApoio/RRRD;

2010

janeiro, 16 — Sold DFA (03055563) Albano dos Santos Mouta, da SecApoio/RRRD;

janeiro, 22 — 1Cb DFA (00045959) Fernando Mesquita Teixeira, da SecApoio/RRRD;

janeiro, 31 — Furr DFA (02800573) Armando José da Conceição Clérigo, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 09 — Sold DFA (10724470) Hélder Manuel Medeiros Luís, da SecApoio/RRRD;

fevereiro, 11 — Sold DFA (03882667) Manuel da Silva Cardoso Filipe, da SecApoio/RRRD;

março, 06 — Sold PPI (09727866) José Jesus Tavares, da SecApoio/RRRD;

junho, 24 — Sold PPI (01228763) Manuel Rato Regalado, da SecApoio/RRRD;

julho, 09 — 1Cb DFA (11602673) Joaquim Gonçalves dos Santos Dias, da SecApoio/RRRD;

agosto, 28 — Sold DFA (07053666) Joaquim Araújo Pequeno, da SecApoio/RRRD;

outubro, 15 — Sold DFA (03041966) Manuel de Jesus Ramires, da SecApoio/RRRD;

outubro, 27 — Sold DFA (03633973) Luís António Fernandes Teixeira, da SecApoio/RRRD;

novembro, 20 — Sold DFA (09014065) José Manuel Duarte Martins, da SecApoio/RRRD;

dezembro, 12 — 1Cb DFA (01322766) Manuel João Foito Figueira, da SecApoio/RRRD.

2011

fevereiro, 16 — Sold DFA (06854271) Francisco José Martins Neves, da SecApoio/RRRD;

abril, 29 — 1Cb DFA (02811366) José António Gomes Romão, da SecApoio/RRRD;

junho, 12 — Sold DFA (00897869) João Vieira da Silva, da SecApoio/RRRD;

julho, 19 — Sold DFA (03331468) Luís Ferreira Pinto, da SecApoio/RRRD;

julho, 27 — Sold DFA (07804964) Domingos da Anunciação Leite Pereira Peixoto, da SecApoio/RRRD;

setembro, 28 — Sold DFA (04746572) Carlos Figueiredo de Campos, da SecApoio/RRRD;

setembro, 29 — 1Cb PPI (10258372) Manuel Joaquim Oliveira dos Santos, da SecApoio/RRRD;

outubro, 20 — Sold DFA (00054967) José Luís de Jesus Júlio, da SecApoio/RRRD;

novembro, 15 — Sold DFA (12452869) Aníbal Ferreira Pinto, da SecApoio/RRRD;

dezembro, 05 — Furr DFA (12308770) Filipe Jorge Queirós Mendes, da SecApoio/RRRD;

dezembro, 06 — Sold DFA (01438365) Álvaro Gonçalves, da SecApoio/RRRD;

dezembro, 09 — Sold DFA (11480972) Hélder Manuel Barreiros Pereira, da SecApoio/RRRD;

dezembro, 14 — 1Cb DFA (00137363) Hermínio Fernando de Carvalho Pinho, da SecApoio/RRRD.

2012

fevereiro, 20 — 2Sarg DFA (05211966) José Manuel Guedes Bandeira, da SecApoio/RRRD;
março, 01 — 1Cb PPI (09611366) Carlos Manuel Marques, da SecApoio/RRRD;
março, 17 — Sold DFA (00941763) Carlos Alberto Seixas, da SecApoio/RRRD;
abril, 25 — Sold DFA (03091463) Vasco Luís Saraiva, da SecApoio/RRRD;
maio, 08 — Sold DFA (00758563) José Felisberto Camacho, da SecApoio/RRRD;
maio, 25 — Sold DFA (05486469) José Domingos Fernandes, da SecApoio/RRRD;
maio, 29 — 1Cb DFA (09622763) José Maria Pereira Damaso, da SecApoio/RRRD;
maio, 29 — Sold DFA (09176065) Liberto de Oliveira, da SecApoio/RRRD;
junho, 11 — Sold DFA (05508364) Joaquim de Oliveira Lopes, da SecApoio/RRRD;
julho, 01 — Sold DFA (08166768) Fernando José Catarino, da SecApoio/RRRD;
julho, 16 — 1Cb DFA (09151465) Américo Maria Zeferino, da SecApoio/RRRD;
setembro, 03 — Sold DFA (00640867) Feleciano Ferreira de Jesus, da SecApoio/RRRD;
setembro, 13 — 1Cb DFA (02984769) Augusto Manuel Albergaria Pereira, da SecApoio/RRRD;
setembro, 23 — 1Cb DFA (07072864) Fernando Rodrigues Nunes, da SecApoio/RRRD;
outubro, 25 — Sold DFA (04703473) Arlindo Moreira Barbosa, da SecApoio/RRRD;
outubro, 27 — 1Cb PPI (00728163) Arlindo Armando Ferreira Silva, da SecApoio/RRRD;
outubro, 30 — Furr DFA (07710263) Carlos António Mendes Pereira, da SecApoio/RRRD;
novembro, 02 — Sold PPI (09533965) Francisco Eugénio Ferreira Corvelo, da SecApoio/RRRD;
novembro, 12 — Sold DFA (03422069) Joaquim Francisco Duarte, da SecApoio/RRRD.

2013

janeiro, 09 — Sold DFA (48035361) Arnaldo Sousa Paquete, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 11 — Sold DFA (00051461) Adolfo António Evangelista, da SecApoio/RRRD;
fevereiro, 16 — 2Sarg DFA (73134163) Pedro Fernandes David Júnior, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Artur Neves Pina Monteiro, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros, Tenente-General.